



UC/FPCE_2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

O Papel da Educação Parental no Comportamento Anti-Social dos Adolescentes

Lúcia Vanessa Fernandes Martinho (e-mail: luciamartinho@iol.pt)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento sob a orientação da Professora Doutora Maria da Luz Bernardes Rodrigues Vale Dias

O Papel da Educação Parental no Comportamento Anti-Social dos Adolescentes

Resumo: O comportamento anti-social dos jovens tem aumentado nos últimos anos em frequência e em gravidade. Neste sentido, o presente estudo visa analisar o papel da educação parental no comportamento anti-social dos adolescentes. Para a concretização desta investigação socorremo-nos de uma amostra de 100 jovens, residentes em Coimbra e na Figueira da Foz. A maioria dos questionários foi aplicada em contexto escolar. Os instrumentos de recolha de dados foram a *Escala de Estilos Educativos Parentais (versão para filhos)* da autoria de Oliveira (1994) e a adaptação portuguesa do *Questionário de Comportamentos Anti-Sociais referidos pelos próprios adolescentes (SRA)*, originalmente elaborado por Loeber e colaboradores (1989; adaptação portuguesa, por Fonseca e colaboradores, 1995). Também recolhemos informação contextual pertinente à nossa análise (idade, ano de escolaridade, género, estrutura familiar de co-habitação e profissão dos pais). Os resultados obtidos aludem que existe uma relação significativa entre a educação parental e o comportamento anti-social (quanto mais positiva a educação parental, menor tende a ser o comportamento anti-social em adolescentes). Além disso, apesar as opiniões diversas acerca da influência dos contextos socioeconómicos e da estrutura familiar de co-habitação nas práticas anti-sociais, uma intervenção mais completa, no sentido de prevenção junto dos jovens, deveria integrar todas estas variáveis.

Palavras-chave: Adolescência, Comportamentos anti-sociais, Educação parental, Estilos educativos.

The Role of Parental Education in Adolescents' Antisocial Behavior

Abstract: Juvenile antisocial behavior has increasing in the last years, so in frequency as in gravity. In this way, the present study has in view to analyse the role of parental education in adolescents' antisocial behavior. To make real this investigation we used one sample of 100 adolescents, residents in Coimbra and Figueira da Foz. The questionnaires were all above applied in school context. The instruments of data collect were: the *Escala de Estilos Educativos Parentais* (children version), from Oliveira (1994) and the portuguese adaptation of *Self-Report Antisocial Behavior Questionnaire (SRA)*, originally prepared by Loeber and cols. (1989; Portuguese adaptation

by Fonseca and cols., 1995). We also collected contextual information relevant to our analysis (age, school grade, sex, familiar aggregate and parents profession). Our results point to a significant relation between parental education and antisocial behavior (the more positive parental education, the less is antisocial behavior in adolescents). Moreover, although the different theories about the influence of socioeconomic patterns and familiar aggregate in antisocial behavior, one more complete intervention, in order to make real prevention among juvenile subjects, should include all of these variables.

Key-Words: Adolescence, Antisocial behavior, Parental education, Educative styles.

À minha querida filha, Ana Beatriz, que com a sua chegada me mostrou aquela que é a essência de todo o Amor: o amor de uma mãe para um filho.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Maria da Luz Vale Dias, minha orientadora, por todo o apoio e compreensão prestados, tanto a nível profissional como pessoal. Agradeço-lhe também por me ajudar a ampliar os meus horizontes, colaborando sempre para a minha formação profissional e pessoal.

Agradeço ao meu pai, por me ensinar o valor do conhecimento.

Agradeço à minha estimada mãe, por ser mãe na forma mais verdadeira da palavra.

Agradeço às minhas irmãs mais velhas, por serem, para mim, duas importantes referências de força, persistência e vitória.

Agradeço à minha sogra, por toda a amizade e carinho.

Finalmente, dedico o agradecimento mais especial ao meu querido marido, meu amigo e companheiro durante toda esta longa e trabalhosa jornada: “Pelo teu amor e compreensão o meu mais verdadeiro amo-te”.

Índice

Introdução	1
I.Enquadramento Conceptual	2
Capítulo 1. O Comportamento Anti-Social	2
1.1. Definição do conceito e suas tipologias	2
1.2.Problemáticas em torno do conceito	4
1.3.Comportamento anti-social e adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista	7
1.4.Adolescência e responsabilidade criminal em Portugal: políticas actuais	10
Capítulo 2. A Educação Parental	12
2.1. A evolução da educação parental	12
2.2. Estilos educativos parentais	13
Capítulo 3. Educação Parental e Comportamentos Anti-Sociais: que relação?	17
Capítulo 4. A influência dos contextos socioeconómicos e da estrutura familiar nos comportamentos anti-sociais dos adolescentes	22
4.1. Contextos socioeconómicos e comportamento anti-social	22
4.2. Estrutura familiar e comportamento anti-social	23
II.Objectivos da Investigação	25

III. Metodologia	27
1. Sujeitos	27
2. Instrumentos de recolha de dados	28
2.1. Descrição dos instrumentos	28
2.2. Consistência interna dos instrumentos	29
3. Procedimentos	31
IV. Apresentação e Análise dos Resultados	32
1. Estatística Descritiva	32
1.1. Escala dos Estilos Educativos Parentais (versão para filhos)	32
1.1.1. Autonomia	32
1.1.2. Amor	34
1.2. Questionário de Comportamentos Anti-Sociais referidos pelos próprios adolescentes	35
1.2.1. Agressão	35
1.2.2. Vadiagem	37
1.2.3. Consumo de Substâncias Tóxicas	39
1.2.4. Roubo	40
1.2.5. Danos/Vandalismo	42
2. Estatística Inferencial	
2.1. Educação Parental baseada na Autonomia e no Amor e o Comportamento Anti-Social	43
2.2. Educação Parental baseada no Controlo e o Comportamento Anti-social	43
2.3. Influência da situação Socioeconómica nos Estilos Educativos e no Consumo de Substâncias Tóxicas	44
2.4. Diferenças entre Géneros no Comportamento Anti-Social Agressão	45
2.5. Influência da Idade dos Adolescentes na sua percepção sobre as Práticas Educativas Parentais e nos Comportamentos Anti-Sociais	46
2.6. Influência da Estrutura Familiar de Co-Habitação no Comportamento Anti-Social	46

<i>V.Discussão</i>	47
<i>VI.Conclusão</i>	50
Bibliografia	53
Anexos	59

Introdução

A *maldade humana* é um tema implícito à natureza e história humanas (Boavida, 2008). Daí a necessidade de uma reflexão aprofundada e sistematizada acerca da problemática inerente ao aumento das práticas anti-sociais (Figueiredo Dias & Costa Andrade, 1997). Entenda-se comportamento anti-social enquanto “padrão estável de desrespeito pelos direitos dos outros ou de violação das normas sociais próprias de uma determinada comunidade” (Fonseca, 2000, 9).

Os comportamentos violentos estão a tornar-se, de forma alarmante, quase como um “lugar comum” na nossa sociedade, tendo sido já descritos como “um problema de saúde pública tão perigoso como qualquer doença” (*Human Capital Initiative Coordinating Committee*, 1997).

Particularmente a *adolescência*, enquanto fase desenvolvimental dotada de complexas transformações quer ao nível fisiológico, cognitivo, afectivo, social e moral, quer ao nível da construção da identidade e da procura da autonomia (Monteiro & Santos, 1998; Taborda Simões, 2002), torna-se um período atractivo para a prática de comportamentos anti-sociais. Com efeito, este é um período de grandes e significativas mudanças, que tem vindo a assumir claro destaque na determinação, positiva ou negativa, do percurso do indivíduo: “Não acredito que a história de um homem esteja inscrita desde a sua infância. Penso que existem épocas muito importantes onde as coisas se inserem: a adolescência, a juventude...” (Jean-Paul Sartre, *Situations*, X, 1976 cit. in Claes, 1985).

Neste âmbito, torna-se fulcral a compreensão dos factores envolvidos no aparecimento e desenvolvimento da trajectória delinvente, nomeadamente entre os jovens. Este desejo tem sido realizado pela pluralidade de teorias e modelos explicativos da delinquência; modelos estes que não permitem, no entanto, uma explicação unificada e definitiva acerca desta problemática, dada até a complexidade do conceito. Ainda assim, possibilitam uma melhor compreensão dos diversos factores que se associam ao comportamento anti-social.

Considerando os factores mais estudados e que têm demonstrado estar relacionados com o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, as relações familiares têm um papel fulcral ao nível da sua significância (Machado, 2004). São diversos os estudos actuais que mantêm a crença na possibilidade de a família influenciar os comportamentos dos adolescentes (McCord, 2002; Trepanier, 1995; Patterson, 1992; Hirschi, 1990). Por conseguinte, à educação deve ser conferido o papel de potenciador inesgotável na redenção da maldade (Boavida, 2008). Afinal, o desenvolvimento de cada um de nós requer interacção com outros.

Assim sendo, atendendo à relação entre as práticas anti-sociais e a educação familiar, comprovada em diversas investigações, o presente trabalho visou, concretamente, analisar o papel que a educação parental, sob a percepção dos filhos, exerce sobre o desenvolvimento de práticas anti-sociais nos adolescentes.

Este trabalho inclui várias secções que se estruturam em duas partes:

A primeira parte corresponde à revisão bibliográfica, evocando à citação de vários estudiosos, que contribuíram para a evolução da compreensão desta problemática.

Assim, no *Capítulo 1* abordar-se-á o tema do comportamento anti-social, particularmente no âmbito da sua definição e tipologias, assim como a apresentação das problemáticas intrínsecas a este tema, a relação entre o comportamento anti-social e a adolescência e as consequências judiciais das práticas delinquentes nesta fase da vida.

O *Capítulo 2* foca a evolução das práticas educativas ao longo dos tempos, assim como se debruça sobre uma descrição dos estilos educativos parentais apresentados por diversos autores.

No *Capítulo 3* encontra-se a tónica de todo este trabalho: a constatação da relação entre comportamentos anti-sociais e a educação parental, pela exposição dos diversos autores e investigações realizadas no âmbito desta temática.

Seguidamente, o *Capítulo 4*, trata a influência dos contextos socioeconómicos e da estrutura familiar nos comportamentos anti-sociais dos adolescentes.

A segunda parte do trabalho é composta pela apresentação de um estudo empírico, visando a relação entre a educação parental e o comportamento anti-social em adolescentes.

Portanto, serão nesta secção desenvolvidas as questões práticas inerentes ao estudo realizado: definição de objectivos, metodologia utilizada, apresentação dos resultados e a sua discussão. Por fim, haverá lugar à apresentação da síntese conclusiva.

I. Enquadramento Conceptual

Capítulo 1. O Comportamento Anti-Social

1.1. Definição do conceito e suas tipologias

Desde cedo que se procura estabelecer uma diferenciação entre o comportamento normal e o patológico. A título de exemplo, já em 1966 Canguilhem entendia o comportamento patológico enquanto alteração quantitativa do estado normal. Quer isto dizer que a questão passou a ser encarada como uma variável contínua, primando, assim, pela necessidade de se definir o limiar entre os dois estados (o normal e o patológico) (Gonçalves, 1999). Afinal, é constante e indefinida a possibilidade de passagem de um estado de normalidade para um estado de patologia e vice-versa (Agra, 1986, cit in Gonçalves, 1999).

O próprio termo de comportamento anti-social é fruto de diversas polémicas, principalmente atendendo a sua abrangência, afinal integra conceitos como o comportamento desviante e o comportamento marginal. Relativamente ao primeiro conceito associado ao comportamento anti-social (comportamento desviante) este advém da Sociologia (e.g., Becker, 1963, 1964; Cohen, 1966; Erikson, 1964; Matza, 1969 cit in Gonçalves, 1999). Relativamente ao segundo conceito (comportamento marginal), em grande parte dos casos este mais não é do que uma tentativa de se ser único e original, na medida em que permite ao sujeito destacar-se dentro do grupo pelas suas atitudes e comportamentos, assim como facilita o ingresso num

novo grupo de pertença (Gonçalves, 1999).

Particularmente no campo da psicologia, tendencialmente utiliza-se o termo “delinquência” para designar as práticas anti-sociais. Ao longo deste trabalho também utilizaremos esse termo, afinal associa-se às camadas mais jovens da população e ao período da adolescência (população-alvo da nossa investigação) (cf. Leigh, Pare & Marks, 1981; Virel, 1982 cit in Gonçalves, 1999).

De acordo com Tolan, Guerra e Kendall (1995), o comportamento anti-social designa “um conjunto de comportamentos geralmente agressivos e que representam transgressões das normas sociais. Em muitos casos, estes comportamentos traduzem-se em actos ilegais, mas nem sempre. O comportamento anti-social pode variar desde comportamentos relativamente inócuos, mas detestáveis, como os acessos de mau humor e o comportamento de oposição, até aos actos transgressores mais condenáveis em termos sociais e criminais” (515) (Thornberry, T.P. & Krohn, M.D. cit in Fonseca, 2004, p.134).

Como se pode verificar, a designação do comportamento anti-social torna-se bastante abrangente, remetendo para uma realidade multidimensional, multideterminada e com diferentes manifestações (Machado, 2004). Quer isto dizer que os comportamentos anti-sociais apresentam diferentes características dependendo da fase em que o sujeito se insere: infância, adolescência e idade adulta; afinal as motivações inerentes às práticas anti-sociais assim como as consequências daí resultantes variam. Torna-se, então, pertinente distinguir os comportamentos anti-sociais premeditados dos comportamentos anti-sociais de foro automático e irreflectido; e aqueles que não causam qualquer dano dos que causam danos graves a terceiros. Relativamente ao confronto com a vítima, algumas práticas anti-sociais caracterizam-se pelo confronto directo; noutras casos não há qualquer tipo de confronto (Fonseca, 2000).

No âmbito da saúde mental e de acordo com a literatura especializada são algumas as expressões ligadas ao tema dos comportamentos anti-sociais, nomeadamente a impulsividade, desafio, perturbação, desatenção, hiperactividade. A *American Psychiatric Association* (DSM-IV, 1994) atribui ao comportamento anti-social em crianças e adolescentes o diagnóstico de *Distúrbio de Comportamento*. De entre os sintomas desta classificação dos comportamentos anti-sociais encontram-se a agressão às pessoas e aos animais (e.g. perturbar, ameaçar e intimidar; iniciar lutas físicas; usar uma arma; ser cruel fisicamente com pessoas e/ou animais; roubar confrontando-se com a pessoa; e/ou forçar alguém a ter relações sexuais); a destruição de propriedades (e.g. pegar fogo; destruir deliberadamente propriedades); a desonestidade (e.g. assaltar casas ou propriedades; enganar os outros; assalto sem confrontação com a vítima) e violação das normas sociais (e.g. passar a noite fora de casa; fugir de casa; absentismo escolar) (Fonseca, 2002, 319). Além disso, muitas expressões passaram a ser usadas na classificação dos jovens anti-sociais: distúrbio de oposição, problemas de conduta, problemas de comportamento externalizante e delinquência (Fonseca, 2002).

Autores como Patterson (Patterson, Capaldi & Bank, 1991; Patterson *et al.*, 1992) e Moffitt (1993, 1997) apresentaram teorias tipológicas da delinquência utilizando a idade de início enquanto variável principal para discriminar dois diferentes tipos de delinquentes. Patterson e colaboradores designam os delinquentes de início precoce (*early starters*) e os delinquentes de início tardio (*late starters*); enquanto Moffitt designa os primeiros de

delinquentes persistentes ao longo da vida (*life-course persistent offenders*) e os segundos de delinquentes limitados à adolescência (*adolescence-limited offenders*). Assim, o primeiro grupo designado por Moffitt caracteriza-se essencialmente pelo ingresso nas práticas anti-sociais a par do início da fase da adolescência (11-12 anos). Os actos delinquentes caracterizam-se pela sua forte heterogeneidade e pretendem, acima de tudo, o prestígio e reconhecimento da parte dos colegas (14-15 anos). A delinquência é frequentemente exploratória, afinal o jovem não pretende mais do que obter algum estatuto e protagonismo. Quer isto também dizer que, a par do fim da adolescência e com a descoberta de um mundo novo, o mundo adulto, dotado de novas responsabilidades profissionais e pessoais, espera-se que o jovem abandone a delinquência (Born, 2005). O segundo grupo caracteriza-se por manifestar condutas delinquentes na adolescência que se prolongam pela vida (Thornberry, T.P. e Krohn, M.D cit. in Fonseca, 2004). Moffitt (1993, 1997) entende que estes comportamentos evidenciam-se logo na infância, onde se denotam problemas comportamentais, nomeadamente a hiperactividade e consequentes problemas de aprendizagem e insucesso escolar. Além disso, estas crianças demonstram desde cedo défices de vinculação nas relações que estabelecem, primeiro com as figuras parentais e depois com os pares (Born, 2005). As práticas anti-sociais vêm-se constantemente reforçadas quer pelas relações que estes jovens tendem a manter com outros jovens também delinquentes, quer pela persistência dos traços pessoais e factores ambientais (Born, 2005).

Em suma, o aumento das práticas anti-sociais, fruto de uma diversidade de factores, dos quais se destaca a facilidade de qualquer pessoa obter uma arma ou as cenas de violência oferecidas diariamente pela televisão, justifica o interesse em estudar esta área. Todavia, a diversidade de estudos e perspectivas (nomeadamente na área da psicologia, direito e genética) faz ressaltar a pertinência de uma análise multidisciplinar dos comportamentos anti-sociais numa tentativa de compreensão inerente a esta problemática de todos nós. Afinal, enquanto sociedade em crescente evolução vamos dotando os comportamentos anti-sociais de maior complexidade, pelas diferentes significações que lhe vamos atribuindo.

1.2. Problemáticas em torno do conceito

Note-se que são numerosos os trabalhos empíricos e as estratégias utilizadas para desvendar as causas do comportamento anti-social (Hill & Maughan, 2001; Loeber & Farrington, 1998; Rutter, Giller & Hagell, 1998; Stoff, Breiling & Maser, 1997 cit in Rutter, 2004). Além disso, grande parte das investigações centraram-se na questão dos mecanismos que poderiam estar subjacentes às diferenças individuais na disposição para a pessoa se envolver no comportamento anti-social (Rutter, 2004).

Neste sentido, das questões causais que se encontram na base dos comportamentos anti-sociais destacam-se as questões relativas às diferenças intergrupais, como por exemplo a constatação de que os rapazes têm mais propensão do que as raparigas para se envolverem na maior parte das formas de comportamento anti-social (Moffitt et al., 2001 cit in Rutter, 2004).

Outra questão importante envolve a necessidade de identificar os mecanismos causais que estão subjacentes às tendências da idade no comportamento anti-social, afinal está documentado que o comportamento delinvente atinge o seu pico máximo durante a adolescência e tende a

decair no início ou a meio da vida adulta. Rutter (2002b) entende que para explicar este facto importa considerar as tendências da idade no desenvolvimento psicopatológico: alguns indivíduos durante a fase intermédia da infância transitam de comportamentos de oposição/desafio para o distúrbio de conduta manifesta ou para a delinquência; já na adolescência os indivíduos transitam de problemas de conduta para o consumo de drogas (Fonseca, 2004).

Em terceiro lugar coloca-se a questão do *porquê* e do *como*, em certas circunstâncias, uma disposição pré-existente para se envolver em comportamentos anti-sociais leva a verdadeiros actos de delinquência. Investigações sugerem que existem factores situacionais a influenciar esta passagem (Clarke, 1980; 1995; Rutter *et al.*, 1997 cit in Fonseca, 2004). Desses factores fazem parte as percepções que os jovens têm das oportunidades de crime e a sua capacidade para criar ou tirar vantagens delas, juntamente com a sua avaliação dos riscos de ser apanhado e das consequências que se seguiriam, se fossem apanhados.

Além disso, presta-se uma atenção inadequada à provável heterogeneidade do conceito. Especificamente no que concerne o comportamento anti-social persistente ao longo da vida e o comportamento anti-social limitado à adolescência (Moffitt, 1993^a; cf. Moffitt, 2003 cit in Fonseca, 2004). São vários os estudos longitudinais (Fergusson *et al.*, 1996; Moffitt *et al.*, 1996; Patterson, 1996; Patterson & Yoerger, 1997) cujos resultados empíricos sugerem que o grupo persistente ao longo da vida aparece associado, não só com um começo particularmente precoce, mas também com um nível muito elevado de factores de risco individuais (e.g. hiperactividade) e de factores de risco familiares (v.g., comportamento anti-social dos pais e disciplina quase inexistente) (Fonseca, 2004).

Esta última questão remete-nos para a problemática da *continuidade* e *mudança* das práticas anti-sociais. Com o intuito de clarificar questões como esta a criminologia dedica bastante do seu tempo a avaliar as trajectórias delinquentes no que concerne a sua continuidade ou mudança. Ora, os resultados de alguns estudos apresentam níveis significativos de continuidade do comportamento anti-social ao longo do ciclo de vida, facto já denunciado por Lee Robins (1978): "...o comportamento anti-social na idade adulta poderá implicar comportamento anti-social na infância..." (p.611) (Thornberry & Krohn, 2004,133). Não obstante, muitos outros estudos revelam que pode observar-se uma mudança significativa nos percursos desviantes, quer isto dizer que muitos dos delinquentes, incluindo os de início precoce, acabam por abandonar os comportamentos anti-sociais. A este fenómeno atribuiu-se a designação de "paradoxo de Robins" (1978): "... e, no entanto, a maioria das crianças anti-sociais não se tornam adultos anti-sociais" (p.611) (Thornberry & Krohn, 2004,133).

O conceito de continuidade integra a noção de comportamento anti-social enquanto prática persistente ao longo do ciclo de vida. Já o conceito de mudança requer o término do comportamento delincente. Posto isto, uma compreensão abrangente acerca da continuidade e da mudança dos comportamentos anti-sociais bem como dos mecanismos causais inerentes a cada uma destas realidades ultrapassa a procura dos motivos que estão na base do abandono ou persistência dos comportamentos anti-sociais. Antes, importa incidir o foco sobre o porquê de algumas crianças que aderem a comportamentos pró-sociais evitarem o envolvimento em comportamentos anti-sociais ao longo do ciclo de vida, enquanto outras os manifestam tardiamente (Thornberry & Krohn, 2004).

De acordo com a “visão simplificada” da continuidade e da mudança nas trajetórias delinquentes de Thornberry & Krohn (2004), que dicotomiza o percurso do desenvolvimento em estádios precoces e tardios e que conceptualiza o comportamento anti-social em termos de ausência ou de presença, a continuidade do comportamento anti-social requer comportamento anti-social durante os primeiros estádios do desenvolvimento e persistência do comportamento em estádios posteriores. A mudança, por sua vez, pode abarcar duas possibilidades. A primeira é a de que os sujeitos que ingressaram na prática de comportamentos anti-sociais precocemente e que posteriormente abandonam esses mesmos comportamentos; a mudança é, portanto, abandonar as práticas delinquentes. A segunda corresponde aos indivíduos que iniciam mais tardiamente a prática de comportamentos anti-sociais; a mudança é, portanto, passar a exhibir comportamentos desviantes (Thornberry & Krohn, 2004).

Todavia, a complexidade dos conceitos de continuidade e mudança, anteriormente simplificados pelas noções de percurso de vida (que não se limita à noção de precoce ou tardia) e de comportamento anti-social (que não se limita à noção de presente ou ausente), requer uma análise mais detalhada destas variáveis. Afinal, as trajetórias anti-sociais podem iniciar-se em qualquer idade e podem apresentar uma diversidade de padrões de duração, de progressão, de intermitência e de gravidade (Loeber & Le Blanc, 1990 cit. in Thornberry & Krohn, 2004).

Perante isto, autores como Patterson (Patterson, Capaldi & Bank, 1991; Patterson et al., 1992) e Moffitt (1993, 1997) apresentaram teorias tipológicas da delinquência utilizando a idade de início enquanto variável principal para discriminar dois diferentes tipos de delinquentes: os delinquentes de início precoce e os delinquentes de início tardio (cf. capítulo 1.1). Ainda assim, o facto de se verificar que alguns sujeitos iniciam as suas trajetórias delinquentes mais cedo e outros mais tarde não significa que uma destas duas hipóteses abarque todos os casos.

No que concerne a continuidade do comportamento anti-social em sujeitos de início precoce em 1994 Elliott, recorrendo aos dados do Inquérito Nacional à Juventude (*National Youth Survey*), indicou que 45% dos delinquentes muito violentos, cujo início do comportamento anti-social tinha ocorrido antes dos 11 anos, continuavam a envolver-se em comportamentos delinquentes até aos 20 anos. Já os jovens que manifestavam práticas anti-sociais pela primeira vez aos 11-12 anos apenas um quarto mantinha os comportamentos anti-sociais e a “probabilidade diminuía e mantinha-se relativamente constante para aqueles que começaram a apresentar esses comportamentos aos 13-17 anos” (Elliott, 1994, 14 cit in Thornberry & Krohn, 2004, 147).

Ora, em primeiro lugar, o aparecimento precoce do comportamento anti-social pressupõe a presença de défices mais extremos, e sendo estes mais estáveis precisamente por serem graves, é provável que continuem a estar na origem de comportamentos anti-sociais ao longo do tempo (Thornberry & Krohn, 2004). Daí a noção de continuidade dos comportamentos anti-sociais.

Em segundo lugar, os laços sociais também se vêem enfraquecidos pela prática de comportamentos anti-sociais, o que envolve cada vez mais estes jovens nas práticas desviantes. Consequentemente, a posição ocupada na estrutura social cria uma variedade de défices que se vão entrecruzando no decorrer do ciclo de vida do sujeito. Os défices daqui decorrentes, por sua vez, estabelecem relações causais entre si e colocam-se na base da formação

de diferentes trajetórias de desenvolvimento que conduzem à continuidade das práticas anti-sociais (Thornberry & Krohn, 2004).

Ainda assim, não podemos generalizar a continuidade dos comportamentos anti-sociais; principalmente quando as práticas anti-sociais se iniciam muito precocemente pode registar-se um grau significativo de mudança. De acordo com os dados recolhidos pelo Inquérito Nacional à Juventude relatados também por Elliott (1994) 55% dos indivíduos que começam a exibir comportamentos anti-sociais antes dos 11 anos abandonam essas práticas antes dos 20 anos; quem inicia a prática anti-social aos 11 ou 12 anos deixa de exibir tais comportamentos em 75% dos casos (Thornberry & Krohn, 2004, 148).

Na base destes resultados poderão estar três processos. O primeiro integra a noção de que os factores sociais responsáveis pelo aparecimento do comportamento anti-social tendem à estabilidade, mas isto não é uma realidade irreversível, afinal as condições do meio podem alterar-se no sentido de modificar as trajetórias de vida da criança e o seu percurso anti-social (Thornberry & Krohn, 2004). O segundo diz respeito ao facto de nem todas as áreas de vida de um sujeito serem negativas e, portanto, permitirem um equilíbrio entre aspectos positivos e negativos. Ora, em alguns casos os aspectos positivos, aqui encarados como factores de protecção (cf. Rutter, 1987; Smith & Carlson, 1997; Smith, Lizotte, Thornberry & Krohn, 1995; Werner & Smith, 1992 cit in Thornberry & Krohn, 2004) compensam os negativos e, por isso, reduzem as possibilidades do jovem se tornar delinquente ou pelo menos oferecem maior resistência às práticas anti-sociais por serem áreas menos vulneráveis. Por último, não podemos descuidar o papel por vezes bem sucedido dos programas de prevenção e tratamento do comportamento desviante (cf. Howell, Krisberg, Hawkins & Wilson, 1995; Lipsey & Wilson, 1998 cit in Thornberry & Krohn, 2004).

1.3. Comportamento anti-social e adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista

Autores como Moffitt (1993) e Loeber & LeBlanc (1998) focam o seu interesse na perspectiva desenvolvimentista e na sua importância na análise das práticas comportamentais delinquentes (Born, 2005)

No âmbito desta perspectiva - a desenvolvimentista - o percurso desenvolvimental ao longo da vida integra uma “sequência de papéis definidos culturalmente para cada idade, bem como de transições sociais concretizadas ao longo do tempo” (Caspi, Elder & Herbener, 1990, 15; cf. Elder, 1997 cit in Thornberry & Krohn, 2004, 139). As sequências são descritas em termos de trajetórias (padrões de desenvolvimento a longo prazo) e de transições (acontecimentos ou mudanças a curto prazo nestas trajetórias). Neste sentido, a delinquência pode ser considerada uma trajetória comportamental, afinal desenrola-se ao longo do tempo, tem um início e uma duração. Além disso, na base explicativa dos comportamentos anti-sociais inclui-se o desenvolvimento de outras trajetórias relacionadas com instituições sociais importantes (e.g. família) (Thornberry, 1997 cit in Thornberry & Krohn, 2004). Quer isto dizer que o processo de socialização assume um papel central, afinal na trajetória delinvente pode-se constatar algumas falhas nesse mesmo processo (Born, 2005).

Particularmente na fase da adolescência, forte etapa de estudo no campo dos comportamentos anti-sociais desde há décadas, a delinquência

forma uma importante questão social, afinal despoleta severas disrupções às famílias, escolas e comunidades (Glick & Goldstein, 1987 cit in Carroll, Houghton, Hattie, & Durkin, 2004). Além disso, é notório o aumento do crime juvenil, nomeadamente nos Estados Unidos da América, na década passada: as detenções em jovens com idades inferiores a 18 anos aumentaram 60,1%; o mesmo não se verificou em idades superiores aos 18 anos, as detenções cresceram apenas 5,1% (*Federal Bureau of Investigation*, 1991). Stahl em 1998 constatou que desde 1986 a proporção de prisões de indivíduos com menos de 18 anos aumentou 98% por crimes contra pessoas, 123% por crimes contra bens e 120% por crimes relacionados com droga (Carroll, Houghton, Hattie, & Durkin, 2004).

Estes números tornam-se ainda mais alarmantes se atendermos ao facto de estudos baseados em questionários de auto-avaliação demonstrarem que cerca de 50% dos indivíduos que se envolvem em actividades delinquentes num determinado momento da sua adolescência e 98% do comportamento delincente adolescente não constam dos registos oficiais (Dryfoos, 1990; Dunford & Elliott, 1982; West & Farrington, 1977 cit in Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004). Quer isto dizer que o envolvimento dos adolescentes no comportamento delincente é muito maior que aquele que o registo dos tribunais indica (Carroll, 1994 cit in Carroll, Houghton, Hattie, & Durkin, 2004).

Ora, de acordo com a perspectiva piagetiana, na adolescência o jovem alcança uma nova forma de pensamento: o pensamento operatório formal (Piaget, 1972 cit in Formosinho, Tabora Simões e Vale Dias, 2005). Trata-se, portanto, do ingresso num novo mundo cognitivo que vai além do que é real e que só o próprio adolescente pode controlar. Este “egocentrismo metafísico” (Inhelder & Piaget, 1955 cit in Formosinho, Tabora Simões e Vale Dias, 2005), associado ao “auditório imaginário”, que passa pela idealização do jovem de ser constantemente observado pelos outros (Elkind, 1967 cit in Formosinho, Tabora Simões e Vale Dias, 2005) e à “fábula pessoal”, ou seja, inconsciência do jovem acerca de possíveis consequências negativas dos seus actos para si mesmo (Elkind, 1967 cit in Formosinho, Tabora Simões e Vale Dias, 2005) são traços cognitivos que têm o poder de provocar no adolescente um sentimento de invensibilidade. Daí a apetência para correr riscos (Arnett, 1992 cit in Formosinho, Tabora Simões e Vale Dias, 2005).

Dado que neste tópico de análise nos estamos a debruçar sobre o comportamento anti-social que se limita à adolescência importa ressaltar que os crimes resultam principalmente da imitação social e da influência do grupo de colegas (Fergusson, Horwood & Nagin, 2000). Afinal, não passam de problemas de comportamento passageiros e triviais (Weiner, 1992 cit. in Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004).

Note-se que a teoria do aumento da reputação defende que a delinquência surge como uma auto-apresentação que estabelece uma identidade social não patológica e racional (Emler & Reicher, 1995 cit in Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004). Neste sentido, o crescimento da delinquência no início da adolescência e o seu declínio no início da idade adulta deve-se essencialmente ao facto dos adolescentes se afastarem da supervisão e protecção dos pais e a substituição da relação com os pais para as relações com os colegas (Emler, 1984 cit in Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004). Afinal, esta é uma etapa que se caracteriza pela ruptura com a dependência afectiva aos pais, outrora vivenciada (na infância), e pela busca incessante de autonomia também relativamente às figuras parentais. Quer

isto dizer que a dinâmica relacional sofre alterações, na medida em que se espera uma maior reciprocidade de estatutos (Youniss & Smollar, 1985 cit in Formosinho, Taborda Simões e Vale Dias, 2005), assim como formas mais justas de distribuição de poder e alterações nos padrões comunicacionais entre os pais e o adolescente (Noller & Callan, 1990, 1991 cit in Formosinho, Taborda Simões e Vale Dias, 2005). Ainda assim os pais continuam, ou deveriam continuar, a ser um ponto de referência fundamental (Patterson, Field & Prior, 1994; Soares, 1996 cit in Formosinho, Taborda Simões e Vale Dias, 2005).

O envolvimento temporário dos adolescentes em práticas anti-sociais pode-se explicar, então, pela constatação de que se antes (na infância) eram os pais quem controlava o comportamento dos seus filhos, agora (na adolescência) espera-se uma autonomia crescente no âmbito da tomada de decisões, capaz de formar adultos. Conger (1991) sugere que o desenvolvimento da autonomia adolescente caracteriza-se por dois processos: o de separação e o de ligação. Ora, os adolescentes necessitam de alguma independência dos pais para tomar as suas próprias decisões, mas também da orientação e apoio parental (Thornberry & Krohn, 2004). No entanto, muitos pais têm dificuldades em orientar sem controlar demasiadamente os comportamentos dos filhos e sem lhes conferir a autonomia devida para tomar decisões. Pelas dificuldades levantadas pelos pais na criação da identidade própria dos adolescentes estes últimos nutrem sentimentos de raiva pelos progenitores que, por sua vez, continuam a controlar os filhos (Benson et al., 1987 cit in Thornberry & Krohn, 2004). Os pais temem cada vez mais perder o controlo sobre a vida dos filhos pelas repercussões na segurança e bem-estar dos mesmos (Gecas & Seff, 1990 cit in Thornberry & Krohn, 2004). Tudo isto culmina num distanciamento relacional entre pais e filhos, o que leva o adolescente a procurar no grupo de pares a fonte de recompensas e aprovação que antes encontrava nos pais (*ibidem*). Assim, o grupo de adolescentes, em que cada um dos elementos procura a sua própria autonomia, acaba por se afastar da autoridade adulta e por valorizar o comportamento de rebelião contra essa mesma autoridade (Cohen, 1955; Stinchcomb, 1964 cit in Thornberry & Krohn, 2004). Consequentemente, os jovens promovem entre si as práticas de comportamentos desviantes, tais como o consumo de álcool e drogas.

Daqui resulta que, os jovens, outrora protegidos das consequências da adversidade estrutural, particularmente devido ao desenvolvimento de laços pró-sociais sólidos, encontram-se vulneráveis à formação de comportamentos desviantes. Afinal, se antes havia limitações agora são eles os responsáveis pelas suas próprias decisões, o que quando se trata de comportamentos a curto prazo pode induzir a escolha de alternativas comportamentais desviantes (Thornberry & Krohn, 2004).

A relação com os pais tende a tornar-se cada vez mais conflituosa e o afastamento reduz o envolvimento, antes característico da relação pais-filhos. À medida que os filhos se afastam dos pais aproximam-se do grupo de pares e das actividades delinquentes (Thornberry & Krohn, 2004).

Na maioria das situações os adolescentes abandonam a conduta desviante. Na base explicativa desta norma estão dois processos. Em primeiro lugar, a força motivadora da delinquência está associada a um período específico do desenvolvimento. À medida que a autonomia é conquistada, vão diminuindo os benefícios resultantes da rebeldia face à autoridade adulta e parental, em particular. Em segundo lugar, ao contrário dos delinquentes mais persistentes, estes jovens dispõem de níveis

significativos de capital social e humano, ao qual podem recorrer para resolverem qualquer problema que lhes surja em virtude do envolvimento em actividades delinquentes. Apesar dos conflitos que possam surgir, a curto prazo, a propósito da (in)adequação do comportamento, estes adolescentes continuam a reconhecer a opinião dos pais, no que diz respeito aos seus objectivos a longo prazo. Além disso, as tensões que surgem entre pais e filhos na adolescência, geralmente, não “estragam” a qualidade da sua relação afectiva (Gecas & Seff, 1990 cit in Thornberry & Krohn, 2004). A presença destes recursos permite que estes adolescentes façam transições relativamente tranquilas para os papéis convencionais da vida adulta e que se integrem, sem grandes dificuldades, nas redes sociais convencionais. Com a concretização destas transições, são cada vez mais reduzidas as oportunidades de continuação do comportamento delincente (Thornberry & Krohn, 2004).

Em termos gerais, grande parte do comportamento humano é orientado por objectivos (Ford, 1992; Lewin, 1952; Locke, 1991). Os especialistas em educação e em desenvolvimento acordam que a adolescência é um período crucial para a formulação de objectivos pessoais. Contudo, os adolescentes diferem entre si na forma como clarificam e na importância que conferem a esses objectivos pessoais (Carroll, Houghton, Hattie, & Durkin, 2004). Neste sentido, os delinquentes são descritos como limitados nos seus objectivos e desprovidos de capacidade de direcção (Kerr & Nelson, 1989; Thilagaraj, 1984 cit in Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004).

1.4. Adolescência e responsabilidade criminal em Portugal: políticas actuais

Anteriormente foi descrito que a maioria dos adolescentes abandona as práticas anti-sociais. Contudo, em alguns casos o comportamento anti-social persiste. No caso dos jovens provenientes de meios desfavorecidos, por exemplo, os ganhos económicos imediatos de algumas actividades delinquentes podem ser bastante apelativos (Thornberry & Krohn, 2004).

Neste sentido, a Psicologia “aliou-se”, desde cedo, ao poder jurídico, não só no estudo da delinquência juvenil, mas também na elaboração de medidas de privação da liberdade e das instituições prisionais (cf. Gonçalves, 1996 cit in Gonçalves, 1999).

Ora, a delinquência juvenil (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira & Yule, 1995 cit in Matos *et al.*, 2000) representa os actos de menores que violam a lei e que, conseqüentemente, poderão ser acusados e/ou detidos. Afinal, a delinquência insurge como forma extrema de comportamento anti-social e como um padrão de comportamento ilegal cometido por um menor (Shaw, 1983 cit in Marcus e Betzer, 1996; Matos *et al.*, 2000). Neste âmbito, torna-se pertinente uma pequena análise da responsabilidade criminal dos menores e jovens em Portugal.

Assistiu-se em 1999 à *Reforma do Direito de Menores* da qual resultou a *Lei Tutelar Educativa*, considerada inicialmente demasiado ríspida, para passar depois a ser considerada pouco severa. Esta mudança de opinião deveu-se, antes de mais, ao aumento da delinquência e da sua gravidade, à precariedade nas condições de vida e à desadaptação das minorias étnicas e imigrantes e ao crescimento da insegurança daí resultante.

Assim, data do início do século XXI, nos países europeus ocidentais,

o aumento da rigidez nas medidas de penalização dos actos delinquentes praticados por crianças e jovens; o que somado com o decréscimo da tolerância social às práticas anti-sociais justifica o aumento da exigência de responsabilidades aos jovens (Fonseca, 2006). Perante isto, a *Recomendação 2003-20 do Comité de Ministros do Conselho da Europa*, de 24 de Setembro de 2003 sugeriu aos Estados-Membros “uma abordagem mais estratégica do problema e a procura de novas respostas e soluções, sem deixar de colocar a tónica na prevenção, mas insistindo na necessidade de combater infracções graves, violentas ou repetidas praticadas por menores” (Fonseca, 2006, 356).

No sentido de romper laços com o até então vigente “modelo de protecção”; e principalmente pela necessidade de intervir mais do que prevenir, em Janeiro de 2001 entrou em vigor a nova legislação referente às crianças e jovens. As leis 147/99, de 1/9 e 166/99, de 14/9, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (L.P.C.J.P.) e *Lei Tutelar Educativa* (L.T.E.). Apesar aprovada a entrada em vigor da L.T.E. esta ficou dependente da entrada em vigor do *Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos* e do diploma de criação dos primeiros centros educativos para execução da medida de internamento, cuja preparação iniciou-se no ano de 2000 (Fonseca, 2006).

Além disso, a *Lei Tutelar Educativa* insurge enquanto resposta à necessidade de descida da imputabilidade de 16 para 14 anos, bem como o recurso mais amplo à privação de liberdade para menores delinquentes, através do seu internamento em estabelecimentos da Justiça de regime fechado (Gersão, 2001; Duarte-Fonseca, 2005 cit in Fonseca, 2006). Note-se que este sistemas educativo de regime fechado de menores, abrange os jovens com mais de 14 anos praticantes de factos qualificados como crimes considerados graves, estando prevista na Lei a forma de aferir esta gravidade, atendendo ao limite mínimo da pena que seria aplicável ao facto se este tivesse sido praticado por um imputável (Fonseca, 2006). Quer isto dizer que a L.T.E. constitui um suporte normativo capaz de garantir a intervenção necessária, oportuna e proporcionada requerida pelos menores que, a partir de determinada idade (o legislador fixou os 12 anos) pela sua conduta, revelam desrespeito pelos valores fundamentais da vida em sociedade (Fonseca, 2006).

As medidas tutelares educativas enumeradas no art. 4.º são: a) admoestação; b) proibição de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores; c) reparação ao ofendido; d) realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; e) imposição de regras de conduta; f) imposição de obrigações; g) frequência de programas formativos; h) acompanhamento educativo; i) internamento em centro educativo (Fonseca, 2006). Apenas a última medida é institucional e a lei prevê três regimes para a respectiva execução, a definir pelo tribunal: regime aberto, regime semi-aberto (aplicável quando o menor tiver cometido um facto qualificado como crime contra pessoas a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a três anos, ou tiver cometido dois ou mais factos qualificados como crimes a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, superior a três anos de prisão), e regime fechado (aplicável apenas a jovens de idade superior a 14 anos, no momento da aplicação, e que tenham cometido facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a 5 anos, ou tiverem cometido dois ou mais factos contra as pessoas qualificados como crimes a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável de prisão superior a três anos) (Martins, 2006).

Das particularidades mais evidentes da L.T.E. destacam-se a autonomia conferida à necessidade de educar o menor para os valores fundamentais, enquanto pressuposto da intervenção estadual e a extrema flexibilidade que caracteriza a revisão das medidas tutelares educativas, permitindo a adequação da intervenção às necessidades do menor, no que respeita a educação para os valores jurídicos fundamentais (Fonseca, 2006).

Não obstante, à L.T.E. falta uma distinção mais clara entre o regime aberto e o regime semi-aberto (Duarte-Fonseca, 2005 cit in Fonseca, 2006) e a instituição de uma medida intermédia na escala de gravidade das medidas tutelares educativas, entre a medida de internamento (em regime aberto) e o acompanhamento educativo, consistindo na sujeição do menor a vigilância electrónica, principalmente por permitir a continuação da frequência de um estabelecimento de ensino ou de uma actividade profissional e, ao mesmo tempo, uma obrigação de residência num local (a casa dos progenitores ou outra conveniente), a fixar pelo tribunal, que não tem que ser em regime aberto (Fonseca, 2006). Além disso, pela restrição à liberdade que a medida de sujeição a vigilância electrónica abarca esta medida não deveria ser imposta por um período inferior a 2 meses mas também não superior a 6 meses ou a 1 ano, consoante o menor tivesse menos ou mais de 16 anos, respectivamente, à data da aplicação da medida (Fonseca, 2006). Neste âmbito, a fixação da residência com sujeição a vigilância electrónica deve ser acrescentada ao elenco das medidas cautelares, de modo a evitar (e diminuir) o recurso ao internamento em centro educativo de regime semi-aberto, relativamente a menores com menos de 14 anos, por período igual ao admitido para a medida cautelar de guarda em centro educativo (Fonseca, 2006). Aumentar-se-ia, assim, o leque de possibilidades de resposta adequada, proporcionada e flexível, dos tribunais às necessidades de educação que se reconhecem nos menores que praticam factos qualificados como crimes, sem com isso deixar de ter em conta e de acautelar as necessidades de tranquilidade e segurança da comunidade (Fonseca, 2006).

Finalmente, as novas leis para as crianças e jovens, designadamente a L.T.E., são indiscutivelmente aquisições normativas de uma cultura que valoriza e recentra os menores atribuindo-lhes o estatuto de verdadeiros titulares de direitos (Fonseca, 2006). Porém, a sua materialidade não é suficiente para dar corpo à mudança. De facto, importa agora que aqueles que têm por função aplicá-la façam um esforço sério de interiorização dos novos procedimentos, explorando as virtualidades que a L.T.E. inquestionavelmente tem. Para tanto, afigura-se-nos fundamental que os magistrados e os técnicos, sejam eles psicólogos, assistentes sociais ou pedopsiquiatras, conheçam verdadeiramente os pressupostos e os objectivos de toda a intervenção tutelar e de promoção e protecção e as formas de interacção entre ambas, o que, sobretudo no caso dos magistrados, passa pela sua especialização e a consequente criação de novos tribunais de competência especializada em Família e Menores (Martins, 2006). Ainda assim, a Lei Tutelar Educativa oferece as respostas adequadas à delinquência dos jovens em Portugal.

Capítulo 2. A Educação Parental

2.1. A evolução da educação parental

Ao longo dos séculos têm sido notórias as mudanças sofridas na vida

familiar, principalmente pela alteração dos padrões familiares e as mudanças nas interações pais-filhos daí subsequentes. Ora, se era norma a família centrar-se no adulto, passou a estar direccionada para a criança. Quer isto dizer que se antes a criança apenas fazia parte do cenário familiar tradicional, agora está no centro desse cenário e são-lhe atribuídas maiores responsabilidades (Birren, Kinney, Schaie & Woodruff, 1981).

Concomitantemente, o método educacional também sofreu modificações: do autoritarismo para o permissivismo (Birren, Kinney, Schaie & Woodruff, 1981). Afinal, os padrões educacionais excessivamente doutrinários, rigorosos e dominadores foram substituídos por um plano educacional mais aberto à criatividade individual e à liberdade da criança promover individualmente os seus próprios padrões comportamentais (Birren, Kinney, Schaie & Woodruff, 1981).

É interessante notar que a maioria dos educadores de crianças alterou o seu método educacional inspirados na psicologia de Freud e, neste sentido, incentivaram os pais de classe média a questionar os métodos autoritários dos seus próprios pais. Assim, nas décadas de 40 e 50 as famílias de classe média passaram a aceitar e a entender como positivos os impulsos dos seus filhos, a sua auto-expressão e liberdade nas escolhas. Todavia, no decorrer dos anos 50 as famílias depararam-se com o facto de que demasiada permissividade sem qualquer controlo estaria a acarretar problemas aos pais, mais do que a educação autoritária que caracterizara tempos anteriores (Birren, Kinney, Schaie & Woodruff, 1981, 280). Além disso, algumas das suposições das técnicas educacionais permissivas não garantiam suporte científico. Por exemplo, o castigo e a suposição de que este é prejudicial e ineficaz. As experiências comprovam que castigos demasiadamente ríspidos e as ameaças de castigo que não são cumpridas, constituem-se, de facto, como prejudiciais. Não obstante, se o castigo for administrado adequadamente, o que inclui fornecer à criança informações acerca do comportamento desejado e acerca das consequências do não conformismo com as normas autoritárias dos pais, será eficaz no controlo comportamental dos filhos (Birren, Kinney, Schaie & Woodruff, 1981).

Perante isto, nos últimos anos abandonou-se a educação parental permissiva, sem isso implicar o retorno ao autoritarismo. Antes, passou a seguir-se o novo modelo educacional de Baumrind (1972): o controlo autoritativo paternal. Este modelo sugere que os pais devem ser hábeis, no sentido de ser capazes de comportar-se racionalmente e socorrer-se da razão para explicar os seus valores e normas aos filhos. Sem descurar, ainda, o papel da auto-afirmação e da intencionalidade na educação dos jovens. Assim que a criança se desenvolva os pais substituirão o amor controlado pelo amor autónomo e, assim, contribuirão para o desenvolvimento saudável da criança (Birren, Kinney, Schaie & Woodruff, 1981).

Finalmente, nunca será demais destacar que a educação é, ou deve ser, uma missão comum aos dois progenitores, o que se nota até na terminologia usada em inglês – *parenting* ou *parenthood* – implicando mãe e pai, indissolavelmente unidos, no processo educativo (Oliveira, 1994, 45)

2.2. Estilos educativos parentais

As primeiras investigações acerca da disciplina e das atitudes parentais para com os filhos datam dos anos 20 e 30. Dez anos depois as investigações sobre os estilos educativos voltaram a abrandar e só entraram novamente em destaque nos anos 70/80 (Cf. Collin e Kuczaj, 1991; Parish e

McCluskey, 1992; Sigel, 1981, 1985 cit in Oliveira, 1994). Perante isto, aos trabalhos de Baldwin, Kalthorn e Breese (1945, 1949) é atribuído o papel de pioneirismo. Nos seus estudos os autores distinguem fundamentalmente três tipos de pais (1945): os pais rejeitadores, subdivididos em pais activamente rejeitadores e pais indiferentes; os pais casualmente autocráticos e casualmente indulgentes; pais aceitadores, subdivididos em pais aceitadores democráticos, aceitadores indulgentes e aceitadores democrático-indulgentes (Oliveira, 1994, 76, 77). Ainda no mesmo ano Baldwin e os seus colaboradores organizaram as 30 variáveis sobre estilos educativos parentais, baseados nos primeiros resultados da *Fels Research Institute*, fundado em 1929, em três clusters: aceitação da criança, protecção e democracia. Posteriormente, também baseado na *Fels Research*, encontraram outros três grupos de variáveis: calor afectivo, harmonia ou adaptação e restrição. Outros autores também se esforçaram no sentido de organizar as diversas variáveis (Roff, 1949; Lorr e Jenkins, 1953; Crandall e Preston, 1955; Baker, Nelson e Sontag, 1958; Moss e Kagan, 1958; Becker et al., 1959; Kagan e Moss, 1962 cit in Oliveira, 1994).

Depois disso, em 1928, o *Berkeley Growth Study* iniciado por Bayley inspirou Schaefer a encontrar em 1959 duas dimensões bipolares no âmbito das práticas educativas: amor-hostilidade e autonomia-controlo. Estas dimensões foram adoptadas por outros autores que lhes atribuíram outras designações: amor-hostilidade corresponde a calor-hostilidade (Becker, 1964), aceitação vs rejeição (Symonds, 1939; Becker et al., 1965), protecção-abandono, afeição-frieza, interesse-indiferença, confiança-desconfiança, diligência-negligência, proximidade-distanciamento. Em vez de autonomia-controlo pode falar-se em permissividade-restritividade (Baldwin et al., 1945; Baldwin, 1955; Becker, 1964), democracia-autoritarismo, flexibilidade-inflexibilidade, coerência-arbitrariedade, compreensão-rigidez, diálogo-imposição, cooperação-coacção, tolerância-intolerância, entre outros (Oliveira, 1994).

Numa análise particular da dimensão bipolar *amor versus hostilidade*, uma dimensão afectiva que reporta às teorias psicanalíticas e personalistas, os autores são unânimes na opinião de que o calor afectivo é favorável ao desenvolvimento da criança. Maccoby (1980, pp. 392-393 cit in Oliveira, 1994) entende que um pai caloroso esforça-se pelo bem-estar dos filhos, responde às suas necessidades, dispensa-lhes tempo, mostra-se entusiasmado com as realizações da criança e é sensível aos seus estados emotivos. As crianças cujos pais mostram afeição e aceitação para além da média são afeioadas aos seus progenitores e mostram tendência para aprender melhor, são relativamente complacentes, apresentam uma boa auto-estima, internalizam melhor as normas morais e são mais altruístas. Becker (1964) inclui nesta dimensão afectiva conceitos como a compreensão, a aprovação, o uso moderado do castigo, a centração na criança e o uso de técnicas “amorosas” de disciplina, ao contrário da dimensão hostilidade que se associa às técnicas de “poderio” (Oliveira, 1994).

A dimensão *autonomia versus controlo/permissividade versus restritividade*, uma dimensão mais centrada na disciplina, reporta-se às teorias comportamentalistas (pela importância que atribui ao reforço) e às teorias de aprendizagem social. Particularmente o controlo inclui as noções de exigência e autoridade, o que supõe regras claras, normas precisas e restritivas e a definição, também clara, de quem fixa as regras e as faz respeitar, assim como os meios utilizados para as fazer cumprir. Quer isto

dizer que o comportamento da criança é regulado por normas precisas e restritivas. Já a permissividade rege-se pela não existência ou quase ausência de regras (Lautrey, 1980 cit in Oliveira, 1994). Assim, as regras existentes são fixadas de comum acordo e a criança participa nas decisões parentais (Baldwin et al., 1945 cit in Oliveira, 1994). O cumprimento das regras também poderá ser, ora mais rígida (se independente das circunstâncias), ora mais flexível (se os pais permitirem uma adaptação às circunstâncias), podendo mesmo resultar em permissividade se os pais estão alheios ao evoluir da criança (Oliveira, 1994). As práticas disciplinares também podem ser mais ou menos rígidas, desde os castigos físicos, as chantagens por parte dos pais, até as estratégias de persuasão mais respeitadoras da liberdade da criança, atitudes de controlo com impacto diversificado no equilíbrio psíquico da criança (Oliveira, 1994).

Ora, falar de autoridade e de regras significa também falar da estruturação da vida familiar. Segundo Lautrey (1980) existem três possibilidades: 1) ausência de estruturação, pela inexistência de regras; 2) estruturação rígida, caracterizada por regras estabelecidas unilateralmente e exigência do seu cumprimento; 3) estruturação flexível, caracterizado pela flexibilidade na fixação e cumprimento de regras. Desta estruturação familiar dependem as práticas educativas: na ausência de estruturação a prática educativa aspira para a permissividade; na estruturação rígida a educação arma-se de autoritarismo e na estruturação flexível a norma educativa é democrática ou autoritativa-recíproca. Todavia, não se trata estritamente de uma relação causa-efeito. (Oliveira, 1994).

Se considerarmos as dimensões do modelo de Schaefer (autonomia vs controlo e amor vs hostilidade) obtemos fundamentalmente 4 estilos educativos em “circular”: democrático (na conjugação da autonomia com o amor), indulgente, permissivo ou proteccionista (se articularmos o controlo com o amor), autoritário (quando conjugamos controlo e hostilidade) e negligente, indiferente ou rejeitador (se unimos a autonomia à hostilidade). O primeiro e o terceiro estilo (democrático versus autoritário) dizem mais respeito à dimensão autónoma (do poder) e o segundo e o quarto (indulgente versus negligente) dizem mais respeito à dimensão afectiva (Oliveira, 1994).

Assim, este modelo assemelha-se ao de Baumrind (1973, 1983) que distingue quatro tipos de estilos parentais que se adequam a todo o desenvolvimento da criança e adolescência. São eles o estilo «autoritativo» (democrático), o estilo «indulgente» (permissivo), o estilo «autoritário» (autocrático, exigente) e o estilo «negligente» (rejeitador).

De acordo com o estilo «democrático» (*authoritative style*) as figuras parentais dirigem as acções do filho, de uma forma racional e orientada para o resultado com o intuito de favorecer a internalização das normas parentais; encorajam o diálogo com o filho, partilham os raciocínios que suportam a «política familiar»; exercem um controlo firme nos pontos de divergência, mas não encerram o filho nas suas restrições; reconhecem os direitos do filho como os de um adulto, mas também os interesses específicos à sua idade. Assim, este estilo educativo caracteriza-se pela utilização da autoridade de um modo não excessivo, afinal o *parenting* deste estilo educativo encoraja a autonomia da criança, estimula a expressão dos seus desejos e sentimentos ao mesmo tempo que impõe restrições de ordem comportamental (mas não restrições psicológicas) (Darling e Steinberg,

1993; Steinberg *et al.*, 1994 cit in Born, 2005, 104). Finalmente, são controladores mas também calorosos, exigem correspondência e disciplina, mas são suficientemente compreensivos, levando os filhos à autoconfiança, à segurança e à maturidade (Baumrind, 1973, 1983 cit in Oliveira, 1994).

O estilo educativo «permissivo» (*permissive parent*) caracteriza-se por uma educação parental não punitiva. O progenitor explica as regras familiares e o seu sentido e esforça-se por realizar os desejos do seu filho, assim como dá livre arbítrio ao jovem na escolha das suas actividades. Além disso, não incute a obediência às normas exteriores, socorre-se da razão, mas nunca do poder e evita controlar o filho e os seus comportamentos. Neste sentido, incentiva a individualização do jovem colocando-lhe poucas restrições psicológicas ou comportamentais (Smetana, 1995 cit in Born, 2005, 103). Quer isto dizer que os pais não utilizam o poder para atingir os seus objectivos. Todavia, por vezes tornam-se violentos quando perdem totalmente o controlo da situação. Tais reacções apresentam-se como incoerentes em relação aos princípios estabelecidos. Estes pais permissivos, mais ou menos calorosos, pouco exigentes, podem provocar nos filhos falta de autocontrolo e de autoconfiança, levando-os a sentir-se demasiado dependentes e desprotegidos (Baumrind, 1973, 1983 cit in Oliveira, 1994).

No pólo oposto ao estilo permissivo encontra-se o estilo educativo «autoritário» (*authoritarian parent*), o qual inclui uma figura parental que se coloca no centro da vida familiar e que monopoliza o poder de decisão, modelando o comportamento do filho em prole de uma norma de conduta que visa determinar, controlar e avaliar os comportamentos e as atitudes do filho. Rege-se, assim, pelo princípio da obediência e favorece a prática de medidas punitivas para fazer prevalecer essas mesmas normas em detrimento das acções e valores próprios dos filhos. Pretende, então, que prevaleça o respeito pela autoridade, pelo trabalho, pela ordem e pelas tradições, o que significa que valoriza a aceitação das normas impostas limitando a autonomia do jovem. Mais, pouco ou nada estimula e respeita a autonomia, a auto-afirmação e a individualidade do jovem (Smetana, 1995 cit in Born, 2005) restringindo deste modo o jovem quer ao nível comportamental quer ao nível psicológico (Darling e Steinberg, 1993 cit in Born, 2005). Os castigos são automáticos quando a norma é infringida ou quando há tentativas de independência ou rebelião. Estes pais controladores, pouco calorosos e muito punitivos tendem a produzir filhos descontentes, inseguros, submissos ou revoltados (Baumrind, 1973, 1983 cit in Oliveira, 1994).

O estilo «negligente» (rejeitador) inclui os pais que não exigem responsabilidades aos filhos. Não obstante, estes pais também não encorajam a independência da criança/adolescente. Enquanto figuras parentais caracterizam-se essencialmente pela sua frieza, inacessibilidade, indiferença e centração em si mesmos. Neste âmbito, não são capazes de proporcionar à criança/adolescente os estímulos afectivos de que esta necessita. Além disso, valem-se dos castigos e pressões para evitar que o filho perturbe o seu comodismo. Perante isto, os filhos tornam-se tristes, frustrados, inseguros e desorientados, o que facilmente os atrai para o exercício de práticas delinquentes. (Baumrind, 1973, 1983 cit in Oliveira, 1994).

Sem pretensão de descurar os trabalhos até aqui realizados no sentido de tipificar os estilos educativos parentais, há que elucidar para o facto de que qualquer tentativa de standardização dos padrões comportamentais na interacção pais-filhos ser redutora da imensa variedade de comportamentos ou estilos educativos parentais (Baumrind, 1971, 1972

cit in Oliveira, 1994). Isto é, dificilmente será possível mais do que uma standardização geral, afinal não há tipos puros de comportamentos ou atitudes entre pais e filhos, devendo sempre considerar-se aspectos diferenciais, tanto a respeito dos pais como dos filhos (e.g. idade, sexo) (Oliveira, 1994).

Por outro lado, importa perceber em que medida o comportamento dos filhos depende dos pais e vice-versa. São vários os estudos que indicam uma relação causal entre o comportamento dos pais e a personalidade dos filhos: os filhos de pais mais tolerantes e democráticos tendem a ser mais activos, criativos, livres e menos conformistas; já os filhos de pais mais exigentes e ameaçadores tendem a manifestar maior hostilidade, medo e descontentamento; os filhos de pais superprotectores e ansiosos tendem a ter menos recursos psíquicos, ser mais inseguros e ansiosos. Não se pode, contudo, afirmar definitivamente que o modo de ser e de agir dos pais influencia decididamente os comportamentos dos filhos (Oliveira, 1994).

Finalmente, a noção de *parenting* definida por Pourtois (1984, p.67) assume-se como um conceito referente «...às práticas educativas necessárias para o crescimento da criança. Trata-se do exercício de funções psicossociais e pedagógicas que englobam todos os papéis educativos que uma pessoa, com ou sem relação de parentesco, pode assumir durante a sua vida» (Born, 2005, p.101). Neste sentido, o estilo parental seria dotado de uma influência no desenvolvimento das competências sociais e cognitivas, atendendo àquilo que cada estilo educativo propõe em termos de valores, comportamentos e normas (Dornbusch-Sanford *et al.*, 1987 cit in Born, 2005). Particularmente na fase da adolescência será, então, fulcral os pais abandonarem o seu papel de “únicos donos da palavra” para passar a ouvir o adolescente, sem deixar contudo de manter a sua autoridade em prole do encorajamento da individualidade, da auto-afirmação e como resposta às necessidades específicas e exigências do jovem, no sentido de incentivar o desenvolvimento da sua personalidade própria. Sem, no entanto, abandonar as imposições que devem também ser feitas para que o adolescente se possa ajustar à família, dotando de grande importância os conceitos de disciplina e de crescimento da maturidade (Born, 2005).

Capítulo 3. Educação parental e comportamentos anti-sociais: que relação?

É inegável o papel da família no desenvolvimento global do jovem. Particularmente no campo da socialização a família surge como principal agente. Como tal, torna-se indiscutível a sua influência no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais nos seus adolescentes. Neste sentido, Hirschi (1969) sublinha o papel do controlo parental na prevenção da delinquência; Loeber (1990) ressalta a pertinência da autoridade parental para um desenvolvimento pessoal e social normal na criança e Farrington (1992b e 1992c) constata nos seus estudos sobre a delinquência que na base destas práticas está uma fraca vigilância da parte dos pais, assim como uma disciplina errática ou demasiadamente rigorosa (Born, 2005).

Trepanier, em 1995, remonta ao século XIX, altura em que os delinquentes já eram vistos pela polícia de Nova Iorque como “rebentos de pais negligentes, sem temperança e frequentemente imorais” (Fonseca, 2002). Tal descrição era semelhante noutros países. A título de exemplo, em

França, no mesmo século, vários autores sublinhavam a importância de retirar crianças a algumas famílias que “por erro, por descuido e negligência, por preconceito ou por egoísmo poderiam deixar os filhos na ignorância, inculcando-lhes princípios de uma falsa educação” (cf. Renouard, 1990, 8 cit in Fonseca, 2002, 1). Neste sentido, são muitas as teorias da delinquência juvenil que se centram na estrutura familiar, na interação pais-filhos e nos estilos educativos dos pais.

A teoria do controlo, inicialmente proposta por Hirschi (1969), realça o vínculo pais/filho enquanto principal factor na prática de comportamentos anti-sociais dos filhos. De acordo com a teoria dá-se uma ruptura no vínculo estabelecido entre o filho e os seus progenitores se estes últimos usarem uma disciplina demasiadamente rígida. Consequentemente, a criança poderá sentir uma fraca identificação com os valores familiares e sociais, o que resultará na falta de auto-controlo interno e, daí, a tendência a manifestar possíveis comportamentos anti-sociais (Matos, Vieira, Nogueira, Boavida, e Alcoforado, 2008). No mesmo sentido, na investigação desenvolvida por Buehler (2006), constatou-se que o controlo parental quando inadequado facilita o envolvimento dos jovens nas práticas delinquentes.

De acordo com as teorias do ambiente familiar a interação pais/filhos relaciona-se com a agressividade nas crianças (Herrenkohl & Russo, 2001; Landry & Menna, 2001 cit in Matos, Vieira, Nogueira, Boavida e Alcoforado, 2008). Ora, vários estudos longitudinais demonstram que, de facto, os estilos educativos parentais desempenham um papel importante para a delinquência na adolescência e para a prática de comportamentos anti-sociais. De facto, os estudos demonstraram que uma disciplina parental pouco firme ou rígida relaciona-se com o aumento do comportamento anti-social em crianças e adolescentes (Baldry & Farrington, 1998; DiLalla, Mitchell, Arthur & Pagliocca, 1988; Pagani, Tremblay, Vitaro; Kerr & McDuff, 1998; Patterson, Reid & Dishion, 1992 cit in Matos, Vieira, Nogueira, Boavida e Alcoforado, 2008). Neste sentido, a agressão na criança aparece associada à permissividade dos pais (Patterson *et al.*, 1992), a níveis elevados de coerção materna e baixos níveis de cuidados maternos (McFayen-Ketchum, Bates, Dodge & Pettit, 1996 cit in Matos, Vieira, Nogueira, Boavida e Alcoforado 2008), à super protecção materna e à educação familiar intrusiva e punitiva (Rubin *et al.*, 1998 cit. in Matos, Vieira, Nogueira, Boavida e Alcoforado, 2008).

Em 1992 Patterson apresenta a teoria da interação social, na qual destaca o facto de as crianças serem recompensadas irreflectidamente pelos pais, por comportamentos inadequados ou agressivos. Ora, ao ser recompensada pelo seu mau comportamento a criança tenderá a piorar (Matos, Vieira, Nogueira, Boavida e Alcoforado, 2008).

Perante isto, torna-se evidente a crença actual da influência da família no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais (Goldstein, 1990 cit in Fonseca, 2003). Ora, são vários os estudos que partilham do interesse, nas suas investigações, por variáveis como as características particulares dos pais, os conflitos familiares, o fraco relacionamento entre pais e filhos, a falta de supervisão e controlo das actividades dos filhos, dificuldades socioeconómicas, tamanho da família, influência negativa dos irmãos e da área de residência ou existência de modelos anti-sociais em casa (Rutter *et al.* 1998 cit in Fonseca, 2002). Destes estudos realçam-se as publicações recentes dos estudos longitudinais de Farrington *et al.*, 2001; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; Wasserman & Scracini, 2001, nos quais

a família surge como principal influência no desenvolvimento normal ou perturbado do sujeito (Fonseca, 2002). De facto, a falta de competências parentais integra o grupo dos melhores preditores de comportamento anti-social (Lipsey & Derzon, 1998 cit. in Fonseca, 2002).

Joan McCord (2002) divide a contribuição da família em três diferentes facetas: a transmissão genética, os contextos físicos e socioeconómicos em que as crianças são inseridas e as práticas educativas dos pais (Fonseca, 2002). Este estudo centra-se, sobretudo, na análise das últimas. Desde os dados mais antigos existem testemunhos de adolescentes que relatavam em simultâneo os seus comportamentos delinquentes e os comportamentos delinquentes dos pais (v.g. Cernkovich & Giordano, 1987; Hagan, Gillis & Simpson, 1985; Jensen & Brownfield, 1983; van Voorhis Cullen, Mathers & Garner, 1988 cit in Fonseca, 2002). Depois desta constatação o autor enumera os três principais modos de, através das práticas educativas, os pais ou cuidadores inculcarem nos jovens a criminalidade.

A primeira é a transmissão de valores de acordo com o seu próprio conceito do que é ou não permitido e do seu próprio comportamento. É no meio familiar, pela interação, que a criança aprende a valorizar determinado tipo de comportamento. Afinal, é pela observação que a criança aprende a valorizar a prestabilidade, se os adultos do seu meio envolvente são carinhosos e solícitos, capazes de atribuir explicações altruístas às suas acções (Miller & Eisenberg, 1988; Yarrow & Waxler, 1973 cit in Fonseca, 2002) ou a agressão, se sofrem exposição a comportamentos violentos e são encorajados a comportar-se violentamente (Bandura & Walters, 1959; McCord, 1991c cit in Fonseca, 2002). Assim, vários estudos comprovam que a criança aprende a agressão e o altruísmo pela imitação (Bandura, Ross & Ross, 1961; Berkowitz, Parke, Leyens, West & Sebastian, 1978; Bryan & London, 1970; Einsberg, 1986; Eron & Huesmann, 1984; 1986; Farrington, 1978; Friedrich & Stein, 1973; Goldstein & Arms, 1971; McCord & McCord, 1958; Rosenhan & White, 1967; Rushton, 1979; Staub, 1979; White, 1972; Widom, 1989; Wilkens, Scharff & Schlottman, 1974; Zahn-Waxler, Radkeyarrow & King, 1979 cit. in Fonseca, 2002).

A segunda é o desenvolvimento (ou não) de laços vincutivos com os elementos da família e com a própria comunidade. Para que a criança se desenvolva de forma saudável é fundamental uma vinculação bem estabelecida com os seus progenitores (Fonseca, 2002). Afinal, quando os filhos desenvolvem laços vincutivos positivos com os seus pais mais facilmente aceitam as normas e regras sociais; já se as ligações afectivas forem fracas, é nos colegas que o jovem procurará suporte e orientação (Kandel, Kessler & Margulies, 1978; Steinberg, 1987 cit. in Fonseca, 2002), que poderá não ser a mais desejada e aceite socialmente e capaz de conduzir à delinquência (Dishion, McCord & Poulin, 1999 cit. in Fonseca, 2002). Mais, a perspectiva desenvolvimental defende que com o crescimento do jovem o controlo parental vai sendo gradualmente substituído pelo controlo de outros grupos e instituições (Sampson & Laub, 1993; Thornberry, 1987 cit in Fonseca, 2002).

A terceira é o estabelecimento da legitimidade por meio dos métodos adoptados pelos pais para impor os seus desejos aos filhos (Fonseca, 2002). Quer isto dizer que os pais dos delinquentes caracterizam-se essencialmente pela severidade excessiva e imposição excessiva de disciplina aos seus filhos, com o intuito de fazer prevalecer os seus desejos e exigências (Farrington, 1991; Laub & Sampson, 1995; Patterson, 1982 cit in Fonseca, 2002). No entanto, são vários os estudos que demonstram que “a disposição

para a obediência emerge num meio social responsivo e benevolente sem treino ou disciplina intensos, ou sem outras tentativas exageradas de modelagem do desenvolvimento da criança” (Stayton, Hogan & Ainsworth, 1971, 1065 cit. in Fonseca, 2002, 26).

Faz, então, sentido afirmar que as teorias explicativas da conduta delinvente nos adolescentes atribuem cada vez maior relevância ao paradigma sistémico. Ora, o crescente papel da família na explicação da conduta delinvente, que temos vindo a referir ao longo deste capítulo, confirma que as coerções (e.g. supervisão, regras, punição) não devem ser excessivas, ausentes ou injustas, pois se o forem poderão estimular comportamentos desajustados (Fonseca, 2002). A vinculação aos pais, mais do que afectividade, inclui supervisão e envolvimento parental nas actividades dos filhos (Le Blanc & Caplan, 1993 cit in Fonseca, 2002). Só assim, os pais poderão desempenhar um papel importante na regulação da conduta de um adolescente (Hirschi, 1969). Além disso, na relação pais-filhos a comunicação é essencial para o desenvolvimento da identificação afectiva, afinal é esta a presença psicológica dos pais quando um adolescente está perante uma oportunidade comportamental que poderá não ser a mais desejada atendendo as expectativas e opiniões dos pais. Constrói-se, assim, a “barreira” para actos anti-sociais, principalmente porque quando a vinculação é segura o adolescente mais facilmente aceita as regras, os valores e os limites impostos pelos pais que controlam, supervisionam e punem os comportamentos dos filhos que fogem às normas impostas. Já o adolescente que não mantenha uma boa vinculação aos pais será mais facilmente atraído pela prática de comportamentos delinquentes, principalmente pela falta de uma referência (Hirschi, 1969 cit in Fonseca, 2002). Na base desta conduta está o facto de a crença na legitimidade das regras (coerção interna) não ter sido interiorizada pelo jovem, assim como a punição e supervisão (coerção externa) não terem sido as mais adequadas (Hirschi, 1969; 1983). Sampson & Laub (1993), de encontro à teoria de Hirschi (1969), realçam a importância do estabelecimento de laços positivos com os pais ou outros cuidadores enquanto “escudo” de protecção contra o envolvimento em práticas delinquentes (Agnew, 1991; Junger & Polder, 1992 cit in Fonseca, 2002, 158). Assim, o controlo parental e a delinquência parecem influenciar-se mutuamente; já o afastamento vincutivo aos pais é resultado da prática delinvente (Jang & Smith, 1997 cit. in Fonseca, 2002).

No entanto, como já foi anteriormente referido (*cf. Cap.2*) as famílias diferem entre si nas estratégias a que recorrem na educação dos seus filhos e, conseqüentemente, umas “acertam” mais do que outras no seu modo de educar. Do modo mais adequado de educar poderão fazer parte o controlo parental (*monitoring*) – se o jovem se insere em actividades supervisionadas pelos pais mais dificilmente se envolverá em práticas desviantes; e o uso de estratégias efectivas na resolução dos problemas familiares, regras claras e objectivas e utilização de sanções negativas eficazes contra os comportamentos desviantes (Fonseca, 2002). Patterson & Yoerger (1993b) defendem que desde o princípio até o meio da adolescência a disrupção da supervisão parental contribui, embora que indirectamente, para a prática de comportamentos delinquentes (Fonseca, 2002). Todavia, se os pais supervisionam as actividades dos filhos poderão controlar o tempo que estes passam com colegas desviantes. Daí o acentuar dos conflitos entre pais e filhos, tão característico desta fase da vida (Paikoff & Brooks-Gunn, 1990; Montemayor & Flannery, 1989 cit in Fonseca, 2002). O acentuar do conflito, por conseguinte, incentiva o jovem a “voar para o grupo de

colegas” (Elder, 1980, cit in Fonseca, 2002, 122).

Concomitantemente, de entre os factores mais fortemente relacionados com o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais estão as repercussões da *qualidade da vinculação precoce* (Cicchetti, Toth & Lynch, 1995; Cowan, 1997; Soares, 2000 cit in Machado, 2004). Neste âmbito, são vários os estudos que corroboram que uma vinculação desorganizada no bebé provoca posteriormente, na adolescência, problemas de comportamento (Claes & Lacourse, 2001; Deklyen & Speltz, 2001; Marcus & Betzer, 1996 cit in Machado, 2004).

Adoptando uma perspectiva desenvolvimentista Moffitt e Caspi (2000) defendem que, no que reporta os comportamentos anti-sociais de início precoce, os estilos parentais e a quebra de laços familiares são factores dotados de significância. A este propósito, Shaw e Bell (1993) destacam os factores familiares, nomeadamente as práticas educativas dos pais e a qualidade das relações pais-filhos, na base das práticas anti-sociais (Machado, 2004).

Marcus e Betzer (1996) nos seus estudos sobre relação entre vinculação à figura paterna e comportamentos anti-sociais em adolescentes observaram que existe uma relação negativa entre comportamento anti-social e vinculação segura. O grupo com “pior qualidade” vinculativa aos pais apresentava os maiores índices de comportamentos anti-sociais (Machado, 2004). Estudos mais recentes apontam o papel da *qualidade dos cuidados primários* (e.g. vinculações inseguras e/ou desorganizadas) nos problemas de comportamento persistentes (e.g. anti-sociais agressivos); enquanto os comportamentos agressivos ocasionais são mais influenciados pelas características ambientais, tais como habitar numa zona degradada e a ausência de disciplina familiar (Machado, 2004). Além disso “(...) ao longo de sucessivas gerações, os efeitos da vinculação nos cuidados parentais ulteriores resultam de um conjunto de sentimentos e expectativas relativas ao self e às relações próximas que foram aprendidos com base na qualidade das interacções com os adultos que trataram da criança” (1989, 247) (Machado, 2004, 297). Afinal, se a criança tem um modelo vinculativo caracterizado por sensibilidade e afecto tenderá a desenvolver uma representação de si própria como digna de amor e apreço (Cassidy et al., 1996 cit in Machado, 2004).

Claes e Lacourse (2001), numa análise das relações entre vinculação, práticas parentais e comportamentos delinquentes nos adolescentes, concluíram que a presença de conflitos com a mãe contribui em grande escala para o início do envolvimento em práticas desviantes (Machado, 2004). Todavia, a supervisão parental reduz estes comportamentos (Machado, 2004). Além disso, o afastamento do meio familiar da parte do adolescente, como resultado dos conflitos pais-filhos, parece influenciar mais os rapazes para as práticas delinquentes do que as raparigas (Claes & Lacourse, 2001 cit in Machado, 2004). Já Dornbush e colaboradores (2001) não encontram diferenças significativas entre rapazes e raparigas no que toca o papel protector da vinculação segura aos pais na adolescência (Machado, 2004).

É, de facto, interessante notar que os resultados das investigações acerca das interacções pais-filhos mostram que o estilo parental coercivo, duro e punitivo constitui-se como um forte preditor do comportamento anti-social (Farrington, 1978; Forgatch, 1991; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; McCord, 1979; Patterson, 1986; Patterson & Bank, 1989; Rothbaum & Weisz, 1994; Vuchinich, Hetherington, Vuchinich *et al.*, 1991 cit in

Fonseca, 2002). Assim, os pais de crianças agressivas tendencialmente socorrem-se de técnicas de afirmação de poder (Chwast, 1972 cit in Birren, Kinney, Schaie e Woodruff, 1981). Hipoteticamente, os castigos físicos frustram as crianças e reforçam os seus impulsos agressivos. Os pais que utilizam os castigos físicos enquanto modo de educar os filhos na verdade não estão mais do que a incentivá-los a comportar-se da mesma forma com outros. Já a disciplina autorizada proporciona um padrão comportamental firme e apropriado para o nível de desenvolvimento da criança, quer isto dizer que reduz a agressão, afinal a criança aprende a preocupar-se com os outros e sublinha as consequências do comportamento agressivo (Baumrind, 1971; Odom, Seeman & Newbrough, 1971 cit in Birren, Kinney, Schaie e Woodruff, 1981). Pais extremamente autoritários, não-empáticos, ameaçadores e ausentes, conduzem a uma obediência compulsiva e a uma falta de interiorização moral (Ritchers & Water, 1992; Waters, Hay & Ritchers, 1986 cit in Fonseca, 2002). Todavia, uma forma de educar caracterizada por pais responsáveis, com respostas adequadas para as angústias e ansiedade dos seus filhos, favorecem uma ligação segura e empática entre pais e filhos, capaz de proporcionar satisfação para os dois lados. (Fonseca, 2002). Além disso, as crianças seguras tendem a reprimir menos os sentimentos negativos e são capazes de controlar de forma equilibrada esses mesmos sentimentos. As crianças inseguras procuram atrair a atenção e a proximidade dos pais através dos problemas de comportamento, por se sentirem negligenciadas e/ou rejeitadas pela figura vinciativa (Greenberg & Speltz, 1988 cit in Fonseca, 2002). O comportamento anti-social destas crianças pode, assim, reflectir os comportamentos dos pais, aos quais assistiram durante anos.

Por tudo o que atrás foi exposto “hoje muitos dos sociólogos concordam com o papel-chave da família numa efectiva socialização dos jovens e na etiologia da delinquência juvenil” (Vazsonyi, 1996, 82 cit in Fonseca, 2002). Afinal, o conceito de família e o seu papel enquanto fonte primária de apoio e controlo social tem vindo a decair, fruto das mudanças no estilo de vida, derivado da crescente urbanização e industrialização, e dos próprios valores sociais. Ora, com a crescente instabilidade familiar e a diminuição do seu papel como fonte primordial de suporte e de imposição de regras, o crime e a delinquência juvenil tendem também a aumentar (Nações Unidas, 1996, 208 cit in Fonseca, 2002). Concomitantemente, Taylor (1999, 42) refere-se a uma “crise da família e do estilo de educação dos filhos”. Assim, importa prestar atenção à educação familiar enquanto forte factor da delinquência na adolescência e aumentar os esforços no sentido de educar do modo mais acertado os nossos jovens para prevenir o seu envolvimento em práticas anti-sociais.

Capítulo 4. A Influência dos Contextos Socioeconómicos e da Estrutura Familiar nos Comportamentos Anti-Sociais dos Adolescentes

4.1. Contextos socioeconómicos e comportamento anti-social

A estratificação da sociedade permite às diferentes categorias sociais a assunção de comportamentos, valores e normas próprios que, obrigatoriamente, devem ser seguidas pelos sujeitos inscritos nessas mesmas categorias sociais. Neste sentido, a criança inserida em determinada categoria respeita os requisitos éticos da mesma pela convicção da

importância de se preservar as propriedades da categoria social e por um sentimento que se acentua de virtude, que pode acompanhar a pertença a essa mesma categoria (Kagan, 2004). Daí o interesse dos diversos estudos sobre as práticas anti-sociais pelos contextos socioeconómicos em que o jovem delinvente se insere.

Se nos debruçarmos especificamente sobre a estratificação socioeconómica, nos Estados Unidos (anos 50), levantou-se uma avultada discussão por alguns investigadores considerarem que a classe média educava com maior rigor os filhos, enquanto outros sustentavam o contrário. Dos primeiros ressaltam Davis e Havighurst (1946), autores que defendiam que os pais de classe média submetiam os filhos a um regime mais rigoroso, frustrando as suas inclinações, do que os pais de classes mais baixas. Dos segundos destacam-se Maccoby e Gibbs que em 1954 fizeram cair a teoria de Davis e Havighurst (1946) ao constatar que os pais da classe média mostravam-se mais permissivos. Quer isto dizer que, genericamente, verificou-se que os meios desfavorecidos educam de uma forma mais autoritária e rígida, usando mais a punição do que os meios mais favorecidos, onde se concede mais autonomia aos filhos, sobretudo com o desenvolvimento de teorias mais liberais nas nações mais desenvolvidas, onde se dialoga mais com os filhos e as regras são estabelecidas de mútuo acordo e cumpridas com persuasão (Lautrey, 1980; Maccoby, 1980 cit in Oliveira, 1994). E, neste sentido, são muitos os autores que defendem que a delinquência se associa a práticas educativas hostis e autoritárias (Farrington, 1978; McCord, 1979; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; Patterson, 1986; Patterson & Bank, 1989; Forgatch, 1991; Vuchinich, Hetherington, Vuchinich *et al.*, 1991; Rothbaum & Weisz, 1994 cit in Oliveira, 1994; Fonseca, 2002).

Farrington, em 2004, num estudo sobre o desenvolvimento da delinquência de Cambridge, concluiu que as razões mais apontadas para a prática de crimes eram de ordem utilitária, racional, ou económica, isto é, os crimes eram praticados com o intuito de obtenção de ganhos materiais. Ficou, assim, comprovado que mais facilmente os jovens provenientes de meios mais desfavorecidos socialmente e economicamente ingressam neste meio das práticas delinquentes, como meio de arrebatar as necessidades monetárias existentes. Além disso, os crimes eram cometidos em grupo e obedeciam a uma hierarquização, atendendo ao número de crimes já realizados. Estes comportamentos aumentavam, assim, a inserção num determinado grupo e aumentavam a coesão grupal, até por permitir aos seus elementos auto-afirmar-se dentro do grupo de pertença.

No entanto, a pobreza acaba por não constituir por si só um factor de risco relativamente ao comportamento anti-social; é sim mediado pela depressão dos pais, conflitos entre o casal e hostilidade parental resultantes da situação económica (Conger *et al.*, 1994). Quer isto dizer que o efeito da pobreza e a desvantagem social sobre a delinquência é indirecto, na medida em que são conjugados com outros factores acima referidos (Fonseca, 2000).

4.2. Estrutura familiar e comportamento anti-social

Autores como Le Blanc e colaboradores (2002), tendo por base o modelo de regulação familiar de Hirshi (1969), defendem que um sistema familiar bem estruturado constitui uma oportunidade para o jovem seguir uma conduta socialmente adaptada. Contrariamente a isto, quando existem falhas no sistema familiar, isto é, quando as condições estruturais familiares

não são adequadas (pelo baixo estatuto socioeconómico e/ou dependência económica, um lar desfeito, divórcio dos pais, uma fratria numerosa, mudança de residência constante e uma mãe empregada) os riscos de um funcionamento inadequado do sistema familiar são maiores. Afinal, especialmente no que concerne uma relação matrimonial harmoniosa, esta constitui-se como uma fonte de vinculação segura entre pais e filhos.

Concomitantemente, Butz & Boenneke (1999) observaram que os problemas de comportamento são mais frequentes em lares desfeitos; além disso o controlo parental é menor nas famílias monoparentais. Relativamente ao ambiente parental, este parece ser mais prejudicado no caso das famílias reconstituídas (Butz e Boenneke, 1999 cit in Naplava & Oberwittler, 2002).

Ora, a cultura ocidental viveu transformações colossais, uma delas referente às alterações na estrutura familiar: a sociedade actual permite formas familiares e conjugais diversas (as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas, os casais estáveis mas não co-habitantes e os casais homossexuais). Paralelamente, a evolução legislativa assegura progressivamente a igualdade jurídica entre os sexos. Outros factores como a evolução económica, o crescimento contínuo da taxa de empregabilidade das mulheres e os direitos da criança são cada vez mais salvaguardados através da evolução jurídica e das mentalidades (Mucchielli, 2002). Perante todas estas mudanças na estrutura familiar são muitos os autores que questionam as consequências que daí poderão resultar, principalmente no que concerne o estatuto e a condição da figura do pai (Fonseca, 2002).

Neste sentido, de acordo com alguns autores, que postulam a teoria psicanalítica, a “desagregação do lugar simbólico do pai” (v.g., Husterl, 1996; Poussin & Sayn, 1990, 196 e segs cit in Mucchielli, 2002) provocará uma dificuldade acrescida na entrada no mundo da linguagem e da cultura e na saída da relação de fusão com a mãe. Neste sentido, espera-se que a ausência do pai coloque em causa a construção fundamental da criança, a sua maturação, individuação, e o seu equilíbrio afectivo e sexual (Mucchielli, 2002). De encontro a esta teoria o psicanalítico Dumas (1999, cit in Mucchielli, 2002) defende que crianças sem pai mais facilmente enveredarão no caminho da delinquência, doentes mentais, com tendências suicidas, com comportamento sexuais desviantes, toxicómanos, entre outros problemas.

No mesmo contexto, Wells e Rankin (1985 cit in Mucchielli, 2002) postulam que o número de crianças oriundas de famílias dissociadas é maior entre os menores condenados e os seguidos pela justiça, do que entre os menores que declaram o recurso a comportamentos anti-sociais em inquéritos de auto-revelação. Note-se que a definição de família dissociada pode assumir um cariz total ou parcial, voluntário ou involuntário, reversível ou irreversível, dependendo dos múltiplos factores que poderão estar na base dessa dissociação familiar (divórcio ou separação, morte, conflito temporário, transferência profissional, serviço militar, encarceramento, hospitalização). Ora, no âmbito das teorias do trauma, a perda de um dos progenitores influencia negativamente a criança, principalmente por influência da vinculação estabelecida (Juby e Farrington, 2001).

Farrington (2004) através do estudo de desenvolvimento da delinquência de Cambridge chegou à conclusão de que os rapazes provenientes de lares desfeitos, filhos de famílias permanentemente perturbadas, eram mais delinquentes que os rapazes de famílias intactas. No entanto, eles não eram mais delinquentes do que os rapazes de lares intactos com elevado grau de conflitos no seio familiar. No mesmo sentido, Rebellon

(2002) questionou os resultados de alguns estudos sobre a influência dos “lares desfeitos” e famílias disfuncionais sobre a delinquência juvenil, declarando que as diferenças entre os delinquentes provindos de lares desfeitos (co-habitação com apenas um dos progenitores biológicos) e os delinquentes provindos de famílias funcionais eram ligeiras. O mesmo autor defende que para explicar completamente a relação entre o “lar desfeito” e os factores da delinquência deve ter-se em consideração também as variáveis demográficas e as relativas ao percurso de vida (2002:128-129 cit in Kury, & Smartt, 2003).

Finalmente, “a família desempenha um papel fundamental na socialização efectiva do jovem e na etiologia da delinquência juvenil” (Vazsonyi, 1996, 82 cit in Kury, & Smartt, 2003), afinal desempenha um papel fulcral na socialização da criança. No entanto, a organização familiar sofreu fortes alterações ao longo das décadas, favorecendo novas formas constitutivas do “agregado familiar”. Ainda assim, Portugal continua a ser o país em que o valor da vida familiar é mais elevado, apresentando taxas de divórcio ainda inferiores à média Europeia (Kury, & Smartt, 2003). Portanto, concordamos com Kury (1995), autor que defende que o tópico de ligação da pobreza e privação económica requer mais investigação (Kury, & Smartt, 2003).

II. Objectivos da Investigação

Depois do enquadramento conceptual, no qual se insere toda a contextualização e fundamentação teórica deste trabalho, e não menos importante, emerge a necessidade de clarificar os objectivos da investigação.

Qualquer investigação empírica visa a procura de um caminho que, à partida, se avista desconhecido. Tuckman (1994) salienta, neste sentido, que uma investigação não ambiciona encontrar modelos perfeitos ou teorias infalíveis, mas sim construir um produto. Para tal, pressupõe-se a existência de um problema em torno do qual o investigador irá trabalhar no sentido de conseguir meios para estudar, analisar, compreender e construir explicações relativamente a esse mesmo problema. A título de exemplo Hill (2002) compara o processo de investigação a uma viagem: “A investigação empírica também pode ser considerada uma viagem (...) A “viagem da investigação” tem um objectivo e exige que se façam escolhas. “A viagem da investigação” também precisa de planeamento e o investigador de pensar adiante. (...) “a viagem da investigação” é, no caso de investigações puras ou aplicadas, uma viagem de ida e volta na medida em que começa no “País Teórico”, chega ao “País Prático” e termina mais uma vez no “País Teórico”. (p.21)

Assim, o objectivo primordial desta investigação é conhecer a relação entre práticas anti-sociais nos adolescentes e os estilos educativos a que os pais recorrem na educação dos seus filhos (note-se que se trata do modo de educar utilizado pelos pais, mas sob a percepção dos filhos).

A escolha populacional para este estudo prendeu-se com o facto de os adolescentes (estudantes do 7º ao 12º anos) serem percebidos enquanto população central nos estudos sobre práticas anti-sociais, principalmente por ser frequente na adolescência a manifestação de comportamentos anti-sociais (Fonseca, 2000), até pelo atractivo que a própria idade representa para as práticas desviantes. Além disso, o papel dos pais enquanto “bons”

educadores é decisivo nesta fase.

Perante isto, este estudo de natureza correlacional e transversal (Fortin, 1999) propôs-se a analisar a relação entre a educação parental (*variável independente*) e o comportamento anti-social em adolescentes (*variável dependente*), relação esta já defendida por diversos estudiosos (Hirschi, 1969; Patterson, 1992; Fonseca, 2002; Machado, 2004; Moffitt & Caspi, 2000; Marcus & Betzer, 1996, entre outros). Concomitantemente, pretendeu constatar a influência do género, idade, nível socioeconómico e estrutura familiar de co-habitação (*variáveis independentes passivas* ou *factores classificatórios*) no comportamento anti-social dos jovens (*variável dependente*), também por ser relações já tão discutidas na literatura (Fonseca, 2000).

Visando o que se pretendia com este estudo surgiram algumas questões pertinentes à nossa análise:

- Será o estabelecimento de laços positivos com os pais um “escudo” de protecção para o envolvimento em práticas anti-sociais?
- Haverá uma associação positiva entre uma educação excessivamente controladora e o ingresso dos adolescentes no “mundo” da anti-socialidade?
- Serão as condições socioeconómicas uma influência para seguir determinado estilo educativo e para a manifestação de comportamentos anti-sociais?
- Existe relação entre o género e as práticas anti-sociais?
- A idade do adolescente terá um papel na forma como este percebe a educação que recebe dos pais e nas condutas delinquentes que manifesta?
- Haverá relação entre a estrutura familiar de co-habitação e as práticas anti-sociais?

Finalmente, com base nos objectivos desta investigação e atendendo às questões que no decorrer da mesma foram surgindo, lançamos as hipóteses inerentes a este estudo:

- H1: O comportamento anti-social é menos frequente em jovens que recebem uma educação baseada na conjugação da autonomia com o amor.
- H2: Existe uma associação positiva entre o controlo excessivo por parte dos pais e o comportamento anti-social em adolescentes.
- H3: Os pais com menores condições socioeconómicas tendem a seguir o estilo educativo “autoritário” e, conseqüentemente, é mais comum os seus filhos consumirem substâncias tóxicas.

- H4: Os rapazes envolvem-se mais frequentemente em práticas anti-sociais de agressão do que as raparigas.
- H5: Os adolescentes dos 12 aos 15 anos apresentam resultados diferenciados dos adolescentes da faixa etária dos 16 aos 19 anos, tanto na percepção das práticas educativas utilizadas pelos seus pais, como na frequência de condutas delinquentes.
- H6: Existe uma relação entre a estrutura familiar de co-habitação e as práticas anti-sociais.

III. Metodologia

Surge após a clarificação dos objectivos deste estudo, pela interesse de caracterizar a amostra, descrever os instrumentos utilizados na recolha dos dados e clarificar todos os procedimentos realizados.

1. Sujeitos

A população do presente estudo incluiu um total de 100 adolescentes. A recolha de dados decorreu em Junho de 2009 e Abril e Maio de 2010, nas cidades de Coimbra e da Figueira da Foz. Os jovens inquiridos eram alunos do 7º ao 12º ano de escolaridade. A escolha da referida amostra foi completamente ocasional.

Prossegue-se a análise descritiva (por frequências absolutas e percentagens), necessária à caracterização da amostra.

Tal como podemos observar no *Quadro 1* (cf. anexo 1), 19 adolescentes frequentam o 7º ano (19%), 17 o 8º ano (17%), 21 o 9º ano (21%), 15 o 10º (15%), 12 o 11º (12%) e 16 o 12º ano de escolaridade (16%), num total de 100 jovens. Assim, o ano escolar mais representativo da amostra é o 9º ano, seguindo-se o 7º ano, o 8º ano, o 12º ano, o 10º ano e, por último, o 11º ano.

A caracterização da amostra de acordo com o género também é relevante. Ora, de acordo com os resultados expostos no *Quadro 2* (cf. anexo 2), o número de inquiridos do sexo masculino é 38 (38%) e o número de inquiridos do sexo feminino é 62 (62%). Daqui facilmente se observa que, relativamente ao género, o sexo feminino é predominante. Acrescente-se que esta predominância do género feminino não foi de modo algum intencional; afinal, a recolha da amostra foi absolutamente ocasional.

Se nos debruçarmos sobre as idades dos sujeitos que constituem a nossa amostra (cf. *Quadro 3*, anexo 3) constatamos que as idades variam dos 12 aos 19 anos, situando-se a média de idades no valor de 15,39 (desvio-padrão=1,842). Assim, a maioria dos inquiridos tinha 15 anos (20%), seguidos dos 16 anos (18%). Os 13 e os 18 anos tiveram igual número de sujeitos (16%) e, por último os 12 anos e os 19 anos representando 4% e 2% dos inquiridos, respectivamente.

No seguimento da análise descritiva, procedeu-se à classificação do nível socioeconómico da amostra recolhida, por se considerar uma variável interessante no âmbito deste estudo. A estratificação do nível socioeconómico teve, por base, os critérios de Sedas Nunes (1970), assente

na profissão dos cuidadores. Quer isto dizer que se agrupou as condições socioeconómicas em quatro camadas: a *camada 1* corresponde aos grandes industriais e profissões de elevada competência técnica (administradores, gestores de empresas, etc.); a *camada 2* inclui as profissões liberais de competência média (médicos, advogados, engenheiros), comerciantes e industriais de empresas médias; a *camada 3* representa os operários especializados e semi-especializados, pequenos comerciantes e industriais de pequenas empresas; finalmente, a *camada 4* integra os operários não especializados e os trabalhadores rurais.

No *Quadro 4* (cf. anexo 4), se nos focarmos sobre a análise do nível socioeconómico dos inquiridos facilmente percebemos que nenhum se insere na camada social 1. A camada social mais predominante é, exactamente a oposta, a camada social mais baixa (camada 4), representando 51% da amostra. 29% dos inquiridos pertence á camada social 3 e 20% à camada social 2 (a mais próxima do nível socioeconómico elevado).

Finalmente, da análise da variável representativa dos prestadores de cuidados que co-habitam com os jovens inquiridos, retiramos que a maioria co-habita com os pais e irmãos (34%). Com uma diferença de 10% encontram-se os jovens que vivem só com os pais (24%); seguidos dos que vivem com a mãe e irmãos (15%) e, logo depois, os que co-habitam com a mãe (12%). Em menor número estão os sujeitos que vivem com outros prestadores de cuidados (10%), categoria que inclui tios, avós e instituição; os jovens que vivem com o pai e irmãos (3%) e os que vivem só com o pai (2%) (cf. *Quadro 5*, anexo 5).

2. Instrumentos de recolha de dados

2.1. Descrição dos instrumentos

Tem sido vasta a avaliação dos *comportamentos anti-sociais*. Neste sentido, de entre uma diversidade de métodos, a escolha do instrumento adequado depende dos objectivos da avaliação, do modelo teórico ou do modelo de classificação dos distúrbios de comportamento adoptados pelo avaliador, o contexto em que a avaliação se realiza e o nível etário dos sujeitos que se pretende avaliar (Fonseca, 2004).

Uma das técnicas mais frequentes na análise dos *comportamentos anti-sociais* é os questionários de auto-avaliação. Quer isto dizer que é o próprio sujeito a fornecer-nos informação através do preenchimento de questionários. A estrutura deste tipo de questionários caracteriza-se, regra geral, por uma lista de comportamentos na qual se pede ao inquirido para indicar a frequência com que pratica cada um dos comportamentos durante determinado período de tempo (Fonseca, 2004).

Comummente, esta é uma técnica de recolha de dados eficaz, afinal a garantia de confidencialidade nas respostas motiva o sujeito a responder com verdade acerca das suas práticas anti-sociais. Esta ideia baseia-se no facto dos estudos sobre comportamentos anti-sociais, tendo por base recolha de dados por técnicas de auto-avaliação, apresentarem resultados superiores de práticas delinquentes em detrimento dos valores revelados nas estatísticas oficiais (Fonseca, 2004).

Perante isto, na realização do presente estudo, utilizámos o *Questionário de Comportamentos Anti-Sociais referidos pelos próprios adolescentes (SRA)*, originalmente elaborado por Loeber e colaboradores

(1989) e adaptado por Fonseca e colaboradores (1995). A versão aplicada neste estudo encontra-se publicada na revista *Psychologica*, 14 (pp.39-57), a qual contém 41 itens destinados a medir comportamentos anti-sociais. Aos adolescentes pedia-se que lessem as frases, descritivas de vários comportamentos anti-sociais, e respondessem de acordo com a frequência de cada um dos comportamentos *nos últimos 12 meses* (“nunca”, “1 ou 2 vezes”, “várias vezes”) e *alguma vez na vida*, desta vez com as categorias “sim” e “não”.

Para identificar os subgrupos de comportamentos delinquentes seguiu-se a estratégia de classificação em categorias homogéneas pela análise intuitiva dos conteúdos, já conseguida por Fonseca e colaboradores, aquando do estudo concretizado no decorrer do ano lectivo de 1992/1993 com alunos do 2º, 4º e 6º ano das escolas públicas de Coimbra: *agressão, vadiagem, consumo de substâncias tóxicas, roubo, danos/vandalismo* (Fonseca, e colaboradores, 1995).

Este estudo também pretendeu analisar a *percepção que os filhos têm acerca da educação parental*. Atendendo a este objectivo, a solução mais adequada foi a observação indirecta através do questionário, dado que abrange uma diversidade de comportamentos e atitudes, além de ser o método mais acessível. Assim, utilizou-se a *Escala de Estilos Educativos Parentais (versão para filhos)* da autoria de Oliveira, (1994). Esta escala redonda de um questionário maior (de 100 itens), o qual foi saturado nos factores de *autonomia* e de *amor* proporcionando, assim, a construção da *Escala de Estilos Educativos Parentais (para filhos)*, uma escala de 22 itens totalmente direccionados para a percepção dos filhos quanto à educação parental. Quer isto dizer que aos jovens foi apresentado um conjunto de 22 afirmações acerca da educação parental e a estes era pedido que respondessem de acordo com o seu caso, numa escala de tipo *Lickert* com cinco possibilidades de resposta (1. totalmente em desacordo; 2. bastante em desacordo; 3. nem de acordo nem em desacordo; 4. bastante de acordo; 5. totalmente de acordo).

No âmbito da análise dos resultados os itens foram agrupados em duas subescalas, tal como já foi anteriormente mencionado: a subescala 1 – *autonomia vs. controlo* (score máximo = 70) – e a subescala 2 – *amor vs. hostilidade* (score máximo = 40).

Além disso, também se incluiu um conjunto de questões referentes à recolha dos dados pessoais, englobando como variáveis a *idade*, o *género*, o *ano de escolaridade*, a *profissão dos pais* e a *co-habitação* (cf. anexo 6), com a finalidade de proceder à caracterização da amostra.

2.2. Consistência interna dos instrumentos

Uma vez que não há casos omissos não foi necessário proceder à análise de casos omissos.

Passámos, então, há análise da consistência interna das subescalas que compõe os instrumentos de recolha de dados.

No que se refere à *Escala de Estilos Educativos Parentais (versão para filhos)* da autoria de Oliveira, J.B. (1994) a subescala *Autonomia* é constituída por 14 itens, podendo o valor das respostas variar entre o catorze e setenta. Neste âmbito, a autonomia apresenta um alpha de Cronbach de

.932, uma média de 53.58 e um desvio padrão de 9.290. As correlações de cada item com o total da escala são estatisticamente significativas, variando entre .581 e .781. Consideramos, assim, que a subescala autonomia apresenta uma boa consistência interna (cf. *Quadro 6*, anexo 7).

A segunda subescala deste questionário é relativo ao *Amor* e tem 8 itens, podendo o resultado variar de 8 a 40. A subescala amor apresenta um alpha de Cronbach de .907, o que revela uma boa consistência interna. A média é de 33.77 (desvio-padrão=5.251). As correlações de cada item com o total da escala são estatisticamente significativas, variando entre os valores de .536 e .804 (cf. *Quadro 7*, anexo 8).

No que reporta ao *Questionário de Comportamentos Anti-Sociais referidos pelos próprios adolescentes* (adapt. Fonseca, e colaboradores, 1995) a subescala *Agressão*, referente à prática de comportamentos anti-sociais nos *últimos 12 meses*, é constituída por 9 itens. Esta subescala apresenta um alpha de Cronbach aceitável (.694), uma média de 8.88 e desvio-padrão de 1.519. A correlação de cada item com o total da escala também é aceitável (os valores variam entre o .207 e o .592) (cf. *Quadro 8*, anexo 9).

A subescala *Agressão*, referente à prática de comportamentos anti-sociais *alguma vez na vida*, é constituída pelos mesmos 9 itens, modificando apenas a modalidade de resposta para “Sim” ou “Não”. Nesta subescala o alpha de Cronbach manteve-se aceitável, com um valor de .619. A média foi de 10.29 com desvio-padrão 1.493. As correlações de cada item com o total da escala são aceitáveis, sendo o valor mínimo .022 e o máximo .450 (cf. *Quadro 9*, anexo 10).

No âmbito da subescala *Vadiagem*, que integra 10 itens, a análise da consistência interna referente às práticas anti-sociais, nos *últimos 12 meses*, leva-nos a concluir que esta subescala apresenta boa consistência interna (alpha de Cronbach = .857). A média é 12.42 com desvio-padrão de 3.613. Os valores representativos da correlação de cada item com o total da escala vão do .533 ao .676 (valores mais baixo e mais alto respectivamente). Estes valores indicam que a correlação é estatisticamente significativa (cf. *Quadro 10*, anexo 11).

Se nos debruçarmos sobre a mesma subescala (*Vadiagem*), mas na vertente *alguma vez na vida*, o valor do alpha de Cronbach desce um pouco, mas pode considerar-se aceitável (.787). A média é de 13.83 (desvio-padrão=2.590). Na análise da correlação de cada item com o total da escala verificámos que a questão 32 apresenta uma correlação negativa com o total da escala (-.032), no entanto considerámos a pergunta relevante para o estudo e como tal decidimos mantê-la (cf. *Quadro 11*, anexo 12).

Da subescala *Consumo de Substâncias Tóxicas, nos últimos 12 meses*, fazem parte 8 itens. O alpha de Cronbach de .847 demonstra que a subescala apresenta uma boa consistência interna; a média é 11.89 e o desvio-padrão é 3.272. A relação de cada item com o total da escala é considerado aceitável (o valor mais baixo é .161 e o mais alto é .796) (cf. *Quadro 12*, anexo 13).

Continuando a nossa análise da consistência interna relativa à subescala *Consumo de Substâncias Tóxicas*, mas desta vez sob a vertente *alguma vez na vida*, observamos que o valor do alpha de Cronbach é de

.793, e, portanto, a consistência interna mantém-se estatisticamente aceitável. A média é de 11.46 e o desvio-padrão 2.101. Os valores representativos da correlação de cada item com o total da escala variam entre o .108 e o .737 (a correlação é aceitável) (cf. *Quadro 13*, anexo 14).

A subescala *Roubo* referente à prática de comportamentos anti-sociais *nos últimos 12 meses* apresenta um alpha de Cronbach que pode ser considerado aceitável (.686). A média é de 8.63 (desvio-padrão=1.276). De referir, ainda, que existe uma correlação positiva de cada item com o total da escala, afinal os valores variam do .192 ao .571. (cf. *Quadro 14*, anexo 15).

A mesma subescala mas referente à prática de comportamentos anti-sociais *alguma vez na vida* apresenta um alpha de Cronbach consideravelmente melhor (.810), o que denota uma boa consistência interna. A média é de 8.98 com desvio-padrão de 1.620. Na análise da correlação de cada item com o total da escala pudemos verificar que o valor mais baixo de .340 e o mais alto de .757 são indicadores de que a correlação é estatisticamente significativa (cf. *Quadro 15*, anexo 16).

Finalmente, a subescala *Danos*, na sua frequência nos *últimos 12 meses*, apresenta uma consistência interna considerada aceitável (alpha de Cronbach de .762), uma média de 4.54 e um desvio-padrão de 1.201. A correlação de cada item com o total da escala é positiva, sendo o valor mais baixo .148 e o mais alto .816. (cf. *Quadro 16*, anexo 17).

A mesma subescala (*Danos*), na sua vertente *alguma vez na vida*, mantém uma boa consistência interna (alpha de Cronbach de .795) e uma média de 5.80 (desvio-padrão=1.279). A correlação de cada item com o total da escala é, uma vez mais, positiva (o valor mais baixo é de .259 e o mais alto é de .867). (cf. *Quadro 17*, anexo 18).

Depois de feita a análise do *alpha de Cronbach* das subescalas que compõe os dois questionários utilizados nesta investigação pudemos concluir que, em termos gerais, ambos os questionários apresentam uma boa consistência interna.

3. Procedimentos

Esta investigação assentou numa abordagem essencialmente quantitativa, pela sua capacidade de permitir, logo *à priori*, definir objectivos, traçar planos e agir com maior objectividade (Vieira, 1999).

Neste sentido, este estudo visou descrever, compreender e interpretar a realidade actual relativamente à influência da educação parental nas práticas anti-sociais dos adolescentes. Para tal, depois de obtidas as autorizações necessárias, procedeu-se à aplicação da *Escala de Estilos Educativos Parentais (versão para filhos)* (Oliveira, 1994) e do *Questionário de Comportamentos Anti-Sociais referidos pelos próprios adolescentes* (adapt.Fonseca e colaboradores, 1995), precisamente nesta ordem. A recolha dos dados ocorreu maioritariamente em contexto escolar colectivamente e, minoritariamente houve aplicação individual. Na aplicação colectiva garantiu-se o anonimato e confidencialidade das respostas (princípios éticos que devem estar subjacentes a qualquer investigação); na aplicação individual, não sendo possível garantir o anonimato, assegurou-se

a confidencialidade das respostas. Em qualquer uma das situações a titular da investigação explicou os procedimentos correctamente.

O tratamento de dados também obedeceu a diversas etapas. Começámos por criar uma base de dados, utilizando o programa de SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para *Windows*, versão 14.0. A análise estatística foi então efectuada com recurso à base de dados que construímos.

IV. Apresentação e Análise dos Resultados

1. Estatística Descritiva

1.1. Escala de Estilos Educativos Parentais (versão para filhos)

Tal como atrás já foi referido, a *Escala de Estilos Educativos Parentais (versão para filhos)*, da autoria de Oliveira (1994), é constituída por duas subescalas - a autonomia e o amor – relativamente às quais procederemos agora à análise descritiva (frequência, média e desvio-padrão das respostas).

1.1.1. Autonomia

No que respeita à autonomia que os pais dão (ou não) aos filhos (sob a percepção destes últimos), podemos analisar o *Quadro 18* (cf. anexo 19).

Ao analisarmos o primeiro item, referente à existência de diálogo entre pais e filhos, 50% dos adolescentes estão “bastante de acordo”, 25% estão “totalmente de acordo”, 6% estão “bastante em desacordo” e, apenas 1% “totalmente em desacordo”. A média de respostas é de 3.92 (DP=.872).

Em relação à educação mais compreensiva do que rigorosa (item 2), a resposta “bastante de acordo” continua a predominar com 46% dos inquiridos; no entanto, 32% responde “nem de acordo nem em desacordo”, o que demonstra algumas dúvidas referentes ao modo de educar utilizado pelos seus pais. Ainda neste item, 12% estão “totalmente de acordo”, 7% “bastante em desacordo” e 3% “totalmente em desacordo”. A média é 3.57 (DP=.902).

No que respeita à maneira de ser dos filhos, a maioria está “bastante de acordo” (51%) e “totalmente de acordo” (28%) de que são aceites pelos pais tal como são. 19% dos inquiridos mantêm a dúvida (não estão “nem em acordo nem em desacordo”) e, apenas 2%, estão “bastante em desacordo”. A média de respostas neste item é 4.05 (DP=.744).

Na questão que avalia o facto de os pais justificarem determinadas proibições aos filhos em detrimento de simplesmente proibirem, a maioria concorda que há esse diálogo (41% “bastante em acordo” e 28% “totalmente de acordo”). Ainda assim, alguns jovens afirmam não haver essa justificação da parte dos pais (6% estão “totalmente em desacordo” e 11% “bastante em desacordo”). Os restantes 14% não estão “nem em acordo nem em desacordo”. A média de respostas é 3.74 (DP=1.160).

Relativamente ao item 6, que afirma que os pais aceitam que os filhos lhes chamem a atenção, 38% estão “bastante de acordo”, no entanto, 32% mantêm a dúvida (“nem em acordo nem em desacordo”). Pouco menos de metade das percentagens conseguidas nas hipóteses de resposta anteriores, isto é 15%, estão “totalmente de acordo” com a afirmação e, em

minoria, estão aqueles que estão “totalmente” ou “bastante em desacordo” (6% e 9% respectivamente). Neste item a média é 3.47 (DP=1.049).

Ao analisarmos a percepção dos filhos acerca da liberdade que lhes é dada pelos pais constatámos que a maioria considera ter bastante liberdade (53%), seguindo-se os que não estão de acordo nem em desacordo que lhes é dada liberdade pelos pais (20%). Ainda assim, 14% afirmam estar “totalmente em acordo” que lhes é dada liberdade. 6% e 7% dos inquiridos considera ter pouca ou nenhuma liberdade (“totalmente em desacordo” e “bastante em desacordo”, nesta ordem). A média é 3.62 (DP=1.013).

Relativamente à afirmação referente aos pais respeitarem as ideias dos seus filhos (item 11) verificamos que grande número dos inquiridos está “bastante de acordo” (49%), 28% mantêm a dúvida (“nem de acordo nem em desacordo”), 17% estão “totalmente de acordo” de que há esse respeito e, minoritariamente, 6% estão “bastante em desacordo”. A média de respostas é 3.77 (DP=.802).

No que diz respeito aos pais tolerarem as fraquezas dos seus filhos continua a predominar a resposta “bastante em acordo” (47% dos inquiridos), seguindo-se as respostas “nem de acordo nem em desacordo” (26% dos inquiridos) e “totalmente de acordo” (21%). 3% dos jovens inquiridos estão “bastante” e “totalmente em desacordo”. A média é 3.80 (DP=.910).

Ao abordar a questão da sinceridade dos pais para com os filhos, verificámos que a maioria dos filhos está “bastante” e “totalmente de acordo” (49% e 28% respectivamente). No pólo oposto, situam-se os que discordam com a afirmação referente à sinceridade dos seus pais, os quais representam apenas 1% (“totalmente em desacordo”) e 2% (“bastante em desacordo”) de um total de 100 inquiridos. 20% não concordam nem discordam da afirmação. A média é 4.01 (DP=.810).

Se nos debruçarmos sobre o item 15 – “Os meus pais não têm o hábito de me mentir” – verificamos que 43% dos filhos estão “bastante de acordo”, seguindo-se os 31% que estão “totalmente de acordo”. 20% dos filhos não concordam nem discordam da afirmação. Embora em minoria, 2% dos filhos considera que os pais lhes mentem totalmente e 4% considera que os pais lhes mentem bastante. A média é 3.97 (DP=.926).

Relativamente à forma de educar, 45% dos inquiridos concorda bastante que os pais usam mais a razão do que a força e 33% estão “totalmente de acordo” com a mesma afirmação. 17% não concorda nem discorda, 1% estão “totalmente em desacordo” com a afirmação e 4% discordam bastante. A média para este item é 4.05 (DP=.869).

Na questão que avalia a alegria dos pais para com os filhos continua a predominar a resposta “bastante em acordo” (47%), seguida da resposta “totalmente de acordo” (30%). 19% dos filhos não está “nem em acordo nem em desacordo” com a afirmação e, uma vez mais em menor escala, 1% e 3% não concordam (“totalmente em desacordo” e “bastante em desacordo” respectivamente). A média é 4.02 (DP=.841).

Ao analisarmos o item 20, referente ao facto dos pais irem ao encontro das necessidades dos seus filhos, constatamos que a maioria dos inquiridos (53%) está “bastante de acordo” com a afirmação de que os pais vão ao encontro das suas necessidades (dos filhos), 24% não concordam nem discordam e 19% estão “totalmente de acordo” que os pais vão ao encontro das suas necessidades. No pólo oposto situam-se os 2% que discordam totalmente da afirmação e os 2% que estão “bastante em desacordo”. A média é 3.85 (DP=.821).

Finalmente, no último item desta subescala, com a afirmação “os meus pais brincam frequentemente comigo”, 42% está “bastante em acordo”, 29% “nem em acordo nem em desacordo”, 21% está “totalmente em acordo” com a afirmação. Não obstante, 2% estão “totalmente em desacordo” e 6% “bastante em desacordo”. A média de respostas situa-se no 3.74 (DP=.928).

Síntese da análise descritiva da subescala autonomia:

Em termos gerais, podemos constatar que na relação pais/filhos predomina o diálogo, a compreensão, o respeito, a sinceridade, a liberdade, a tolerância e a alegria. Quer isto dizer que os jovens inquiridos percebem os seus pais enquanto figuras capazes de encorajar o diálogo com os seus filhos e a sua autonomia, pela capacidade de permitir a expressão dos seus desejos e sentimentos. Sem descurar, no entanto, a importância de impor alguns limites, mas limites de ordem comportamental, que não “castram” psicologicamente o jovem ao ponto de destruir a sua autoconfiança, segurança e maturidade.

1.1.2. Amor

No que respeita ao amor que os pais dão (ou não) aos filhos (sob a percepção destes últimos), podemos analisar o *Quadro 19* (cf. anexo 20).

Na primeira questão desta subescala, a qual aborda o facto de os pais protegerem os filhos dos perigos, 47% dos filhos está “totalmente em acordo”, 44% “bastante em acordo” e 7% não está “nem de acordo nem em desacordo”. Contudo, 1% desacorde totalmente que os pais os protegem dos perigos e também 1% estão “bastante em desacordo”. A média deste item é 4.35 (DP=.744).

Ao analisarmos a afirmação relativa à demonstração de afectos dos pais para com os filhos verificámos que a maioria está “bastante em acordo” (52%), seguindo-se os que estão “totalmente de acordo” (32%). 13% dos inquiridos não estão “nem de acordo nem em desacordo”. Em larga minoria estão os jovens que consideram que os pais não demonstram afectos para com os filhos (1% estão “totalmente em desacordo” e 2% estão “bastante em desacordo”). A média é 4.12 (DP=.782).

No item 8 – “Os meus pais amam-me verdadeiramente” – 44% revelou estar “totalmente de acordo” com a afirmação e 40% “bastante de acordo”. Mesmo que em menor número, 8% discorda totalmente com a afirmação, 1% discorda bastante e 7% nem concorda nem discorda. Perante estes resultados, a média situa-se no valor de 4.11 (DP=1.127).

Se nos debruçarmos sobre a análise do item seguinte – o item 9 – constatamos que a maioria dos filhos considera que os seus pais são capazes de se sacrificar por si (51%). 37% estão “bastante em acordo”, 8% não estão “nem de acordo nem em desacordo” e, em ainda menor número, 3% estão “totalmente em desacordo” e 1% estão “bastante em desacordo”. A média alcançada é 4.32 (DP=.898).

Relativamente à afirmação de que os pais estariam dispostos a dar a vida pelos seus filhos a maioria dos jovens considera que, no seu caso, seria assim, portanto, 52% estão “totalmente de acordo” e 39% estão “bastante de acordo”. 7% encontram-se na dúvida e, por isso, não concordam nem discordam, e apenas 1% estão “totalmente” e “bastante em desacordo” com a afirmação. A média é 4.40 (DP=.752).

Na questão que avalia se, na opinião dos filhos, estes são encorajados frequentemente pelos seus pais, a maioria está “bastante de acordo” (50%), seguindo-se os 27% que estão “totalmente de acordo” e os 20% que não estão “nem de acordo nem em desacordo”. As hipóteses de resposta de “totalmente em desacordo” e “bastante em desacordo” estão em larga minoria com a percentagem de apenas 1% para cada uma. A média para este item é 4.01 (DP=.785).

Em relação ao item 19, que aborda o facto de os pais estimularem os filhos a ultrapassar as dificuldades, 48% dos jovens estão “bastante de acordo” e 31% estão “totalmente de acordo” de que recebem esse estímulo da parte dos seus pais. 19% não concordam nem discordam e, mesmo que minoritariamente, há os que estão “totalmente” e “bastante em desacordo” com a afirmação (1% e 1% respectivamente). A média é 4.07 (DP=.795).

A última afirmação refere-se à amizade entre pais e filhos. Aqui, a maioria concorda totalmente que os pais são seus amigos (53%) e 37% concorda bastante. Uma vez mais em minoria encontram-se os que não estão “nem de acordo nem em desacordo” (7%), os que estão “bastante em desacordo” (2%) e os que estão “totalmente em desacordo (1%). A média de respostas é 4.39 (DP=.790).

Síntese da análise descritiva da subescala amor:

Numa análise genérica da subescala amor verificamos que os filhos percebem os seus pais enquanto figuras calorosas e afectuosas. Quer isto dizer que as figuras parentais esforçam-se pelo bem-estar dos seus filhos, respondem às suas necessidades, demonstram entusiasmo pelas realizações do jovem e são sensíveis aos seus estados emotivos.

De referir, ainda, a pertinência de todo este amor no modo de educar, pelo seu papel na construção de uma boa auto-estima, capacidade de internalização das normas morais e altruísmo nos jovens.

1.2. Questionário de Comportamentos Anti-Sociais referidos pelos próprios adolescentes

O *Questionário de Comportamentos Anti-Sociais referidos pelos próprios adolescentes* é uma adaptação de Fonseca e colaboradores (1995) e divide-se em cinco subescalas: agressão, vadiagem, consumo de substâncias tóxicas, roubo e danos/vandalismo. Neste momento debruçar-nos-emos, então, sobre a análise estatística descritiva (frequência das respostas, média e desvio-padrão) de cada uma das subescalas enunciadas.

1.2.1. Agressão

No que respeita à subescala agressão, que integra 9 itens, podemos analisar o *Quadro 20* (cf. anexo 21).

O primeiro item desta subescala, o item 12, refere-se à agressão para com um professor ou outro adulto, no meio escolar. Neste item 100% dos inquiridos afirma “nunca” ter ocorrido um episódio destes “nos últimos 12 meses” e apenas 2% assume ter batido num professor ou outro adulto, na escola, “alguma vez na vida”. A média para as respostas referentes aos “últimos 12 meses” é 1.00 (DP=.000) e para as respostas relativas à vertente “alguma vez na vida” é 1.02 (DP=.141).

Da análise da afirmação referente à agressão para com os pais

retirámos que 97% dos jovens afirmou “nunca” ter batido aos pais, 2% admitem tê-lo feito “uma ou duas vezes” e 1% “várias vezes” “nos últimos 12 meses”. No âmbito da análise deste facto ter ocorrido “alguma vez na vida” a maioria mantém o “não” (94%); apenas 2% afirma já ter batido aos pais. Para os “últimos 12 meses” a média de respostas é 1.04 (DP=.243) e para “alguma vez na vida” a média é 1.06 (DP=.239).

Se nos debruçarmos sobre o item 14 – “Bater nos colegas ou lutar com eles” – na análise dos “últimos 12 meses”, a grande maioria refere “nunca” ter batido nem lutado com os colegas (82%), e, em menor número, estão os que apenas o fizeram “uma ou duas vezes” (17%) ou “várias vezes” (1%). Acerca da prática dos comportamentos agressivos para com os colegas “alguma vez na vida” continua a predominar o “não” (72%) em detrimento do “sim” (28%). A média para a primeira vertente é 1.19 (DP=.419) e, para a segunda, é 1.28 (DP=.451).

Em relação à agressão para com os irmãos ou outras crianças da família a maioria responde “nunca” o ter feito quer “nos últimos 12 meses” (97%) quer “alguma vez na vida” (94%). 2% admite tê-lo feito “uma ou duas vezes” e 1% “várias vezes” “nos últimos 12 meses”. Apenas 6% dos inquiridos afirma ter batido em irmãos ou a outra criança da família “alguma vez na vida”. A média para as respostas desta prática anti-social “nos últimos 12 meses” é 1.04 (DP=.243); para “alguma vez na vida” é 1.06 (DP=.239).

Da análise do item referente à agressão contra pessoas (atirando pedras e garrafas) a grande maioria afirma, tal como nos itens anteriores, “nos últimos 12 meses” “nunca” o ter feito (87%). Em minoria estão os que afirmam ter tido esta prática “uma ou duas vezes” (11%) e “várias vezes” (2%). No âmbito da frequência da prática desta agressão “alguma vez na vida” a maioria mantém a resposta de não o ter feito (84%), sendo pequena a percentagem dos que o fizeram (16%). A média para os “últimos 12 meses” é 1.15 (DP=.411) e para “alguma vez na vida” é 1.16 (DP=.368).

Na exploração de comportamentos agressivos para com animais (item 37), quer “nos últimos 12 meses” quer “alguma vez na vida” a maioria afirma não o ter feito (96% e 93% respectivamente). “Nos últimos 12 meses” apenas 4% fizeram sofrer um animal intencionalmente “uma ou duas vezes” e 7% já o fizeram “alguma vez na vida”. A média de respostas para a frequência “nos últimos 12 meses” é 1.04 (DP=.197); para “alguma vez na vida” a média é 1.07 (DP=.256).

Relativamente ao ameaçar crianças mais pequenas com a pretensão de lhes tirar dinheiro 98% afirma não o ter feito “nunca” “nos últimos 12 meses” e 2% afirmam feito tê-lo feito “uma ou duas vezes” “nos últimos 12 meses”. Uma vez mais a maioria dos jovens afirma “não” ter tido este tipo de comportamento “alguma vez na vida” (94%) e apenas 6% refere ter ameaçado crianças mais novas para conseguir dinheiro “alguma vez na vida”. A média para a primeira frequência de respostas (“últimos 12 meses”) é 1.02 (DP=.141); para a segunda frequência de respostas (“alguma vez na vida”) a média é 1.04 (DP=.197).

Prosseguindo com a análise do item 39, o qual aborda o tratar mal outras pessoas ou gozar com elas, 79% “nunca” o fez, 19% fê-lo “uma ou duas vezes” e 2% fê-lo “várias vezes” (“nos últimos 12 meses”). Relativamente à questão de terem manifestado este tipo de comportamentos “alguma vez na vida” a maioria mantém o “não” (71%). Ainda assim, 29% dos jovens declara que “sim”. A média para os “últimos 12 meses” é 1.23 (DP=.468) e para “alguma vez na vida” é 1.29 (DP=.456).

A última questão desta subescala refere-se ao facto dos jovens ficarem satisfeitos com o mal dos outros. Aqui, predominou uma vez mais o “nunca” nos “últimos 12 meses” (86%) e o “não” “alguma vez na vida” (69%). Em minoria estão os jovens que afirmam tê-lo feito “uma ou duas vezes” (11%) ou “várias vezes” (3%) nos “últimos 12 meses”. 31% dos inquiridos afirma ter ficado satisfeito com o mal de alguém “alguma vez na vida”. Para a primeira frequência de respostas a média é 1.17 (DP=.451); para a segunda frequência de respostas a média é 1.31 (DP=.465).

Síntese da análise descritiva da subescala agressão:

Na subescala agressão, a grande maioria dos inquiridos não demonstrou práticas agressivas contra professores, colegas, pais, irmãos ou outras crianças da família, pessoas em geral e animais. Também não demonstraram ficar satisfeitos com o mal de outras pessoas (em 100 inquiridos apenas 31 afirmaram alguma vez ter ficado contente com o mal de outras pessoas).

Conclui-se, portanto, que a maioria dos jovens inquiridos não manifesta comportamentos agressivos.

1.2.2. Vadiagem

No que respeita à subescala vadiagem, de que fazem parte 10 itens, podemos analisar o *Quadro 21* (cf. anexo 22).

Ao analisarmos o primeiro item desta subescala – “Copiar pelos outros, na escola, durante os exames ou nos testes” – reparamos que, “nos últimos 12 meses” 43% dos inquiridos não copiou por colegas em exames ou testes escolares, 40% copiou “uma ou duas vezes” e 17% “várias vezes”. Relativamente à frequência deste comportamento “alguma vez na vida” a maioria afirma tê-lo feito (69%); contudo, 31% refere nunca ter copiado por colegas ao longo da sua vida. A média de respostas para a frequência nos “últimos 12 meses” é 1.74 (DP=.733); para “alguma vez na vida” a média é 1.69 (DP=.465).

Relativamente a entrar sem autorização em propriedades alheias (jardim, terraço, casa ou garagem) 73% afirma “nunca” o ter feito, 21% afirma tê-lo feito “uma ou duas vezes” e, apenas 6% declara ter entrado “várias vezes” em jardins, terraços, casas e garagens alheias, “nos últimos 12 meses”. Quando questionados acerca da prática deste comportamento anti-social “alguma vez na vida” 59% dos jovens afirmam que “não” e 41% dizem que “sim”. A média para a primeira frequência é 1.33 (DP=.587); para a segunda frequência a média é 1.41 (DP=.494).

Se nos debruçarmos sobre o item 17 (fugir de casa, por várias horas, sem os pais saberem de si), a maioria “nunca” o fez nos “últimos 12 meses” (87%), contudo, 13% menciona tê-lo feito “uma ou duas vezes”. Relativamente a “alguma vez na vida” ter fugido de casa, por várias horas, a maioria afirmou “não” o ter feito (82%); ainda assim, 18% já fugiu de casa por várias horas, sem o conhecimento dos pais para onde. A média para os “últimos 12 meses” é 1.13 (DP=.338) e para “alguma vez na vida” é 1.18 (DP=.386).

Os resultados para a afirmação seguinte – “Ficar uma ou várias noites fora de casa sem os pais saberem onde estava” – é semelhante: 87%

não o fizeram “nos últimos 12 meses” e 82% não o fizeram “nunca” na vida. Na primeira frequência de respostas os restantes 13% afirmam ter passado uma ou várias noites fora de casa “uma ou duas vezes” nos “últimos 12 meses” e na segunda frequência de respostas 18% declara tê-lo feito “alguma vez na vida”. A média de respostas para os “últimos 12 meses” é 1.13 (DP=.338) e para “alguma vez na vida” é 1.18 (DP=.386).

Faltar à escola sem justificação é uma prática que 66% dos inquiridos nega ter feito nos “últimos 12 meses”, 25% admite que o fez “uma ou duas vezes” e 9% afirma tê-lo feito “várias vezes”. Na vertente “alguma vez na vida” 52% declara não o ter feito, embora 48% afirme já ter faltado sem justificação. A média para os “últimos 12 meses” é 1.43 (DP=.655) e para “alguma vez na vida” é 1.48 (DP=.502).

Em relação ao item 28, que trata o tema do mau comportamento dentro da sala de aula a ponto de ser mandado para fora, 71% “nunca” o fez, 15% fê-lo “uma ou duas vezes” e 14% fê-lo “várias vezes” “nos últimos 12 meses”. 60% “nunca” foi mandado para fora de uma aula ao longo da sua vida, mas 40% dos jovens inquiridos já foi. A média para a primeira frequência é 1.43 (DP=.728) e para a segunda frequência é 1.40 (DP=.492).

Ao analisarmos a questão 30, relativa a causar distúrbios ou portar-se mal em lugares públicos, 62% afirma não o ter feito “nos últimos 12 meses”, porém, na frequência “alguma vez na vida” a maioria dos jovens declara já ter feito barulho e causado desordens em lugares públicos (58%). 30% adoptou este tipo de comportamentos “uma ou duas vezes” nos “últimos 12 meses” e 8% “várias vezes”. 42% dos inquiridos nega ter manifestado tais comportamentos “alguma vez na vida”. Assim, a média para “os últimos 12 meses” é 1.46 (DP=.642) e para “alguma vez na vida” a média é 1.58 (DP=.496).

Relativamente a trazer uma arma escondida é unânime a resposta “nunca” “nos últimos 12 meses” (100%) e o “não” absolutamente maioritário em “alguma vez na vida” (99%). Apenas 1% dos sujeitos afirma já ter andado com uma arma. A média de respostas é 1.00 (DP=.000) e 1.01 (DP=.100), respectivamente.

Se falarmos em “não pagar coisas que deveria pagar”, a maioria dos jovens “nunca” o fez “nos últimos 12 meses” (80%), contudo, alguns já o fizeram “uma ou duas vezes” (18%) e, em menor número ainda, estão os que já o fizeram “várias vezes” (2%). Na frequência “alguma vez na vida” a maioria continua a responder “não” (71%); ainda assim, alguns sujeitos declaram não ter pago coisas que deveriam pagar (29%). A média de respostas para “os últimos 12 meses” é 1.22 (DP=.462) e para “alguma vez na vida” é 1.29 (DP=.456).

O último item desta subescala recai sobre a desobediência dos jovens para com os seus pais e professores. Na frequência “últimos 12 meses” 53%, ou seja a maioria, afirma “nunca” ter desobedecido, 39% já desobedeceu “uma ou duas vezes” e 8% já desobedeceu “várias vezes”. Mudando a análise para a vertente “alguma vez na vida” a situação inverte-se: a maioria dos inquiridos afirma já ter desobedecido aos pais ou professores (61%); os restantes 39% “não” desobedeceram nunca ao longo das suas vidas. A média de respostas para a primeira frequência é 1.55 (DP=.642); para a segunda frequência de respostas a média é 1.61 (DP=.490).

Síntese da análise descritiva da subescala vadiagem:

Sintetizando os resultados obtidos nesta subescala podemos afirmar que, em termos gerais, a maioria dos inquiridos não pratica este tipo de comportamento anti-social, no entanto, em alguns dos itens a prática da vadiagem é eminente. Nomeadamente, nos itens referentes a copiar por colegas, nos exames ou testes, fazer barulho a ponto de causar desordens em lugares públicos e desobedecer a pais e professores (na frequência de resposta “alguma vez na vida”). Em outros itens resultados também se aproximam das práticas anti-sociais, embora não se obtenha a maioria. São eles os itens referentes a entrar em terraços, jardins ou casas de outras pessoas sem autorização (na frequência “alguma vez na vida” o “não” abrange a maioria dos sujeitos (59%) mas o “sim” apresenta resultados próximos (41%)) e faltar à escola sem justificação (na frequência “alguma vez na vida” o “não” abarca a maioria dos sujeitos (52%), mas o “sim” apresenta um resultado consideravelmente próximo (48%)).

1.2.3. Consumo de Substâncias Tóxicas

No que respeita à subescala consumo de substâncias tóxicas, de que fazem parte 8 itens, podemos analisar o *Quadro 22* (cf. anexo 23).

O primeiro item da subescala consumo de substâncias tóxicas refere-se aos jovens beberem às escondidas cerveja. 46% bebeu “uma ou duas vezes”, 28% bebeu “várias vezes” e, apenas 26% “nunca” bebeu nos “últimos 12 meses”. Na frequência “alguma vez na vida” a grande maioria, 82%, assume que já bebeu e 18% não bebeu às escondidas nunca na sua vida. A média para os “últimos 12 meses” é 2.02 (DP=.738) e para “alguma vez na vida” a média é 1.82 (DP=.386).

Em relação ao “beber, às escondidas, um pouco de vinho” 55% afirma “nunca” o ter feito, 35% já bebeu “uma ou duas vezes” e 10% já bebeu “várias vezes” “nos últimos 12 meses”. Na vertente “alguma vez na vida” as respostas são equiparadas: 50% afirma não ter bebido vinho às escondidas e 50% declara já ter bebido. A média de respostas no primeiro caso é 1.55 (DP=.672) e no segundo caso é 1.50 (DP=.503).

Na exploração do consumo de bebidas destiladas, “nos últimos 12 meses”, 44% dos jovens “nunca bebeu”, resultado que se encontra equiparado com os 44% que já bebeu bebidas destiladas “uma ou duas vezes”; os restantes 12% afirmam ter bebido “várias vezes”. Na abordagem do consumo “alguma vez na vida” a maioria já bebeu (62%), mas também há os que não beberam (38%). A média de respostas para a frequência “nos últimos 12 meses” é 1.68 (DP=.680); para a frequência “alguma vez na vida” a média é 1.62 (DP=.488).

No item 23 – “Beber bebidas alcoólicas, com amigos, fora de casa” – 48% dos inquiridos já bebeu “uma ou duas vezes”, nos “últimos 12 meses”, 41% “nunca” bebeu e, ainda “nos últimos 12 meses”, 11% já bebeu “várias vezes”. Na vertente “alguma vez na vida” a maioria dos inquiridos já bebeu com os amigos fora de casa (65%); contudo, alguns dos jovens inquiridos “não” beberam (35%). A média para o consumo fora de casa, com amigos, “nos últimos 12 meses” é 1.70 (DP=.659) e para o consumo “alguma vez na vida” é 1.65 (DP=.479).

Ao analisar o item seguinte – “Fumar, às escondidas, cigarros ou cachimbo” – 49% “nunca” fumou, 31% fumou “uma ou duas vezes” e 20% fumou “várias vezes” “nos últimos 12 meses”. Na vertente “alguma vez na vida”, 59% dos inquiridos já fumou, no entanto, 41% nunca fumou nem cigarros nem cachimbo. A média de respostas é, então, 1.71 (DP=.782) para

a primeira frequência e 1.59 (DP=.494) para a segunda frequência.

Relativamente a “fumar marijuana ou haxixe” a maioria “nunca” fumou quer “nos últimos 12 meses” (85%), quer “alguma vez na vida” (80%). Apenas 13% fumou “uma ou duas vezes” e 2% fumou “várias vezes”. A percentagem de jovens que fumou marijuana ou haxixe “alguma vez na vida” também é reduzida (20%). A média para “os últimos 12 meses” é 1.17 (DP=.428); a média para “alguma vez na vida” é 1.20 (DP=.402).

“Tomar ou usar drogas proibidas” é outra das práticas que os nossos jovens inquiridos pouco ou nada manifestam, afinal 97% não o fez “nos últimos 12 meses” e 94% nunca o fez “alguma vez na vida”. 2% já o fez “uma ou duas vezes” e 1% “várias vezes”. Na frequência “alguma vez na vida” apenas 6% já tomaram ou usaram drogas consideradas proibidas. A média de respostas para a primeira frequência é 1.04 (DP=.243) e para a segunda é 1.06 (DP=.239).

Finalmente, no item 28 que aborda o consumo intencional de cola ou gás, a maioria “nunca” aspirou nenhum desses produtos (98%) e uma percentagem minoritária aspirou “uma ou duas vezes” (2%). Para “alguma vez na vida” a percentagem é idêntica: 98% nunca aspirou cola ou gás e, em minoria, apenas 2% já o fez. A média para “os últimos 12 meses” e para “alguma vez na vida” é 1.02 (DP=.141).

Síntese da análise descritiva da subescala consumo de substâncias tóxicas:

No âmbito das bebidas alcoólicas, predominam as práticas de consumo de cerveja, bebidas destiladas e bebidas com os amigos, fora de casa, quer para a frequência “nos últimos 12 meses”, quer para a frequência “alguma vez na vida”. Em relação a outras substâncias tóxicas, como o cigarro ou cachimbo também predominam os valores inerentes ao consumo, nas duas frequências. Ainda assim, a grande maioria não consome outras drogas, desde as mais leves (marijuana, haxixe) até outras mais pesadas e também proibidas.

Genericamente, os nossos jovens manifestam comportamentos de consumo de substâncias tóxicas.

1.2.4. Roubo

No que respeita à subescala roubo, de que fazem parte 9 itens, podemos analisar o *Quadro 23* (cf. anexo 24).

Se nos debruçarmos sobre a análise do primeiro item da subescala roubo (item 4 – “Roubar ou tentar roubar uma bicicleta ou um rádio”) verificamos que a maioria não o fez quer “nos últimos 12 meses” (97%), quer “alguma vez na vida” (93%). Um pequeno número de sujeitos já roubou um carro ou um rádio “nos últimos 12 meses” (3%) e “alguma vez na vida” (7%). A média de respostas para a primeira frequência é 1.03 (DP=.171); para a segunda frequência de respostas a média é 1.07 (DP=.256).

No item referente a roubar alguma coisa numa loja a maioria dos jovens mantém o “nunca”, “nos últimos 12 meses” (94%) e o “não” “alguma vez na vida” (88%). 6% já praticou este comportamento “uma ou duas vezes” e 12% já o fizeram “alguma vez na vida”. A média para “os últimos 12 meses” é 1.06 (DP=.239) e para “alguma vez na vida” a média é 1.12 (DP=.327).

Ao analisar as respostas referentes a roubar dinheiro em casa

constatamos, mais uma vez, que a grande maioria nega já o ter feito, tanto nos “últimos 12 meses” como “alguma vez na vida” (92% e 87% respectivamente). Apenas uma pequena percentagem afirma ter tirado dinheiro, em casa “uma ou duas vezes” nos “últimos 12 meses” (8%) e “alguma vez na vida” (13%). A média de respostas para “tirar dinheiro em casa” nos “últimos 12 meses” é 1.08 (DP=.273); para “alguma vez na vida” é 1.13 (DP=.338).

Em relação a tirar alguma coisa em casa que não lhes pertencia, a maioria dos jovens, ou seja, 99% afirma “nunca” o ter feito “nos últimos 12 meses” e, apenas 1% já o fez. Além disso, 96% “nunca” tirou alguma coisa de casa “alguma vez na vida”, no entanto, 4% já tiraram. A média é 1.01 (DP=.100) para a primeira frequência e 1.04 (DP=.197) para a segunda frequência.

Prossegue-se a análise da questão referente a tirar coisas aos professores ou colegas, na escola, para ficar com elas. Uma vez mais predominam as repostas “nos últimos 12 meses” e “alguma vez na vida” de “nunca” (96%) e “não” (90%), respectivamente. Ainda assim, 4% afirma tê-lo feito “uma ou duas vezes” “nos últimos 12 meses” e 10% “alguma vez na vida”. A média de respostas para este item é 1.04 (DP=.197) “nos últimos 12 meses” e 1.10 (DP=.302).

Relativamente a tirar alguma coisa de um jardim, casa ou garagem de outra pessoa, 73% dos inquiridos “nunca” praticou este acto, “nos últimos 12 meses”, 21% praticou “uma ou duas vezes” e 6% “várias vezes”. Na vertente “alguma vez na vida” os resultados são mais próximos um do outro, ainda assim, predomina o “não” (59%) em detrimento do “sim” (41%). A média para “os últimos 12 meses” é 1.33 (DP=.587) e para “alguma vez na vida” é 1.41 (DP=.494).

Ao analisarmos o item 10 percebemos que a grande maioria dos jovens nunca tirou nada de um carro, para ficar com ela, nem nos “últimos 12 meses” (96%), nem “alguma vez na vida” (93%). Em minoria estão os que “nos últimos 12 meses” roubaram alguma coisa de um carro “uma ou duas vezes” (3%) ou “várias vezes” (1%). 7% dos jovens já roubou algo de um carro “alguma vez na vida”. A média de respostas para a primeira frequência é 1.05 (DP=.261) e para a segunda frequência é 1.07 (DP=.256).

À questão relativa a roubar ou tentar roubar qualquer coisa de uma casa, a maioria dos inquiridos não o fez nem “nos últimos 12 meses” nem “alguma vez na vida” (97% e 96%, respectivamente). Ainda assim, 3% já o fez ou tentou fazer “uma ou duas vezes” nos “últimos 12 meses” e 4% já roubou ou tentou roubar “alguma vez na vida”. Perante isto, a média de respostas para a tentativa ou prática de roubo a casas é 1.03 (DP=.171) “nos últimos 12 meses” e 1.04 (DP=.197) “alguma vez na vida”.

Por fim, no item 33 – “Roubar, por esticção ou à força, o saco, a mala ou a carteira a alguém” – é unânime o “nunca” “nos últimos 12 meses” e o “não” “alguma vez na vida”. A média de respostas para ambos os casos é 1.00 (DP=.000).

Síntese da análise descritiva da subescala roubo:

Numa análise sintetizada da subescala roubo pudemos verificar que a grande maioria dos inquiridos não manifesta este tipo de comportamento anti-social. Afinal, a maior parte dos inquiridos nunca tentou roubar uma bicicleta ou um rádio, nem algo de uma loja, nunca roubaram nada em casa, nem num carro. Também nunca tentaram roubar professores, colegas ou

outras pessoas em geral. O único ítem cujos resultados entre o “não” e o “sim” se aproximam é o relativo a roubar alguma coisa de um jardim, casa ou garagem de outra pessoa (para a vertente “alguma vez na vida” 59% dos inquiridos afirma nunca ter tirado nada, mas 41% já tirou).

Contudo, predominam as respostas “não” e “nunca”, o que significa que a maioria dos inquiridos não pratica nem praticou alguma vez na vida o roubo.

1.2.5. Danos/Vandalismo

No que respeita à última subescala deste questionário, a subescala danos/vandalismo, de que fazem parte 5 itens, prosseguiremos a análise ao *Quadro 24* (cf. anexo 25).

Da análise do primeiro item da subescala – danos em casa – retiramos que 91% “nunca” cometeu este acto, 8% praticou “uma ou duas vezes” e 1% praticou “várias vezes” “nos últimos 12 meses”. Na abordagem “alguma vez na vida” 87% mantêm o “não” e 13% referem já ter danificado algo em casa. A média para “os últimos 12 meses” é 1.10 (DP=.333) e para “alguma vez na vida” é 1.13 (DP=.338).

Quando se trata de “danos na escola” as percentagens são idênticas às anteriores quer para os “últimos 12 meses” (“nunca” – 91%; “uma ou duas vezes” – 8%; “várias vezes” – 1%) e para “alguma vez na vida” (“não” – 87%; “sim” – 13%). A média para a primeira frequência de respostas é 1.10 (DP=.333) e, para a segunda frequência de respostas é 1.13 (DP=.338).

No item 3 (“outros danos”) 91% dos adolescentes inquiridos responde “nunca” “nos últimos 12 meses” e 87% responde “não” “alguma vez na vida”. “Nos últimos 12 meses” os restantes 8% assumem tê-lo feito “uma ou duas vezes” e 1% “várias vezes”. “Alguma vez na vida” a minoria (13%) refere ter causado danos. A média para a prática de danos “nos últimos 12 meses” é 1.10 (DP=.333); para “alguma vez na vida” é 1.13 (DP=.338).

Em relação a “Escrever nas paredes” 81% “nunca” escreveu nas paredes “nos últimos 12 meses”, 14% escreveu “uma ou duas vezes” e 5% “várias vezes”. Na frequência “alguma vez na vida” da prática de escrever nas paredes a maioria nunca escreveu (60%); no entanto, 40% dos inquiridos afirma já ter escrito em paredes.

Para finalizar esta análise, no item 31 (“Pegar fogo”), é unânime a afirmação dos inquiridos de que “nunca” pegaram fogo “nos últimos 12 meses”; mesmo “alguma vez na vida” apenas 1% declara tê-lo feito (a maioria – 99% - nunca o fez). A média para a frequência de “pegar fogo nos últimos 12 meses” é 1.00 (DP=.000) e para “pegar fogo alguma vez na vida” é 1.01 (DP=.100).

Síntese da análise descritiva da subescala danos/vandalismo:

Da análise sucinta da subescala danos/vandalismo podemos retirar que a maioria dos adolescentes inquiridos não manifesta esta prática comportamental anti-social. Na verdade, apenas no item “Escrever nas paredes” os resultados se aproximam (na frequência “alguma vez na vida” os resultados do “sim” não se encontram tão distanciados do “não” como nas restantes – 40% e 60% respectivamente).

Assim, este comportamento anti-social não é prática comum de entre a nossa amostra.

2. Estatística Inferencial

Após a análise descritiva dos dados surge a necessidade de inferir parâmetros da população a partir das estatísticas obtidas na amostra. Este processo designa-se *estatística inferencial*.

Assim, para analisar a relação entre as diferentes variáveis em estudo recorreu-se ao teste paramétrico *t de Student* para dois grupos independentes, à análise correlacional (correlação de *Pearson*) e à análise de variância *One-way ANOVA*.

Os níveis de significância utilizados foram 0.01 e 0.05.

2.1. Educação Parental baseada na Autonomia e no Amor e o Comportamento Anti-Social

Para avaliar a natureza da relação entre uma educação parental positiva (pela conjugação da autonomia e amor da *Escala dos Estilos Educativos Parentais*) e os comportamentos anti-sociais (nota global do *SRA* para os *últimos 12 meses* e para *alguma vez na vida*), calculou-se o coeficiente de correlação de *Pearson* (cf. *Quadro 25*, anexo 26). Desta análise retirou-se que a associação estabelecida entre as variáveis amor e comportamentos anti-sociais é negativa baixa, quer para as práticas anti-sociais *nos últimos 12 meses*, quer *alguma vez na vida* ($r = -.242$ e $r = -.252$ respectivamente), isto é, à medida que se verifica o aumento de uma variável se constata uma diminuição na outra. Neste sentido, o comportamento anti-social revela relações significativas com o amor ($p < 0.05$).

Da análise da relação entre os comportamentos anti-sociais, *nos últimos 12 meses* e *alguma vez na vida*, e a variável autonomia concluiu-se que a relação também é negativa baixa ¹ ($r = -.320$ e $r = -.327$ respectivamente) e estatisticamente significativa ($p < 0.01$).

O facto de as correlações serem negativas e com significância estatística sugere que quanto melhor for a educação parental (pela conjugação dos factores autonomia e amor), menor será a prática de comportamentos anti-sociais e vice-versa.

2.2. Educação Parental baseada no Controlo e o Comportamento Anti-social

Com o objectivo de avaliar se existe uma relação positiva entre o comportamento anti-social (*SRA* global na frequência *alguma vez na vida*) e o controlo (o pólo oposto do factor autonomia da *Escala de Estilos Educativos Parentais*), calculou-se a correlação de *Pearson* (cf. *Quadro 26*, anexo 27). O resultado permitiu-nos chegar à conclusão de que existe uma relação negativa baixa entre a autonomia e o comportamento anti-social ($r = -.327$), afinal quando uma aumenta a outra diminui. A relação entre o comportamento anti-social e a autonomia revela-se, assim, muito

¹ Por convenção, em ciências exactas sugere-se que (Pestana & Gageiro, 2005): $r < .20$ indica uma associação linear muito baixa; r entre $.21$ e $.39$ evidencia uma associação baixa; r entre $.40$ e $.69$ indica uma associação moderada; r entre $.70$ e $.89$ significa que a associação é alta e, por fim, $r > .90$ é indicador de uma associação muito alta.

significativa ($p < 0.01$).

Ora, se da análise da relação entre o comportamento anti-social geral, na sua frequência *alguma vez na vida*, e a autonomia constatamos que quanto maior a autonomia menos tendem a ser as práticas anti-sociais e vice-versa, podemos então inferir que a relação entre o comportamento anti-social e o controlo é positiva, isto é, quando uma variável aumenta a outra também aumenta. Assim, quanto maior o controlo exercido pelos pais na sua forma de educar, mais os seus filhos tenderão a praticar condutas anti-sociais.

2.3. *Influência da situação Socioeconómica nos Estilos Educativos e no Consumo de Substâncias Tóxicas*

Para averiguarmos se os pais com menores condições socioeconómicas tendem a seguir o estilo educativo “autoritário”² e, conseqüentemente, é mais comum os seus filhos consumirem substâncias tóxicas (H3) utilizámos o teste estatístico de análise da variância (One-Way Anova).

No *Quadro 27* (cf. anexo 28) apresentámos os resultados da média e desvio-padrão para a questão da influência da situação socioeconómica nos estilos educativos e no consumo de substâncias tóxicas nas duas frequências (*últimos 12 meses e alguma vez na vida*).

Através da análise dos resultados apresentados (cf. *Quadro 27*, anexo 28) constatamos que os profissionais liberais de competência média (camada 2) são os que apresentam as médias mais elevadas, tanto na autonomia como no amor, relativamente ao modo de educar os seus filhos (M=56.30, DP=7.55; M= 35.35, DP=3.75), ainda que os valores não sejam tão diferenciados dos alcançados pelos restantes grupos socioeconómicos. Os operários não especializados e trabalhadores rurais (camada social 4) são os que apresentam os valores mais baixos tanto na autonomia (M=51.65; DP=9.64) como no amor (M=32.67; DP=5.79).

Relativamente ao consumo de substâncias tóxicas, embora não haja valores exageradamente díspares entre as camadas sociais, os filhos dos profissionais de competências médias continuam a manifestar resultados mais baixos, tanto na frequência nos últimos 12 meses (M=10.05; DP=2.68), como na frequência alguma vez na vida (M=10.70; DP=2.52); em detrimento da camada social mais baixa (operários não especializados e trabalhadores rurais) que continua a expressar os valores mais altos (consumo de substâncias tóxicas nos últimos 12 meses: M=12.47; DP=2.98 e consumo de substâncias tóxicas alguma vez na vida: M=11.73; DP=1.91).

Da análise anterior poderíamos presumir haver influência da situação socioeconómica quer na educação parental (os sujeitos com melhor situação socioeconómica recebem uma educação mais positiva, pela conjugação da autonomia com o amor e o valor tende a decrescer à medida que a situação socioeconómica é mais baixa) quer no consumo de substâncias tóxicas (filhos de pais nas camadas sociais mais elevadas manifestam valores inferiores no consumo de substâncias tóxicas e o valores de consumo de substâncias tóxicas tendem a aumentar à medida que a situação socioeconómica decresce).

² Seguindo as dimensões do modelo proposto por *Schaefer* (autonomia versus controlo e amor versus hostilidade) o estilo educativo autoritário resulta da conjugação entre o controlo e a hostilidade (Oliveira, 1994).

No entanto, a análise da variância (*cf. Quadro 28, anexo 29*) não sugere qualquer diferença estatisticamente significativa entre os três grupos³ socioeconómicos aqui em análise, nem relativamente ao amor ($F=2.484$; $p=.089$), nem à autonomia ($F=2.418$; $p=.094$). Quer isto dizer que as diferenças entre os grupos socioeconómicos em análise, relativamente à percepção da educação parental, não são consideradas estatisticamente significativas. Resultados semelhantes foram obtidos no que concerne haver influência dos contextos socioeconómicos no consumo de substâncias tóxicas na sua frequência *alguma vez na vida* ($F=1.753$; $p=.179$)⁴.

Ainda assim, no âmbito do consumo de substâncias tóxicas *nos últimos 12 meses* constatamos haver uma diferença estatisticamente significativa ($F=4.320$; $p=.016$). Neste sentido, procedemos à análise do post-hoc de comparações múltiplas (Scheffé) para verificar entre que grupos existe essa diferença. Os resultados apontam uma diferença estatisticamente significativa entre a camada 2 e a camada 4 ($p=.018$). Podemos, então, afirmar haver relação entre a condição socioeconómica e o consumo de substâncias tóxicas *nos últimos 12 meses* da nossa amostra, ou seja, quanto mais elevada a camada social menor tende a ser o consumo.

2.4. Diferenças entre Géneros no Comportamento Anti-Social Agressão

Seguidamente, iremos indagar se existem diferenças estatisticamente significativas em termos dos comportamentos agressivos (subescala agressão do SRA nas frequências *nos últimos 12 meses* e *alguma vez na vida*) relativamente ao género.

No *Quadro 29* (*cf. anexo 30*) apresentamos os resultados em termos de médias, desvios-padrão, o valor da estatística do teste *t de student* e respectiva probabilidade de significância na subescala agressão tomando a amostra em função do género (feminino ou masculino).

Da análise do quadro pudemos concluir que os dois grupos apresentam diferenças estatisticamente significativas quer ao nível da subescala agressão do SRA *nos últimos 12 meses* ($t=3.516$; $p=.001$), quer na subescala agressão do SRA *alguma vez na vida* ($t=3.169$; $p=.002$) para os dois sexos. Quer isto dizer que os rapazes apresentam resultados superiores às raparigas nos comportamentos de agressão⁵.

³ A camada social 1 da classificação de Seda Nunes (1970), representativa dos grandes industriais e profissões de elevada competência técnica, não se encontra em análise pelo facto de nenhum dos inquiridos pertencer a esta que é a mais elevada camada social.

⁴ No teste de *Levene* para o Consumo de Substâncias Tóxicas (dimensão do SRA) obteve-se $F= 1.011$ e $p= .368$ (para a frequência *nos últimos 12 meses*) e $F= 2.546$ e $p= .084$ (*alguma vez na vida*); para as dimensões autonomia e amor do *Questionário dos Estilos Educativos Parentais* (versão para filhos) obteve-se $F= 1.425$ ($p= .246$) e $F= .632$ ($p= .534$), nesta ordem. Os valores de F confirmam a homogeneidade das variâncias nos grupos.

⁵ No teste de *Levene* para a subescala agressão do SRA na sua frequência *nos últimos 12 meses* obteve-se um $F= 16.395$ ($p= .000$), o que infirma a hipótese de igualdade das variâncias. No SRA (subescala agressão) na sua frequência *alguma vez na vida* obteve-se um $F= 1.894$ ($p=.172$). Este valor de F confirma a homogeneidade da variância nos grupos.

2.5. *Influência da Idade dos Adolescentes na sua percepção sobre as Práticas Educativas Parentais e nos Comportamentos Anti-Sociais*

De seguida, tentaremos compreender se existem diferenças estatisticamente significativas em termos da percepção das práticas educativas parentais (*Escala dos Estilos Educativos Parentais*, versão para filhos) e dos comportamentos anti-sociais (SRA geral e subescalas na frequência *alguma vez na vida*), relativamente à idade.

Tal como nos demonstra o *Quadro 30* (cf. anexo 31) não existem diferenças estatisticamente significativas na percepção sobre a educação parental, no que concerne a idade ($p = .483$ para a autonomia e $p = .672$ para o amor). Quer isto dizer que, independentemente da idade, a maioria dos inquiridos entende que na educação exercida pelos seus pais (ou outro cuidador) predominam a autonomia e o amor (exercem uma boa educação parental).

Relativamente às práticas anti-sociais não existem diferenças estatisticamente significativas em função da idade quer para o comportamento anti-social geral na sua frequência *alguma vez na vida* ($p = .030$), quer para as subescalas consumo de substâncias tóxicas ($p = .546$), vadiagem ($p = .538$) e roubo ($p = .321$), também nesta frequência. Nas subescalas danos/vandalismo ($p = .002$) e agressão ($p = .008$) verificaram-se diferenças estatisticamente significativas. Assim, constatámos que os mais novos (12-15 anos) praticam mais agressão e vandalismo do que os mais velhos (16-19 anos)⁶.

2.6. *Influência da Estrutura Familiar de Co-Habitação e o Comportamento Anti-Social.*

Para averiguarmos a influência da estrutura familiar de co-habitação no comportamento anti-social (H6) utilizámos o teste estatístico de análise da variância (*One-Way Anova*).

No *Quadro 31* (cf. anexo 32) apresentamos os resultados da média e desvio-padrão para a questão da influência da estrutura familiar de co-habitação no comportamento anti-social geral nas duas frequências (*nos últimos 12 meses e alguma vez na vida*).

Se nos debruçarmos sobre a análise das médias, os sujeitos que praticam menos actos anti-sociais (na sua componente *alguma vez na vida*) são os que co-habitam com o pai ($M = 50.00$; $DP = 5.66$), seguidos dos que

⁶ No teste de *Levene* para as dimensões da Escala de Estilos Educativos Parentais (versão para filhos) obteve-se um $F = 1.182$ ($p = .280$) para a dimensão autonomia e $F = .001$ ($p = .980$) para a dimensão amor. Estes valores confirmam a homogeneidade das variâncias dos grupos. No teste de *Levene* para o SRA na frequência *alguma vez na vida* obteve-se um valor de $F = 4.592$ ($p = .035$); para as subescalas do SRA obteve-se os valores de $F = .840$ ($p = .362$) na subescala consumo de substâncias tóxicas; $F = .021$ ($p = .884$) na subescala vadiagem; $F = 20.182$ ($p = .000$) na subescala danos; $F = 5.641$ ($p = .019$) na subescala agressão; $F = .026$ ($p = .872$) na subescala roubo. Daqui se observa que se verifica a homogeneidade das variâncias dos grupos em quase todas as subescalas à excepção da subescala danos.

co-habitam com o pai e com a mãe (M=50.13; DP=4.99). Manifestam mais condutas desviantes os inquiridos que co-habitam com a mãe e irmãos (M=56.60; DP=10.06) e os adolescentes que co-habitam com o pai e irmãos (M=56.00; DP=14.18).

Na componente *nos últimos 12 meses* dos comportamentos anti-sociais os jovens que menos praticam condutas desviantes são os que co-habitam com o pai e a mãe (M=49.79; DP=5.86) seguidos dos que co-habitam só com o pai (M=50.50; DP=9.19). Uma vez mais, manifestam mais comportamentos anti-sociais os inquiridos que co-habitam só com a mãe e irmãos (M=56.40; DP=13.39) e os que co-habitam só com o pai e irmãos (M=56.33; DP=16.65).

A análise anterior sugeriu-nos que poderia haver uma influência da estrutura familiar no ingresso da anti-socialidade, afinal os jovens que mantinham a considerada estrutura familiar “ideal” (co-habitação com pai e mãe) foram os que menos manifestaram práticas anti-sociais.

No entanto, a análise da variância (*cf. Quadro 32, anexo 33*) não evidencia qualquer diferença estatisticamente significativa entre os vários grupos relativamente às práticas anti-sociais *alguma vez na vida* (F=1.385; p=.229) e *nos últimos 12 meses* (F=1.003; p=.428). Concluimos, portanto, não haver uma relação estatisticamente significativa entre a estrutura familiar de co-habitação e o comportamento anti-social dos jovens.⁷

V. Discussão

Atendendo aos resultados obtidos no estudo empírico prosseguimos com uma apreciação global de que grande parte dos resultados obtidos nesta investigação são consistentes com a revisão e reflexão da literatura realizados nos quatro primeiros capítulos do presente trabalho.

No que concerne a primeira hipótese (H1: *O comportamento anti-social é menos frequente em jovens que recebem uma educação baseada na conjugação da autonomia com o amor*), ficou totalmente comprovado que quanto mais positiva for a educação parental (pela conjugação da autonomia com o amor) menor tende a ser o comportamento anti-social. Block e colaboradores (1973) através de uma investigação longitudinal, concluíram que os adultos mais bem ajustados são os que na infância tiveram relações calorosas com o pai e a mãe. Outros autores chegaram à mesma conclusão nos seus estudos (Coopersmith, 1967; Baumrind, 1977). No mesmo sentido, Schaefer (1965) provou que os filhos delinquentes provêm frequentemente de casais praticando uma má educação (Oliveira, 1994). Assim, ficou provado que os estilos educativos parentais causam grande impacto nas práticas comportamentais dos adolescentes, sendo que os laços positivos nas relações pais-filhos assumem o papel de “escudo” de protecção contra o envolvimento na delinquência (Sampson & Laub, 1993; Hirschi (1969);

⁷ No teste de *Levène* para o SRA na sua frequência *nos últimos 12 meses* obteve-se um F= 2.906 (p= .012) e na sua frequência *alguma vez na vida* obteve-se um F= 2.480 (p=.029). Estes valores de F confirmam a homogeneidade da variância nos grupos.

Agnew, 1991; Junger & Polder, 1992 cit in Fonseca, 2002).

Relativamente à segunda hipótese (H2: *Existe uma associação positiva entre o controlo excessivo por parte dos pais e o comportamento anti-social em adolescentes*), esta foi totalmente comprovada na nossa investigação e corroborada por estudos de diversos autores, já citados ao longo da elaboração deste trabalho (Farrington, 1991; Laub & Sampson, 1995; Patterson, 1982 cit in Fonseca, 2002; Buehler, 2006). Uma vez mais realçamos, neste sentido, a pertinência da promoção de uma autonomia progressiva na educação dos adolescentes; afinal é esta uma das características fundamentais da adolescência: a busca da autonomia. Atendendo a este objectivo, Fleming (1992), num estudo relaciona a autonomia adolescente com a percepção que o adolescente tem das práticas educativas parentais, concluindo que o estilo educativo autónomico-amoroso é o que melhor facilita o acesso do adolescente à autonomia (Oliveira, 1994).

Na terceira hipótese – H3: *Os pais com menores condições socioeconómicas tendem a seguir o estilo educativo “autoritário” e, conseqüentemente, é mais comum os seus filhos consumirem substâncias tóxicas* – não se verificaram diferenças estatisticamente significativas relativamente à percepção dos métodos educativos parentais. Quer isto dizer que os resultados do nosso estudo não vão ao encontro dos resultados conseguidos noutras investigações. Autores como Maccoby e Gibbs (1954) entendem que os pais da classe média se mostram mais permissivos enquanto que os pais de meios desfavorecidos educam de uma forma mais autoritária e rígida, usando mais a punição do que os de outros meios (Lautrey, 1980; Maccoby, 1980 cit in Oliveira, 1994); conseqüentemente constituem-se como fortes preditores do comportamento anti-social (Farrington, 1978; Forgatch, 1991; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; McCord, 1979; Patterson, 1986; Patterson & Bank, 1989; Rothbaum & Weisz, 1994; Vuchinich, Hetherington, Vuchinich et al, 1991 cit in Fonseca, 2002). Neste sentido, verificou-se no nosso estudo, haver uma relação entre a camada social (situação socioeconómica) e o consumo de substâncias tóxicas (nos últimos 12 meses). Assim, a hipótese ficou comprovada parcialmente na medida em que a família surge como principal influência no desenvolvimento normal ou perturbado do sujeito, atendendo à camada social a que pertence (Fonseca, 2002).

No que diz respeito à hipótese quatro (H4: *Os rapazes envolvem-se mais frequentemente em práticas anti-sociais de agressão do que as raparigas*), a qual sugere diferenças entre os géneros na frequência da prática anti-social *agressão*, ficou comprovado que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos, isto é, os rapazes envolvem-se mais na prática da agressão do que as raparigas. Esta hipótese é também corroborada por diversas investigações que postulam que a agressão é um dos comportamentos anti-sociais onde mais se acentuam as diferenças de género (Simões et al., 2000; Huteau, 1995; Hyde & Frost, 1993; Vaz Serra, Firmino & Matos, 1987; Maccoby & Jacklin, 1974). Nas várias meta-análises conduzidas por Eagly e Steffen (1986) e Hyde (1984) constatou-se a prevalência dos comportamentos agressivos nos rapazes.

Neste sentido, das questões causais que se encontram na base dos comportamentos anti-sociais destacam-se as relativas às diferenças intergrupais, como por exemplo a constatação de que os rapazes têm mais propensão do que as raparigas para se envolverem na maior parte das formas de comportamento anti-social (Moffitt et al., 2001 cit in Rutter, 2004). Além disso, as diferenças entre os géneros nas práticas anti-sociais têm uma

origem social (Gelsthorpe, 1997 cit in Fonseca, 2000).

A nossa quinta hipótese (H5: *Os adolescentes dos 12 aos 15 anos apresentam resultados diferenciados dos adolescentes da faixa etária dos 16 aos 19 anos, tanto na percepção das práticas educativas utilizadas pelos seus pais, como na frequência de condutas delinquentes*) refere-se a possíveis diferenças nos resultados da percepção da educação parental e das práticas anti-sociais atendendo a idade da amostra (as idades foram distribuídas por dois grupos para realizarmos esta análise: dos 12 aos 15 anos e dos 16 aos 19 anos). Oliveira (1994) defende que a imagem que os filhos têm dos pais depende, em parte, da idade evolutiva da criança e das diversas etapas por que passa; outros autores salientam mesmo que os próprios pais vão-se tornando mais exigentes e mesmo intolerantes com as atitudes irracionais dos filhos à medida que estes vão crescendo e compreendendo a realidade do mundo (Maccoby & Martin, 1983). No entanto, no nosso estudo, a hipótese de que a percepção da educação parental é diferente consoante a idade foi refutada. Certamente, seria mais plausível encontrar diferenças se as faixas etárias no nosso estudo se distanciassem mais. Por outro lado, poderemos admitir que as práticas educativas utilizadas pelos pais tendem a ser congruentes, ainda que com variações adaptadas às idades dos filhos, ao longo do processo educativo dos seus descendentes.

Além disso, a nossa quinta hipótese também pretendia verificar diferenças nas práticas anti-sociais consoante a idade (os inquiridos mais novos estariam envolvidos em mais práticas anti-sociais do que os mais velhos). De acordo com os nossos resultados, verificámos diferenças estatisticamente significativas em algumas das práticas anti-sociais (os adolescentes dos 12 aos 15 anos manifestaram mais práticas de agressão e vandalismo do que os sujeitos dos 16 aos 19 anos). Neste sentido, ressalva-se os dados de estudos longitudinais nas escolas secundárias da Austrália Ocidental (Houghton & Carroll, 2002) que revelam que o envolvimento na delinquência aumentou entre os 13 e os 15 anos de idade (Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004). Ora, na maioria das situações, os adolescentes abandonam a conduta desviante. Na base explicativa desta norma estão dois processos. Em primeiro lugar, a força motivadora da delinquência está associada a um período específico do desenvolvimento. Além disso, à medida que a autonomia é conquistada, vão diminuindo os benefícios resultantes da rebeldia face à autoridade adulta e parental, em particular. Daí o facto de os jovens dos 16 aos 19 anos, no presente estudo, manifestarem menor envolvimento nas práticas de agressão e vandalismo. No mesmo sentido, Steinberg (2003) entende que com o avançar da idade a maturidade psicossocial tende a desenvolver, o que requer maiores responsabilidades e auto-controlo; afinal avizinha-se uma nova etapa (o ingresso no “mundo dos adultos”).

Finalmente, a última hipótese do nosso estudo (H6: *Existe uma relação entre a estrutura familiar de co-habitação e as práticas anti-sociais*) foi completamente refutada, na medida em que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os vários grupos de co-habitação. Os resultados alcançados nesta hipótese do nosso estudo são infirmados pelos diversos investigadores que associam as características dos pais e de todo o sistema familiar aos comportamentos anti-sociais dos adolescentes (Acock & Clair, 1986; Shaw, 1988) e particularmente à vinculação (Bowlby, 1953).

A título de exemplo, as teorias de selecção atribuem às famílias desfeitas a “culpa” de originar a delinquência nas suas crianças, principalmente pelos factores de risco que estas acarretam: o conflito

parental, pais criminosos ou anti-sociais, baixo rendimento familiar e métodos educativos pobres (Matos, Vieira, Nogueira, Boavida & Alcoforado, 2008). No mesmo sentido, Juby e Farrington (2001) compararam diferentes razões explicativas da relação entre famílias desfeitas e delinquência e concluem que a perda de um dos progenitores influencia negativamente a criança, principalmente por influência da vinculação estabelecida (teorias do trauma). As teorias do curso de vida, por sua vez, entendem a separação como continuidade de experiências causadoras de stress e nos efeitos de múltiplos factores de stress. Exemplo disso são os conflitos parentais, a perda dos pais, circunstâncias de diminuição de recursos económicos, mudanças de figuras parentais e métodos educativos pobres. Concomitantemente, da análise da relação pais-filhos, Rankin & Kern (1994) concluíram que, se o jovem desenvolver uma vinculação forte com os dois progenitores, mais dificilmente entrará no mundo da delinquência do que um jovem que mantenha essa mesma vinculação mas apenas com um dos pais (Fonseca, 2002). Ainda assim, as relações familiares continuam a não ser suficientemente esclarecedoras das práticas anti-sociais dos jovens, afinal as excepções permanecem (nem sempre os jovens considerados em risco se envolvem em práticas delinquentes e, por vezes, os jovens provindos de famílias completamente funcionais tornam-se anti-sociais) (Machado, 2004). Temos, pois, de considerar uma complexa configuração de causas na determinação de cada percurso desenvolvimental, que pode conduzir à adaptação ou à inadaptação do indivíduo.

VI. Conclusão

É inegável o interesse de diversos investigadores em estudar os comportamentos anti-sociais praticados por adolescentes. A pertinência das inúmeras investigações nesta área advém da crescente procura das causas e soluções para este que já se tornou um problema de todos nós.

Neste sentido, a maioria dos investigadores postulam a influência familiar, nomeadamente a educação parental e os contextos familiares (situação socioeconómica e estrutura familiar), enquanto factores envolvidos no aparecimento das práticas anti-sociais.

O nosso estudo, em particular, debruçou-se, principalmente, sobre o papel da educação parental no comportamento anti-social dos adolescentes. Procurou, também, averiguar a influência de outras variáveis, nomeadamente a estrutura familiar de co-habitação, os contextos socioeconómicos e o género, no comportamento delincente.

Visando os objectivos da investigação, a nossa preocupação primeira foi a de utilizar os instrumentos adequados, pela garantia de validade de construto, ou seja, o instrumento ser adequado ao problema que pretende avaliar; e, a garantia da validade discriminante, isto é, apresentar uma baixa correlação com os instrumentos que pretendam avaliar características diferentes. Apesar este estudo não ser de natureza longitudinal também é fundamental o instrumento escolhido garantir a validade preditiva, o que permitirá, a médio ou a longo prazo, estimar a evolução dos sujeitos, avaliar correctamente um dado desempenho ou comportamento e detectar os efeitos de um determinado programa de intervenção (Fonseca & Simões, 2004). Enquanto boa medida de avaliação, um instrumento também deverá

obedecer aos requisitos de sensibilidade e especificidade, ou seja, possibilitar reconhecer o maior número possível de casos com problemas análogos numa determinada população (*Ibidem*).

Tendo em conta todos estes pressupostos constatámos, na nossa análise, que a apreciação dos filhos acerca dos métodos educacionais dos seus pais é bastante positiva, resultados também já alcançados por alguns autores (e.g. Oliveira, 1994, 1996; Vaz Serra, 1987^a). Quer isto dizer que na educação parental predominam o amor e autonomia, características educacionais que conjugadas representam o estilo educativo democrático. Note-se que o estilo democrático é o ideal, do ponto de vista teórico, pela interação entre a capacidade de respostas e de exigências, o que é benéfico para um harmonioso desenvolvimento da criança (Maccoby & Martin, 1983); afinal os filhos aprendem a comportar-se pela positiva (Oliveira, 1994). No mesmo sentido, em termos gerais, a nossa amostra também não revelou grande envolvimento nas práticas anti-sociais (à excepção do consumo de substância tóxicas).

Na base explicativa destes resultados poderão estar questões associadas às limitações da utilização de questionários de auto-avaliação. Particularmente no campo das práticas anti-sociais, a maioria dos questionários foi recolhido em meio escolar. Ora, tal procedimento dificultou a inclusão na amostra de indivíduos com problemas mais graves, pois estes tendem a faltar com mais frequência às aulas ou a abandonar precocemente a escola. Além disso, ao tratar-se de uma avaliação retrospectiva, há que contar com possíveis falhas de memória de que podem resultar informações pouco correctas. Mais, em ambos os questionários (o referente às práticas anti-sociais e o relativo à percepção dos filhos sobre a educação parental), muitos dos inquiridos poderão ter sido afectados pela desejabilidade social nas suas respostas. Daí os resultados tão positivos acerca da forma como são educados e acerca da pouca frequência de comportamentos delinquentes assumida (Fonseca, 2004).

Concomitantemente, esta investigação não abrangeu a diversidade dos factores causais que se encontram na base dos comportamentos anti-sociais. Seria, então, interessante proceder a uma análise mais diversificada dos múltiplos factores explicativos do envolvimento dos adolescentes no comportamento anti-social, sejam eles de ordem individual ou de origem no grupo (Rutter, Giller & Hagell, 1998), com o intuito da prevenção.

Ainda assim, de entre a diversidade dos factores que influenciam o comportamento anti-social se nos debruçarmos particularmente sobre factores de risco familiares, os quais são dotados de crescente destaque nas investigações sobre a delinquência (e particularmente no nosso estudo), são já muitas as intervenções no sentido da prevenção do envolvimento dos jovens na delinquência. Entre essas mesmas intervenções encontra-se o Programa Parental “Tripla-P” (*Triple-P Parenting Programme*), da autoria de Matthew Sanders e colaboradores (2000), em Brisbane, na Austrália. Este programa, assente na prevenção primária (se alargado a toda a comunidade) e secundária (quando aplicado a amostras de elevado risco ou amostras clínicas), implicou ensinar aos progenitores 17 estratégias de gestão do comportamento das crianças que incluíam falar com a criança, manifestar afecto através de gestos, elogiar, dar atenção, dar um bom exemplo, definir regras, dar instruções claras e fazer uso correcto de castigos para o mau comportamento. A avaliação final do programa demonstrou que a sua utilização foi positiva na medida em que o comportamento anti-social nas crianças diminuiu.

Perante tais resultados, é seguro sublinhar a pertinência de um conhecimento aprofundado dos mais importantes factores de risco envolvidos na inserção do jovem em práticas anti-sociais; afinal este é e sempre será um pressuposto fundamental na implementação de programas capazes de combater esses mesmos factores.

Bibliografia

American Psychiatric Association (2002). *DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (4ª ed., texto revisto). Lisboa: Climepsi Editores.

Barros, J.H. (1996). Desenvolvimento de um questionário de percepção de pais e filhos sobre a educação familiar. *Psychologica*, 15, 119-133.

Birren, J.E., Kinney, D.K., Schaie, K.W. & Woodruff, D.S. (1981) Family Influences. *Developmental Psychology*. Boston: Houghton Mifflin Company.

Blackburn, R. (1993). Familial and Social Correlates of Crime. *The Psychology of criminal conduct: theory, research, and practice*, (pp.160-184). British Library.

Boavida, J. (2008). A libertação do mal. In A. Matos; C. Vieira; S. Nogueira; J. Boavida & L. Alcoforado (Ed.). *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?*, (pp.9-30). Coimbra: Almedina.

Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.

Buehler, C. (2006). Parents and Peers in Relation to Early Adolescent Problem Behavior. *Journal of Marriage and Family*, vol.68, 1, 109-125.

Carrol, A., Houghton, S., Hattie, J. & Durkin, K. (2004). Comportamento anti-social nos jovens: o modelo dos objectivos de aumento da reputação. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, (pp.215-250). Coimbra: Almedina.

Claes, M. (1985). *Os problemas da adolescência*. Lisboa: Editorial Verbo.

Conger, R.D., Ge, X., Elder, G.H.J., Lorenz, F.O. & Simons, R.L. (1994). Economic stress, coercive family process and developmental problems of adolescents. *Child Development*, 65, (pp.541-561).

D'Hainaut, L. (1997). *Conceitos e métodos da Estatística* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.

Dilalla, L.F. & Dilalla, D. (2004). Genética do Comportamento e conduta anti-social: perspectivas desenvolvimentistas. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, (pp.322-359). Coimbra: Almedina.

Erickson, E.H., Norton, W.W. & Company (1980). *Identity and the Life Cycle*. New York. London.

Farrington, D.P. (2004). O Estudo de Desenvolvimento da Delinquência de Cambridge: principais resultados dos primeiros 40 anos. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.73-132). Coimbra: Almedina

Farrington, D.P. (2008). Prevenção da delinquência e do comportamento anti-social. In A. Matos; C. Vieira; S. Nogueira; J. Boavida & L. Alcoforado (Eds.). *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?*, (pp.337-358). Coimbra: Almedina.

Figueiredo Dias, J. & Costa Andrade, M. (1997). *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.

Fonseca, A.C., Simões A., Rebelo, J.A., Ferreira, J.A. & Cardoso, F. (1995). Comportamentos anti-sociais referidos pelos próprios alunos. Novos dados para a população portuguesa do ensino básico. *Psychologica*, 14, 39-57.

Fonseca, A.C. (2000). Comportamentos anti-sociais: Uma introdução. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV, 1, 2 e 3, 9-36.

Fonseca, A.C. (2002). Comportamento anti-social e família: novas abordagens para um velho problema. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.1-14). Coimbra: Almedina

Fonseca, A.C. & Simões, A. (2002). A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi: o papel do autocontrolo, da família e das oportunidades. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.245-268). Coimbra: Almedina.

Fonseca, A.C. & Simões, M.C. (2002). Estudo do comportamento anti-social: algumas considerações metodológicas. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.475-499). Coimbra: Almedina.

Fonseca, A.C. (2003). Família, Escola e Comportamento Anti-Social: Uma visão de conjunto. In I.Alberto, A.C.Fonseca, C.P.Albuquerque, A.G.Ferreira & J.Rebelo (Org.). *Comportamento Anti-Social: Escola e Família*, (pp.9-30). Coimbra. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Fonseca, A.C. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social: o contributo dos estudos longitudinais. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.412-461). Coimbra: Almedina.

Fonseca, A.C. & Tabora Simões, M.C. (2004). Comportamento anti-social: técnicas e instrumentos de avaliação. In A. C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.39-72). Coimbra: Almedina.

Fonseca, A.C. (2006). Responsabilização dos menores pela prática de factos qualificados como crimes: políticas actuais. In A.C. Fonseca, M.R. Simões, M.C. Tabora Simões & M.S. Pinho (Ed.). *Psicologia Forense*,

(pp.355-386). Coimbra: Almedina.

Formosinho, M.D., Taborda Simões, M.C. & Vale Dias, M.L. (2005). Adolescência e responsabilidade criminal: Uma questão em debate. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39, 3, 39-59.

Fortin, M. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.

Gaspar, M. (2003). O trabalho com pais na prevenção do comportamento anti-social. In I. Alberto *et al.* (Org.). *Comportamento Anti-Social: Escola e Família*. Coimbra. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, R.A. (1999). Personalidade: O lado anti-social. *Psychologica*, 22, 83-101.

Hill, M.M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílado, Lda.

Hinshaw, S.P. & Zupan, B.A. (1997). Assessment of Antisocial Behavior in Children and Adolescents. D.M. Stoff, J. Breiling & J.D. Maser (Ed.). *Handbook of Antisocial Behavior*, (pp.36-46). United States of America: National Institute of Mental Health.

Hirshi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Los Angeles: University of Califórnia. Press.

Ijzendoorn, M. (2002). Vinculação, moralidade emergente e agressão: para um modelo socioemocional e desenvolvimental do comportamento anti-social. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e família*, (pp.269-300). Coimbra: Almedina.

Kagan, J. (2004). Comportamento anti-social: contributos culturais, vivenciais e temperamentais. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-social e Crime*, (pp.1-10). Coimbra: Almedina.

Kury, H. & Woessner, G. (2002). A família e os comportamentos desviantes dos jovens. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.181-212). Coimbra: Almedina.

Kury, H. & Smartt, U. (2003). O Declínio da Família Tradicional – Justificações possíveis para a delinquência na Adolescência e para a Criminalidade Juvenil? In I.Alberto, A.C.Fonseca, C.P.Albuquerque, A.G.Ferreira & J.Rebello (Org.). *Comportamento Anti-Social: Escola e Família*, (pp.83-123). Coimbra. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Lahey, B.B., Moffitt, T.E. & Caspi, A. (2003). Causes of conduct disorder and juvenile delinquency. *The Guilford Press*. New York. London.

Lahey, B.B & Waldman, I.D. (2004). Predisposição para problemas do comportamento na infância e na adolescência: análise de um modelo

desenvolvimentista. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.161-214). Coimbra: Almedina

Le Blanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinvente em adolescentes, In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.37-92). Coimbra: Almedina.

Machado, T.S. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, (pp.291-321). Coimbra: Almedina.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística – com a utilização do SPSS*. Lisboa: Silabo.

Martins, N. (2006). Jovens com comportamentos delinquentes: os caminhos da lei. In a.C. Fonseca, M.R. Simões, M.C. Taborde Simões & M.S. Pinho (Ed.). *Psicologia Forense*, (pp.387-400). Coimbra: Almedina.

Matos, M.G., Simões, C., Canha, L., Carvalhosa, S.F., Neto, F.C. & Reis, C. (2000). Intervenção com adolescentes no âmbito da execução de medidas tutelares não institucionais. In M.G. Matos; C. Simões & S.F. Carvalho (Ed.). *Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social. Aventura Social & Risco*, (pp.121-148). Faculdade de Motricidade Humana/Instituto de Reinserção Social - Ministério da Justiça.

Matos, A.P. (2004). Violência na televisão e desenvolvimento do comportamento agressivo: o papel da aprendizagem social. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.251-290). Coimbra: Almedina

McCord, J. (2002). Forjar criminosos na família. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e família*, (pp.15-36). Coimbra: Almedina.

Monteiro, M. & Santos, M. (1998). *Psicologia*. Porto: Porto Editora.

Moffitt, T.E. & Caspi, A. (2000). Comportamento anti-social persistente ao longo da vida e comportamento anti-social limitado à adolescência: seus preditores e suas etiologias. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV, 1, 2 e 3, 65-106.

Mucchielli, L. (2002). Monoparentalidade, divórcio e delinquência juvenil: uma relação empiricamente controversa. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.213-244). Coimbra: Almedina.

Naplava, T. & Oberwittler, D. (2002). Factores familiares e delinquência juvenil – Resultados da investigação sociológica na Alemanha. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e família*, (pp.157-180). Coimbra: Almedina.

Negreiros, J. (2000). Prevenção do consumo de drogas e de comportamentos anti-sociais nos jovens: uma proposta de intervenção em meio escolar. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV, 1, 2 e 3, 455-468.

Oliveira, J.B. (1994). *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra: Almedina.

Patterson, G., Reid, J. & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. Eugene: Castalia.

Patterson, G.R. & Yoerger, K. (2002). Um modelo desenvolvimental da delinquência de início tardio. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.93-156). Coimbra: Almedina.

Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais*. A complementaridade do SPSS (4ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Rutter, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade: análise de alguns percursos cruciais. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.11-38). Coimbra: Almedina.

Sedas Nunes, A. (1970). A composição social da população portuguesa – alguns aspectos e implicações. *Separata da Análise Social*, (pp.27-28).

Simões, A., Fonseca, A.C., Formosinho, M.D., Rebelo, J.A., Ferreira, G.A. & Gregório, M.H. (2000). Diferenças de género no comportamento anti-social e nos problemas emocionais; dados transversais e longitudinais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV, 1, 2 e 3, 107-130.

Simons, R.L., Chao, W., Conger, R.D. & Elder, G.H. (2001). Quality of parenting as mediator of the effect of childhood defiance on adolescent friendship choices and delinquency: A growth curve analysis. *Journal of Marriage and Family*, vol.63, 1, 63-80.

Steinberg, L. (2003). Is Decision Making the right Framework for Research on Adolescent Risk Taking? In D. Romer (Ed.). *Reducing Adolescent Risk toward an integrated approach*, (pp.18-24). London: Stage Publications.

Taborda Simões, M.C. & Fonseca, A.C. (2004). Comportamento Anti-social: técnicas e instrumentos de avaliação. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, (pp.39-72). Coimbra: Almedina.

Thornberry, T.P., Freeman-Gallant, A., Lizotte, A.J., Krohn, M.D., & Smith, C.A. (2003). The intergenerational transmission of antisocial behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, vol.31, 2. 171-190. New York.

Thornberry, T.P. & Krohn, M.D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, (pp.133-160). Coimbra: Almedina.

Tuckman, B.W. (1994). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vaz Serra, A., Firmino, H. & Matos, A.P. (1987^a). Relações pais/filhos: alguns dados sobre as dimensões subjacentes. *Psiquiatria Clínica*, 8, 127-136.

Vaz Serra, A., Firmino, H. & Matos, A.P. (1987b). Influência das relações pais/filhos no auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 8, 137-141.

Vaz Serra, A., Firmino H. & Matos, A.P. (1987c). Auto-conceito e locus de controlo. *Psiquiatria Clínica*, 8, 143-146.

Vieira, C.M.C. (1999). A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: questões relativas à sua fidelidade e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIII, 2, 89-116.

Webster-Stratton, C. (2002). Anos Incríveis – Séries de treino para pais, professores e crianças: programas de prevenção e intervenção precoce. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família*, (pp.419-474). Coimbra: Almedina.

Anexos

- Anexo 1: Distribuição da amostra, segundo o ano de escolaridade.
- Anexo 2: Distribuição da amostra, segundo a variável gênero.
- Anexo 3: Distribuição da amostra, segundo a variável idade.
- Anexo 4: Distribuição da amostra, segundo o nível socioeconômico.
- Anexo 5: Distribuição da amostra, segundo a co-habitação com os prestadores de cuidados.
- Anexo 6: Informação Sociodemográfica
- Anexo 7: Consistência interna relativa à subescala da Autonomia.
- Anexo 8: Consistência interna relativa à subescala do Amor.
- Anexo 9: Consistência interna relativa à subescala Agressão (últimos 12 meses).
- Anexo 10: Consistência interna relativa à subescala Agressão (alguma vez na vida).
- Anexo 11: Consistência interna relativa à subescala Vadiagem (nos últimos 12 meses).
- Anexo 12: Consistência interna relativa à subescala Vadiagem (alguma vez na vida).
- Anexo 13: Consistência interna relativa à subescala Consumo de Substâncias Tóxicas (nos últimos 12 meses).
- Anexo 14: Consistência interna relativa à subescala Consumo de Substâncias Tóxicas (alguma vez na vida).
- Anexo 15: Consistência interna relativa à subescala Roubo (nos últimos 12 meses).
- Anexo 16: Consistência interna relativa à subescala Roubo (alguma vez na vida).
- Anexo 17: Consistência interna relativa à subescala Danos (nos últimos 12 meses).
- Anexo 18: Consistência interna relativa à subescala Danos (alguma vez na vida).
- Anexo 19: Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Autonomia.
- Anexo 20: Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Amor.
- Anexo 21: Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Agressão.
- Anexo 22: Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Vadiagem.
- Anexo 23: Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala consumo de substâncias tóxicas.
- Anexo 24: Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Roubo.

Anexo 25: Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Danos/Vandalismo.

Anexo 26: Resultados da Correlação de *Pearson* entre as variáveis consideradas no estudo.

Anexo 27: Resultados da Correlação de *Pearson* entre as variáveis consideradas no estudo.

Anexo 28: Média e Desvio-Padrão relativos aos Estilos Educativos e ao Consumo de Substâncias Tóxicas segundo a situação Socioeconómica.

Anexo 29: Resultados da ANOVA para as variáveis consideradas no estudo.

Anexo 30: Resultados do *teste t de student* para as variáveis consideradas no estudo.

Anexo 31: Resultados do *teste t de student* para as variáveis consideradas no estudo.

Anexo 32: Média e Desvio-Padrão relativos ao comportamento anti-social segundo a estrutura familiar de co-habitação.

Anexo 33: Resultados da ANOVA para as variáveis consideradas no estudo.

Anexo 1

Quadro 1. Distribuição da amostra, segundo o ano de escolaridade.

Ano de Escolaridade	N	%
7º	19	19,0
8º	17	17,0
9º	21	21,0
10º	15	15,0
11º	12	12,0
12º	16	16,0
Total	100	100,0

Anexo 2

Quadro 2. Distribuição da amostra, segundo a variável gênero.

Gênero	N	%
Masculino	38	38,0
Feminino	62	62,0
Total	100	100,0

Quadro 3. Distribuição da amostra, segundo a variável idade.

Idade	N	%
12	4	4,0
13	16	16,0
14	13	13,0
15	20	20,0
16	18	18,0
17	11	11,0
18	16	16,0
19	2	2,0
Total	100	100,0

Anexo 4

Quadro 4. Distribuição da amostra, segundo o nível socioeconómico.

Camada Social	N	%
1	0	0%
2	20	20%
3	29	29%
4	51	51%
Total	100	100%

Anexo 5

Quadro 5. Distribuição da amostra, segundo a co-habitação com os prestadores de cuidados.

<i>Prestadores de Cuidados</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Pai e mãe	24	24,0
Mãe	12	12,0
Pai	2	2,0
Mãe e irmãos	15	15,0
Pai e irmãos	3	3,0
Pai, mãe e irmãos	34	34,0
Outros	10	10,0
Total	100	100,0

Anexo 6

Universidade de Coimbra

Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação

Está a decorrer, no âmbito do Mestrado Integrado em psicologia da Universidade de Coimbra, uma investigação sobre diversos aspectos relativos ao Comportamento Humano e à Educação. Para o efeito, seria muito importante a tua colaboração. Nas perguntas seguintes encontrarás algumas questões às quais pedimos que respondas com a maior sinceridade. Não há respostas certas nem erradas e os dados são absolutamente anónimos e confidenciais.

Obrigada pela tua colaboração!

Data de Nascimento: _____

Idade: _____

Sexo: M __ F __

Ano de Escolaridade: _____

Naturalidade: _____

Zona de Residência: _____

Profissão

Pai: _____

Mãe: _____

Com quem Vives:

Pai e Mãe ____

Mãe ____

Pai ____

Mãe e irmãos ____

Pai e irmãos ____

Pai, mãe e irmãos ____

Outros ____

Quem? _____

Anexo 7

Quadro 6. Consistência interna relativa à subescala da Autonomia

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-Padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alpha de Cronbach Corrigido</i>
1. Os meus pais dialogam frequentemente comigo.	3.92	.872	.661	.928
2. Na minha educação, os meus pais são mais compreensivos que rigorosos.	3.57	.902	.668	.928
3. Os meus pais aceitam a minha maneira de ser.	4.05	.744	.581	.930
4. Quando os meus pais me proibem alguma coisa, explicam-me a razão.	3.74	1.1160	.764	.925
6. Os meus pais aceitam que eu lhes chame a atenção.	3.47	1.049	.627	.930
10. Os meus pais dão-me liberdade.	3.62	1.013	.604	.930
11. Os meus pais respeitam as minhas ideias.	3.77	.802	.722	.927
12. Os meus pais toleram as minhas fraquezas.	3.80	.910	.762	.925
14. Os meus pais são sinceros comigo.	4.01	.810	.756	.926
15. Os meus pais não têm o hábito de me mentir.	3.97	.926	.625	.929
16. Os meus pais na minha educação usam mais a razão do que a força.	4.05	.869	.683	.927
18. Geralmente os meus pais mostram-se alegres comigo.	4.02	.841	.724	.926
20. Os meus pais vêm ao encontro das minhas dificuldades.	3.85	.821	.781	.925
21. Os meus pais brincam frequentemente comigo.	3.74	.928	.626	.929

Anexo 8

Quadro 7. Consistência interna relativa à subescala do Amor

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-Padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alpha de Cronbach Corrigido</i>
5. Os meus pais protegem-me dos perigos.	4.35	.744	.764	.891
7. Os meus pais são afectuosos comigo.	4.12	.782	.703	.896
8. Os meus pais amam-me verdadeiramente.	4.11	1.127	.536	.919
9. Os meus pais são capazes de todos os sacrifícios por mim.	4.32	.898	.804	.886
13. Se fosse preciso, os meus pais estariam dispostos a dar a vida por mim.	4.40	.752	.740	.893
17. Os meus pais encorajam-me frequentemente.	4.01	.785	.734	.893
19. Os meus pais estimulam-me a vencer as dificuldades.	4.07	.795	.701	.896
22. Os meus pais são meus amigos.	4.39	.790	.767	.890

Anexo 9

Quadro 8. Consistência interna relativa à subescala Agressão (últimos 12 meses)

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-Padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alpha de Cronbach Corrigido</i>
13.Bater nos pais	1.04	.243	.436	.638
14.Bater nos colegas ou lutar com eles	1.19	.419	.227	.688
15.Bater no irmão, na irmã ou noutras crianças da tua família	1.04	.243	.436	.638
36.Atirar pedras ou garrafas às pessoas	1.15	.411	.273	.674
37.Fazer sofrer um animal, de propósito	1.04	.197	.419	.648
38.Ameaçar crianças mais pequenas para lhes tirar dinheiro	1.02	.141	.207	.677
39.Tratar mal as outras pessoas ou fazer pouco delas	1.23	.468	.532	.596
41.Ficar satisfeito(a) com o mal dos outros	1.17	.451	.592	.575

Anexo 10

Quadro 9. Consistência interna relativa á subescala Agressão (alguma vez na vida)

Itens	Média	Desvio-Padrão	Correlação Item-Total	Alpha de Cronbach Corrigido
12.Bater no professor ou noutro adulto, na escola	1.02	.141	.022	.633
13.Bater nos pais	1.06	.239	.386	.579
14.Bater nos colegas ou lutar com eles	1.28	.451	.269	.609
15.Bater no irmão, na irmã ou noutras crianças da tua família	1.06	.239	.386	.579
36.Atirar pedras ou garrafas às pessoas	1.16	.368	.284	.596
37.Fazer sofrer um animal, de propósito	1.07	.256	.386	.577
38.Ameaçar crianças mais pequenas para lhes tirar dinheiro	1.04	.197	.105	.626
39.Tratar mal as outras pessoas ou fazer pouco delas	1.29	.456	.450	.544
41.Ficar satisfeito(a) com o mal dos outros	1.31	.465	.435	.550

Quadro 10. Consistência interna relativa à subescala Vadiagem (nos últimos 12 meses)

Itens	Média	Desvio-Padrão	Correlação Item-Total	Alpha de Cronbach Corrigido
11.Copiar pelos outros, na escola, durante os exames ou nos testes	1.74	.733	.608	.841
16.Entrar, sem autorização, no jardim, terraço, casa ou garagem de outras pessoas	1.33	.587	.668	.833
17.Fugir de casa, por várias horas, sem os pais saberem para onde	1.13	.338	.535	.850
18.Ficar uma ou várias noites fora de casa sem os pais saberem onde estava	1.13	.338	.535	.850
19.Faltar à escola sem justificção	1.43	.655	.533	.848
28.Ser mandado(a) para fora da aula por mau comportamento	1.43	.728	.646	.836
30.Fazer barulho, causar desordens ou portar-se mal em público	1.46	.642	.612	.839
34.Não pagar coisas que deveria pagar	1.22	.462	.561	.845
40.Desobedecer aos pais ou aos professores	1.55	.642	.676	.832

Quadro 11. Consistência interna relativa à subescala Vadiagem (alguma vez na vida)

Itens	Média	Desvio-Padrão	Correlação Item-Total	Alpha de Cronbach Corrigido
11. Copiar pelos outros, na escola, durante os exames ou nos testes	1.69	.465	.358	.781
16. Entrar, sem autorização, no jardim, terraço, casa ou garagem de outras pessoas	1.41	.494	.533	.758
17. Fugir de casa, por várias horas, sem os pais saberem para onde	1.18	.386	.571	.757
18. Ficar uma ou várias noites fora de casa sem os pais saberem onde estava	1.18	.386	.571	.757
19. Faltar à escola sem justificção	1.48	.502	.461	.768
28. Ser mandado(a) para fora da aula por mau comportamento	1.40	.492	.390	.778
30. Fazer barulho, causar desordens ou portar-se mal em público	1.58	.496	.470	.767
32. Trazer uma arma escondida	1.01	.100	-.032	.799
34. Não pagar coisas que deveria pagar	1.29	.456	.603	.749
40. Desobedecer aos pais ou aos professores	1.61	.490	.495	.764

Anexo 13

Quadro 12. Consistência interna relativa à subescala Consumo de Substâncias Tóxicas (nos últimos 12 meses)

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-Padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alpha de Cronbach Corrigido</i>
20.Beber, às escondidas, um pouco de cerveja	2.02	.738	.691	.816
21.Beber, às escondidas, um pouco de vinho	1.55	.672	.703	.813
22.Beber, às escondidas, bebidas destiladas	1.68	.680	.704	.813
23.Beber bebidas alcoolicas com os amigos, fora de casa	1.70	.659	.778	.802
24.Fumar, às escondidas, cigarros ou cachimbo	1.71	.782	.796	.799
25.Fumar marijuana ou haxixe	1.17	.428	.471	.842
26.Tomar ou usar outras drogas proibidas	1.04	.243	.268	.858
27.Aspirar cola ou gás, de propósito	1.02	.141	.161	.862

Quadro 13. Consistência interna relativa à subescala Consumo de Substâncias Tóxicas (alguma vez na vida)

Itens	Média	Desvio-Padrão	Correlação Item-Total	Alpha de Cronbach Corrigido
20.Beber, às escondidas, um pouco de cerveja	1.82	.386	.478	.773
21.Beber, às escondidas, um pouco de vinho	1.50	.503	.633	.746
22.Beber, às escondidas, bebidas destiladas	1.62	.488	.594	.753
23.Beber bebidas alcoólicas com os amigos, fora de casa	1.65	.479	.610	.750
24.Fumar, às escondidas, cigarros ou cachimbo	1.59	.494	.737	.724
25.Fumar marijuana ou haxixe	1.20	.402	.464	.775
26.Tomar ou usar outras drogas proibidas	1.06	.239	.242	.800
27.Aspirar cola ou gás, de propósito	1.02	.141	.108	.808

Anexo 15

Quadro 14. Consistência interna relativa à subescala Roubo (nos últimos 12 meses)

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-Padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alpha de Cronbach Corrigido</i>
04.Roubar ou tentar roubar uma bicicleta ou um rádio	1.03	.171	.509	.646
05.Tirar alguma coisa duma loja sem pagar	1.06	.239	.546	.624
06.Pegar, em casa, em dinheiro que não era teu	1.08	.273	.374	.657
07.Tirar alguma coisa que não era tua, em casa	1.01	.100	.192	.690
08.Tirar, na escola, coisas aos professores ou aos colegas, para ficar com elas	1.04	.197	.372	.662
09.Tirar alguma coisa de casa, do jardim ou da garagem de outras pessoas	1.33	.587	.571	.667
10.Tirar dum carro alguma coisa que não era tua e ficar com ela	1.05	.261	.445	.642
33.Entrar ou tentar entrar numa casa para roubar qualquer coisa	1.03	.171	.403	.661

Anexo 16

Quadro 15. Consistência interna relativa à subescala Roubo (alguma vez na vida)

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-Padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alpha de Cronbach Corrigido</i>
04. Roubar ou tentar roubar uma bicicleta ou um rádio	1.07	.256	.555	.786
05. Tirar alguma coisa duma loja sem pagar	1.12	.327	.715	.758
06. Pegar, em casa, em dinheiro que não era teu	1.13	.338	.574	.781
07. Tirar alguma coisa que não era tua, em casa	1.04	.197	.518	.795
08. Tirar, na escola, coisas aos professores ou aos colegas, para ficar com elas	1.10	.302	.757	.754
09. Tirar alguma coisa de casa, do jardim ou da garagem de outras pessoas	1.41	.494	.436	.830
10. Tirar dum carro alguma coisa que não era tua e ficar com ela	1.07	.256	.526	.789
33. Entrar ou tentar entrar numa casa para roubar qualquer coisa	1.04	.197	.340	.811

Anexo 17

Quadro 16. Consistência interna relativa à subescala Danos (nos últimos 12 meses)

Itens	Média	Desvio-Padrão	Correlação Item-Total	Alpha de Cronbach Corrigido
01.Danos em casa	1.10	.333	.816	.588
02.Danos na escola	1.10	.333	.816	.588
03.Outros danos	1.10	.333	.816	.588
29.Escrever nas paredes	1.24	.534	.148	1.000

Anexo 18

Quadro 17. Consistência interna relativa à subescala Danos (alguma vez na vida)

<i>Itens</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-Padrão</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alpha de Cronbach Corrigido</i>
01. Danos em casa	1.13	.338	.867	.659
02. Danos na escola	1.13	.338	.867	.659
03. Outros danos	1.13	.338	.867	.659
29. Escrever nas paredes	1.40	.492	.295	.902
31. Pegar fogo	1.01	.100	.259	.834

Anexo 19

Quadro 18 – Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Autonomia

Itens	Totalmente em Desacordo		Bastante em Desacordo		Nem de Acordo nem em Desacordo		Bastante de Acordo		Totalmente de Acordo	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1.Os meus pais dialogam frequentemente comigo	1	1	6	6	18	18	50	50	25	25
2.Na minha educação, os meus pais são mais compreensivos que rigorosos	3	3	7	7	32	32	46	46	12	12
3.Os meus pais aceitam a minha maneira de ser	0	0	2	2	19	19	51	51	28	28
4.Quando os meus pais me proibem alguma coisa, explicam-me a razão	6	6	11	11	14	14	41	41	28	28
6.Os meus pais aceitam que eu lhes chame a atenção	6	6	9	9	32	32	38	38	15	15
10.Os meus pais dão-me liberdade	6	6	7	7	20	20	53	53	14	14
11.Os meus pais respeitam as minhas ideias	0	0	6	6	28	28	49	49	17	17
12.Os meus pais toleram as minhas fraquezas	3	3	3	3	26	26	47	47	21	21
14.Os meus pais são sinceros comigo	1	1	2	2	20	20	49	49	28	28
15.Os meus pais não têm o hábito de me mentir	2	2	4	4	20	20	43	43	31	31
16.Os meus pais na minha educação usam mais a razão do que a força	1	1	4	4	17	17	45	45	33	33
18.Geralmente os meus pais mostram-se alegres comigo	1	1	3	3	19	19	47	47	30	30
20.Os meus pais vêm ao encontro das minhas necessidades	2	2	2	2	24	24	53	53	19	19
21.Os meus pais brincam frequentemente comigo	2	2	6	6	29	29	42	42	21	21

Anexo 20

Quadro 19. Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Amor

Itens	Totalmente em Desacordo		Bastante em Desacordo		Nem de Acordo nem em Desacordo		Bastante de Acordo		Totalmente de Acordo	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
5.Os meus pais protegem-me dos perigos	1	1	1	1	7	7	44	44	47	47
7.Os meus pais são afectuosos comigo	1	1	2	2	13	13	52	52	32	32
8.Os meus pais amam-me verdadeiramente	8	8	1	1	7	7	40	40	44	44
9.Os meus pais são capazes de todos os sacrifícios por mim	3	3	1	1	8	8	37	37	51	51
13.Se fosse preciso, os meus pais estariam dispostos a dar a vida por mim	1	1	1	1	7	7	39	39	52	52
17.Os meus pais encorajam-me frequentemente	1	1	1	1	21	21	50	50	27	27
19.Os meus pais estimulam-me a vencer as dificuldades	1	1	1	1	19	19	48	48	31	31
22.Os meus pais são meus amigos	1	1	2	2	7	7	37	37	53	53

Anexo 21

Quadro 20. Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Agressão

Itens	Nos últimos 12 meses						Alguma vez na vida			
	Nunca		Uma ou Duas Vezes		Várias Vezes		Não		Sim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
12. Bater no professor ou noutro adulto, na escola	100	100	0	0	0	0	98	98	2	2
13. Bater nos pais	97	97	2	2	1	1	94	94	6	6
14. Bater nos colegas ou lutar com eles	82	82	17	17	1	1	72	72	28	28
15. Bater no irmão, na irmã ou noutras crianças da tua família	97	97	2	2	1	1	94	94	6	6
36. Atirar pedras ou garrafas às pessoas	87	87	11	11	2	2	84	84	16	16
37. Fazer sofrer um animal, de propósito	96	96	4	4	0	0	93	93	7	7
38. Ameaçar crianças mais pequenas para lhes tirar dinheiro	98	98	2	2	0	0	96	96	4	4
39. Tratar mal as outras pessoas ou fazer pouco delas	79	79	19	19	2	2	71	71	29	29
41. Ficar satisfeito(a) com o mal dos outros	86	86	11	11	3	3	69	69	31	31

Quadro 21. Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Vadiagem

Itens	Nos últimos 12 meses						Alguma vez na vida			
	Nunca		Uma ou duas vezes		Várias vezes		Não		Sim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
11.Copiar pelos outros, na escola, durante os exames ou nos testes	43	43	40	40	17	17	31	31	69	69
16.Entrar, sem autorização, no jardim, terraço, casa ou garagem de outras pessoas	73	73	21	21	6	6	59	59	41	41
17.Fugir de casa, por várias horas, sem os pais saberem para onde	87	87	13	13	0	0	82	82	18	18
18.Ficar uma ou várias noites fora de casa sem os pais saberem onde estava	87	87	13	13	0	0	82	82	18	18
19.Faltar á escola sem justificação	66	66	25	25	9	9	52	52	48	48
28.Ser mandado(a) para fora da aula por mau comportamento	71	71	15	15	14	14	60	60	40	40
30.Fazer barulho, causar desordens ou portar-se mal em público	62	62	30	30	8	8	42	42	58	58
32.Trazer uma arma escondida	100	100	0	0	0	0	99	99	1	1
34.Não pagar coisas que deveria pagar	80	80	18	18	2	2	71	71	29	29
40.Desobedecer aos pais ou aos professores	53	53	39	39	8	8	39	39	61	61

Quadro 22. Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala consumo de substâncias tóxicas

Itens	Nos últimos 12 meses						Alguma vez na vida			
	Nunca		Uma ou duas vezes		Várias vezes		Não		Sim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
20. Beber, às escondidas, um pouco de cerveja	26	26	46	46	28	28	18	18	82	82
21. Beber, às escondidas, um pouco de vinho	55	55	35	35	10	10	50	50	50	50
22. Beber, às escondidas, bebidas destiladas	44	44	44	44	12	12	38	38	62	62
23. Beber bebidas alcoólicas com os amigos, fora de casa	41	41	48	48	11	11	35	35	65	65
24. Fumar, às escondidas, cigarros ou cachimbo	49	49	31	31	20	20	41	41	59	59
25. Fumar marijuana ou haxixe	85	85	13	13	2	2	80	80	20	20
26. Tomar ou usar outras drogas proibidas	97	97	2	2	1	1	94	94	6	6
27. Aspirar cola ou gás, de propósito	98	98	2	2	0	0	98	98	2	2

Anexo 24

Quadro 23. Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Roubo

Itens	Nos últimos 12 meses						Alguma vez na vida			
	Nunca		Uma ou duas vezes		Várias vezes		Não		Sim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
4.Roubar ou tentar roubar uma bicicleta ou um rádio	97	97	3	3	0	0	93	93	7	7
5.Tirar alguma coisa duma loja sem pagar	94	94	6	6	0	0	88	88	12	12
6.Pegar, em casa, em dinheiro que não era teu	92	92	8	8	0	0	87	87	13	13
7.Tirar alguma coisa que não era tua, em casa	99	99	1	1	0	0	96	96	4	4
8.Tirar, na escola, coisas aos professores ou aos colegas, para ficar com elas	96	96	4	4	0	0	90	90	10	10
9.Tirar alguma coisa de casa, do jardim ou da garagem de outras pessoas	73	73	21	21	6	6	59	59	41	41
10.Tirar dum carro alguma coisa que não era tua e ficar com ela	96	96	3	3	1	1	93	93	7	7
33.Entrar ou tentar entrar numa casa para roubar qualquer coisa	97	97	3	3	0	0	96	96	4	4
35.Roubar, por esticção ou à força, o saco, a mala ou a carteira a alguém	100	100	0	0	0	0	100	100	0	0

Anexo 25

Quadro 24. Estatística descritiva, item-a-item, para a subescala Danos/Vandalismo

Itens	Nos últimos 12 meses						Alguma vez na vida			
	Nunca		Uma ou duas vezes		Várias vezes		Não		Sim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1.Danos em casa	91	91	8	8	1	1	87	87	13	13
2.Danos na escola	91	91	8	8	1	1	87	87	13	13
3.Outros danos	91	91	8	8	1	1	87	87	13	13
29.Escrever nas paredes	81	81	14	14	5	5	60	60	40	40
31.Pegar fogo	100	100	0	0	0	0	99	99	1	1

Anexo 26

Quadro 25. Resultados da Correlação de Pearson entre as variáveis consideradas no estudo

Variáveis	Amor	Autonomia	Comportamentos anti-sociais (nos últimos 12 meses)	Comportamentos anti-sociais (alguma vez na vida)
Amor	1			
Autonomia	.836 **	1		
Comportamentos anti-sociais (nos últimos 12 meses)	-.242*	-.320**	1	
Comportamentos Anti-Sociais (alguma vez na vida)	-.252*	-.327**	.960**	1

*p<0.05

**p<0.01

Anexo 27

Quadro 26. Resultados da Correlação de Pearson entre as variáveis consideradas no estudo

Variáveis	Autonomia	Comportamentos anti-sociais (alguma vez na vida)
Autonomia	1	
Comportamentos anti-sociais (alguma vez na vida)	-.327**	1

**p<0.01

Anexo 28

Quadro 27. Média e Desvio-Padrão relativos aos Estilos Educativos e ao Consumo de Substâncias Tóxicas segundo a situação Socioeconómica

Situação Socioeconómica		Amor	Autonomia	Consumo de Substâncias Tóxicas (nos últimos 12 meses)	Consumo de Substâncias Tóxicas (alguma vez na vida)
Camada Social 2	Média	35,35	56,30	10,05	10,70
	N	20	20	20	20
	Desvio-padrão	3,75	7,55	2,68	2,52
Camada Social 3	Média	34,62	55,10	12,14	11,52
	N	29	29	29	29
	Desvio-padrão	4,84	9,28	3,74	2,06
Camada Social 4	Média	32,67	51,65	12,47	11,73
	N	51	51	51	51
	Desvio-padrão	5,79	9,64	2,98	1,91
Total	Média	33,77	53,58	11,89	11,46
	N	100	100	100	100
	Desvio-padrão	5,25	9,29	3,27	2,10

Quadro 28. Resultados da ANOVA para as variáveis consideradas no estudo

		Soma dos quadrados	df	Média dos quadrados	F	Sig.
Amor	Entre Grupos	132,999	2	66,500	2,484	,089
	Dentro dos grupos	2596,711	97	26,770		
	Total	2729,710	99			
Autonomia	Entre grupos	405,823	2	202,912	2,418	,094
	Dentro dos grupos	8138,537	97	83,902		
	Total	8544,360	99			
Consumo de substâncias (nos últimos 12 meses)	Entre grupos	86,686	2	43,343	4,320	,016
	Dentro dos grupos	973,104	97	10,032		
	Total	1059,790	99			
Consumo de substâncias (alguma vez na vida)	Entre grupos	15,242	2	7,621	1,753	,179
	Dentro dos grupos	421,598	97	4,346		
	Total	436,840	99			

Anexo 30

Quadro 29. Resultados do teste t de student para as variáveis consideradas no estudo

	Sexo	N	M	Dp	t (98)	p
Agressão (nos últimos 12 meses)	Masculino	38	10.5263	1.86	3.516	.001
	Feminino	62	9.4839	1.11		
Agressão (alguma vez na vida)	Masculino	38	10.8684	1.597	3.169	.002
	Feminino	62	9.9355	1.32		

Quadro 30. Resultados do teste t de student para as variáveis consideradas no estudo

Variáveis	Idade	N	M	Dp	t(98)	p
Autonomia	12-15 anos	53	52.96	9.75	-.704	.483
	16-19 anos	47	54.28	8.79		
Amor	12-15 anos	53	33.98	5.08	.425	.672
	16-19 anos	47	33.53	5.48		
Comportamento anti-social (alguma vez na vida)	12-15 anos	53	54.30	8.53	.030	.030
	16-19 anos	47	51.02	6.01		
Consumo de substâncias Tóxicas (alguma vez na vida)	12-15 anos	53	11.33	2.16	-.607	.546
	16-19 anos	47	11.59	2.05		
Vadiagem (alguma vez na vida)	12-15 anos	53	13.98	2.55	.618	.538
	16-19 anos	47	13.66	2.65		
Danos/Vandalismo (alguma vez na vida)	12-15 anos	53	6.17	1.54	3.211	.002
	16-19 anos	47	5.38	.709		
Roubo (alguma vez na vida)	12-15 anos	53	10.13	1.56	.997	.321
	16-19 anos	47	9.81	1.69		
Agressão (alguma vez na vida)	12-15 anos	53	10.67	1.64	2.719	.008
	16-19 anos	47	9.87	1.19		

Quadro 31. Média e Desvio-Padrão relativos ao comportamento anti-social segundo a estrutura familiar de co-habitação

Variáveis	N	Média	Desvio-padrão	
Comportamentos anti-sociais (<i>alguma vez na vida</i>)	pai e mãe	24	50,13	4,99
	mãe	12	53,25	7,94
	pai	2	50,00	5,66
	mãe e irmãos	15	56,60	10,06
	pai e irmãos	3	56,00	14,18
	pai, mãe e irmãos	34	52,21	7,33
	outros	10	54,20	6,23
	Total	100	52,76	7,59
Comportamentos anti-sociais (<i>nos últimos 12 meses</i>)	pai e mãe	24	49,79	5,86
	mãe	12	54,67	10,53
	pai	2	50,50	9,19
	mãe e irmãos	15	56,40	13,39
	pai e irmãos	3	56,33	16,65
	pai, mãe e irmãos	34	52,18	9,08
	outros	10	54,10	6,05
	Total	100	52,82	9,39

Quadro 32. Resultados da ANOVA para as variáveis consideradas no estudo

		Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.
Comportamentos anti-sociais (<i>alguma vez na vida</i>)	Entre grupos	468,606	6	78,101	1,385	,229
	Dentro dos grupos	5243,634	93	56,383		
	Total	5712,240	99			
Comportamentos anti-sociais (<i>nos últimos 12 meses</i>)	Entre grupos	531,527	6	88,588	1,003	,428
	Dentro dos grupos	8211,233	93	88,293		
	Total	8742,760	99			